

CRESCIMENTO ACELERADO E ABSORÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

*Este exemplar
corresponde ao
original da tese de
final da por José Geraldo
Portugal Júnior orientada
pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo de
Andrade Baltar em 31.03.89.*

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

JOSÉ GERALDO PORTUGAL JÚNIOR

CAMPINAS, DEZEMBRO DE 1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CRESCIMENTO ACELERADO E ABSORÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO NO
BRASIL

JOSE GERALDO PORTUGAL JUNIOR

TESE DE MESTRADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP
SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. DOUTOR
PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR

CAMPINAS, DEZEMBRO DE 1988.

A memória de
Maria Retto Rezende e
José Geraldo Portugal

para Mariá

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só se completa ao mencionar minha profunda gratidão a Frederico Mathias Mazzucchelli, pelo estímulo e apoio imprescindíveis à sua consecução.

Com Octavio Rodriguez, tive o privilégio de discutir longamente a respeito das questões do emprego da força de trabalho no longo prazo em economias como a brasileira, origem de minhas indagações sobre o tema. Essas sofreram um novo alento ao longo do curso ministrado no Instituto de Economia por Paulo Baltar. Posteriormente, sua atuação como orientador só fizera confirmar a seriedade e o rigor que marcam sua trajetória acadêmica. Com André Médici, travei oportunas discussões; sua infinita disponibilidade renova, além do mais, uma amizade que remonta aos tempos de faculdade. Ao João, pelo carinho e a grande disposição em discutir e colaborar.

De grande valia foi o apoio institucional recebido pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP, da Fundap e da Fundação SEADE, em diversas etapas do trabalho.

A Patricia Fernandes Cunha, cujo trabalho de auxiliar de pesquisa foi muito importante, e à Cris, pela eficiência na digitação dos manuscritos.

A todos os colegas do IESP, pelo incentivo reiterado. Vavá, Kawall, Dedecca e Renato, com entusiasmo, ajudaram a resolver muitos problemas no processamento das estatísticas.

As bibliotecárias da Fundap e do Cebrap, além de agradecer, gostaria de relevar o alto sentido profissional que caracteriza seu trabalho. No Rio de Janeiro, Lúcia Portugal e Sérgio Rezende cumpriram com carinho e eficiência esta função.

Ao Dr. Jorge e à hospitalidade dos Yunes que nos franquearam a Fazenda São Jorge, onde uma boa parte deste trabalho foi realizado.

Impossível resgatar a dívida de gratidão com Yeda Portugal, cujo apoio e carinho amenizaram a realização deste trabalho e só se explicam no grande amor que nos une.

A meus amigos Gilson, Luis Augusto, Luis Eduardo, Plínio, Peixe, Quinho, Rui e Wilnês, pelo convívio que dá sentido maior a esta empreitada. A preocupação em pensar a economia de um Brasil melhor é apenas um entre tantos elos que nos une.

A Rui Affonso, companheiro cotidiano desta travessia, a certeza de que a "festa" da Guilda não acabou, desaguou em nossas vidas por mil e um estuários.

SUMARIO

LISTA DAS TABELAS	1
APRESENTAÇÃO	5
CAPITULO I -	
ABSORÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO	13
1.1. "Insuficiência" x "Integração": A Força da Conjuntura na Caracterização do Desempenho de Longo-Prazo do Mercado de Trabalho	15
1.2. Crescimento Econômico e Absorção de Força de Trabalho no Pós-Guerra	21
1.3. Urbanização e Demanda de Força de Trabalho	32
CAPITULO II -	
TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL E ABSORÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO URBANA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS DECADAS DOS 50 E 70	66
2.1. "Etapas" da Industrialização e Emprego	68
2.2. Estrutura e Crescimento da Ocupação Urbana	73
CAPITULO III -	
A OFERTA DE FORÇA DE TRABALHO	106
3.1. Crescimento Populacional	106
3.2. Distribuição Espacial da População	114
3.2.1. Distribuição Inter-Regional	116
3.2.2. Processo de Urbanização	125
3.3. Estrutura Etária da População	130

3.4. Taxas de Participação e Crescimento da População	
Economicamente Ativa.	132
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
ANEXO:	
Comparabilidade Intertemporal dos Censos Demográficos	172
A.1 Obstáculos à Perfeita Comparabilidade	179
A.2 Características Gerais dos Censos Demográficos	184
A.3 Conceitos e Quantificações Através dos Censos:	
1940-80	197
BIBLIOGRAFIA	224

LISTA DE TABELAS

PAG.

CAPITULO I

1.1. População Economicamente Ativa, Ocupada, Por Sexo - Brasil 1940-1980	47
1.2. População Economicamente Ativa, Ocupada, Por Sexo - Brasil 1940-1980	48
1.3. População Economicamente Ativa, Ocupada, Por Sexo - Brasil 1940-1980	49
1.4. Estrutura Ocupacional - Brasil 1950-1960	50
1.5. Elasticidade Emprego - Produto Industrial - Brasil 1940-1980	51
1.6. Ocupações da Indústria Têxtil - Brasil 1950-1960 ...	52
1.7. Evolução da População Brasileira - 1940-1980	53
1.8. Evolução da População Urbana no Brasil - 1940-1980..	54
1.9. Distribuição da População - 1940-1980	55
1.10. Distribuição da População Urbana por Classes de Tamanho de Cidade - 1940-1980	56
1.11. Taxas de Crescimento Anual da População Urbana por Classes de Tamanho de Cidade - 1940-1980	57
1.12. Brasil - Número de Cidades de 20.000 Habitantes ou mais na Sede do Município por Regiões e Classes de Tamanho - 1950-1980	58
1.13. Produto Interno Bruto Per Capita Médio - Atividades Não Agrícolas - Brasil	59
1.14. Evolução do Salário Mínimo Legal para São Paulo ...	60

1.15. Distribuição da Renda de Pessoas Economicamente Ativas de 10 anos ou mais que receberam algum rendimento - Brasil 1970-1980	81
1.16. Distribuição da Renda Familiar - Brasil 1970-1980..	62
1.17. Percentagem de Famílias Segundo Número de Membros com Rendimento - Brasil 1970-1980	63
1.18. População Economicamente Ativa, Urbana, Ocupada, Por Sexo - Brasil 1940-1980	64
1.19. População Economicamente Ativa, Urbana, Ocupada, Por Sexo - Brasil 1940-1980	65

CAPITULO 2

2.1. População Economicamente Ativa Ocupada - Brasil ...	102
2.2. Pessoal Ocupado na Indústria de Produtos Alimentares - Brasil	104
2.3. Pessoal Ocupado na Indústria de Minerais Não Metálicos - Brasil	105

CAPITULO 3

3.1. Taxas de Crescimento e Incremento Intercensitário Anual Médio de População - Brasil e Regiões.....	144
3.2. Taxa de Crescimento Natural - Brasil 1940-1980	145

3.3. Taxa de Fecundidade Total Segundo Domicílio da População - Brasil e Grandes Regiões 1960-70 e 1970-80	146
3.4. Esperança de Vida ao Nascer - Estimativa para Anos Anteriores ao Censo - Brasil e Regiões - 1940-1980	147
3.5. Taxa de Mortalidade Infantil - Brasil e Regiões - 1950-1980	148
3.6. Indicadores Demográficos Implícitos nas Projeções de População - Brasil	149
3.7. Evolução do Crescimento Populacional - Brasil - Areas Seleccionadas - 1940-1980	150
3.8. Evolução Demográfica da Fronteira Agrícola - Estados e Territórios - 1940-1980	151
3.9. Evolução do Crescimento Populacional Projetado - Brasil - Areas Seleccionadas	152
3.10. Migração Líquida para Areas Rurais - Brasil e Estados - 1970-1980	153
3.11. Taxas de Crescimento da População Urbana - Brasil e Regiões - 1950-1980	154
3.12. Taxas Geométricas de Crescimento da População Urbana por Classes de Tamanho das Cidades - Brasil - 1950-1980	155
3.13. População Residente Urbana Projetada - Brasil e Grandes Regiões - 1980-2000	156
3.14. População Urbana Projetada - Brasil e Regiões	157

3.15. Acréscimo Intercensitário Anual Médio de População Urbana - 1940-2000	158
3.16. Estrutura Etária da População Total e Participação Relativa - 1960-2000	159
3.17. Estrutura Etária da População Total e Taxas Geométricas de Crescimento - 1960-2000	160
3.18. Taxa de Participação por Idade, segundo a Situação de Domicílio e Sexo - Brasil - 1970-1980	161
3.19. Taxa de Participação por Idade, segundo Situação de Domicílio e Sexo - Brasil e Regiões - 1970-1980 ..	162

APRESENTAÇÃO

Nossa preocupação com as questões relativas à absorção de força de trabalho no longo prazo, no contexto das economias capitalistas de desenvolvimento retardatário, tema deste trabalho, surgiu com o aparecimento, em meados da presente década, de um conjunto de interpretações que, a partir dos resultados censitários de 1980, constituíram espontaneamente partes de uma nova visão sobre o assunto.

A força de uma idéia aglutinava todas essas análises, meio que iniciando o esboço de uma nova síntese, qual seja, as transformações estruturais sofridas pela economia brasileira no pós guerra alcançaram, com os desdobramentos ocorridos nos 70, um estágio a partir do qual seria possível identificar uma tendência à generalização do trabalho assalariado no seu interior.

Era então possível divisar um panorama, onde a subordinação de grandes proporções da força de trabalho a relações tipicamente capitalistas terminaria por abrir, direta ou indiretamente, as portas do mercado de consumo ao conjunto da sociedade, elevando o padrão geral de vida.

A industrialização demorara, mas acabava por dar a partida na realização dos anseios de tantos que por ela se bateram na busca da transformação da sociedade.

O fazia, quase que irronicamente, através dos efeitos sobre o emprego induzidos pela dinâmica dos setores industriais de mais alta densidade de capital, exatamente aqueles tidos nos 60 e no início dos 70 como os responsáveis pela vocação excludente de nosso desenvolvimento.

A continuidade dessa tendência, que se expressaria no futuro por um aumento contínuo da proporção de assalariados na população economicamente ativa, estaria na dependência de manutenção de altas taxas de crescimento do produto, dadas determinadas condições.

Estas últimas dizem respeito aos fatores que interferem na associação entre crescimento do produto e crescimento do emprego, onde se destaca o papel que assume o progresso técnico na concorrência entre as diversas frações do capital, a velocidade da difusão das inovações no interior de cada um dos segmentos e ramos produtivos, as características das tecnologias incorporadas quanto ao emprego de força de trabalho, as características das estruturas produtivas dos setores relativamente mais abertos à introdução de mudança técnica, o conteúdo da legislação que regula a renovação tecnológica, os mecanismos institucionais de proteção ao trabalho etc.

Claro está que qualquer associação positiva entre crescimento do produto e crescimento do emprego assalariado, de difícil previsão, passa pela aceitação, implícita ou explícita, de que a renovação tecnológica, ao se difundir ao longo de cada um dos segmentos da estrutura produtiva, engendra, no seu conjunto, estímulos geradores de emprego, suficientes para sobrecompensar os eventuais deslocamentos de trabalhadores.

Tal suposição se faz ainda mais importante no contexto das chamadas novas tecnologias, cujas experiências nos países avançados parecem difundir um consenso em termos do caráter desempregador de seus impactos primários.

A sua ainda incipiente difusão na economia brasileira torna muito pouco previsíveis os efeitos que acarretarão no nosso mercado de trabalho.

De qualquer maneira, a hipótese central implícita em todas essas análises é que o crescimento econômico se fará com base na criação e ampliação de atividades de maior nível de produtividade do trabalho, que passariam a incorporar proporções crescentes da força de trabalho, a expensas das atividades de baixa produtividade, que perderiam expressão no total da ocupação, em todas as regiões do país.

Dai que algumas interpretações mais abrangentes procediam uma segunda associação, qual seja, a de que o maior volume de emprego terminaria por elevar o padrão de vida do conjunto da sociedade.

Esta prescindiria da homogeneização completa do sistema econômico, incorporando a totalidade da força de trabalho em atividades de alta produtividade, estágio estruturalmente incompatível com o desenvolvimento tardio de nossa economia.

Mas, a eliminação de algumas sequelas ligadas ao caráter atrasado de nossa sociedade, tais como a questão da introjeção e reprodução no interior do Estado de interesses privados corporativos, a estrutura fundiária, as formas assumidas no ajustamento da economia que recorrentemente têm passado pela contenção dos rendimentos do trabalho e do salário mínimo, as peias institucionais à organização dos trabalhadores etc, desbloquearia os mecanismos de transferências de rendas aos não-incorporados, valorizando os produtos e serviços que vendem no mercado.

Pois bem, no nosso entender, da mesma forma que a decepção dos 60 quanto aos efeitos transformadores no plano social da industrialização marcou profundamente as visões calcadas na insuficiência, a vigorosa ampliação do mercado de trabalho ocorrida com os desdobramentos da estrutura

produtiva nos 70 influenciaria o otimismo das análises dos 80 a que se fez referência.

Uma possível marca dessa influência aparece na associação direta entre integralidade da estrutura produtiva e capacidade de impulsionar o crescimento do mercado de trabalho.

Assim, o aprofundamento da industrialização desde o pós-guerra corresponderia ao processo de montagem de uma rede de ligações intersetoriais que, uma vez acionada, propagaria com amplitude crescente os estímulos ao crescimento do mercado de trabalho assalariado.

Conseqüentemente, isso condicionava a perspectiva da análise histórica do crescimento da economia brasileira no tocante a sua relação com o emprego desde os 40, considerada de forma progressiva.

Não cabe a menor dúvida que só se pode pensar a ampliação das relações de assalariamento, no seio da sociedade, a partir da ampliação das atividades produtivas ditas modernas num processo de desdobramento da estrutura produtiva, que se integra e torna mais complexas suas relações.

O que não nos parece possível afirmar é que a todo processo de integração estrutural corresponda necessariamente o predomínio do trabalho assalariado no interior da população economicamente ativa.

O fato de ter acontecido algo semelhante ao longo dos 70 parece não nos autorizar a manter expectativas quanto ao futuro; embora a possibilidade de que possa acontecer exista.

Entretanto, manter os 70 enquanto patamar para a análise das relações entre expansão do produto e expansão do emprego seria equivalente a esperar que em mais de uma década ou duas estariamos com os problemas de integração ocupacional resolvidos no país.

Ademais, o próprio crescimento econômico dos 70 mostrou que muitos outros componentes atuaram no sentido de proporcionar o excepcional crescimento do mercado de trabalho, entre eles a não modernização, ao menos acentuada, dos setores ditos tradicionais da estrutura produtiva, o caráter difundido da urbanização, a ampliação da renda e o alargamento da base do mercado etc.

Assim, para explicitar nossas idéias a respeito do problema, desenvolvemos no capítulo primeiro uma análise geral da absorção de força de trabalho na economia

brasileira desde os 40, na tentativa de caracterizar a relação entre crescimento econômico e crescimento do mercado de trabalho, mostrando que pode assumir formas distintas de uma relação positiva e crescente.

Tentamos evidenciar, também, de maneira geral, os efeitos da urbanização e do crescimento da renda sobre essa relação, com base na comparação entre os anos 50 e os 70.

No capítulo segundo, temos a confrontação entre os processos de montagem e desdobramento estrutural, ocorridos nesses dois períodos, com a explicitação dos movimentos da economia urbana, responsáveis pela associação do crescimento acelerado com tímidos impactos sobre o emprego, ocorrido nos 50, e com o excepcional crescimento do mercado de trabalho nos 70.

O capítulo terceiro destina-se a uma breve análise das variáveis que afetam a oferta de força de trabalho, tentando mostrar que dessa perspectiva não teremos no futuro próximo um abrandamento da necessidade em termos de volume de ocupação, a despeito da rápida desaceleração da dinâmica populacional.

No item quarto, seguem-se algumas considerações finais decorrentes das análises procedidas nos capítulos mencionados, ressaltando a natureza eventual da relação

entre altas taxas de crescimento do produto e altas taxas de crescimento do emprego no contexto de uma economia cuja base técnica considera-se integrada.

Como nossa base de dados é, predominantemente, oriunda das estatísticas dos Censos Demográficos, achamos conveniente proceder, em anexo, um esforço de síntese em torno das questões que afetam a comparabilidade dessas informações, balizando toda a análise contida nos capítulos.

I. ABSORÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO

A economia brasileira experimentou, nos últimos quarenta anos, uma transformação estrutural espetacular, responsável pela rápida e intensa mudança de uma sociedade predominantemente agrária para uma sociedade urbano-industrial.

Esse fato colocou o Brasil como um dos exemplos mais ilustrativos da industrialização retardatária, uma vez que aqui se apresentaram extremados tanto os indicadores do vigor da transformação da estrutura produtiva quanto os das características em termos de uma gama de desequilíbrios sociais perpetuados.

Conseqüentemente, esse processo de transformação apresenta-se limitado no sentido de que, a despeito da vitalidade, não consegue incorporar vários segmentos da sociedade e, muitos dos incorporados não se beneficiam dos seus resultados como seria desejável, dadas as condições em que o processo se realizou.

Dai persistir, ainda hoje, um grande contingente populacional vivendo em condições precárias, marginalizado da modernização produzida, redundando na manutenção e ampliação dos níveis de desigualdade social.

Muitos são os indicadores do novo caráter adquirido pela economia brasileira no pós-guerra - alta participação da produção industrial no produto total, altas taxas de urbanização, maior participação do emprego assalariado no total da ocupação, altas taxas de crescimento do Terciário moderno, diversificação da pauta de exportação com predominância dos manufaturados, consolidação do mercado interno enquanto eixo dinâmico do crescimento etc.

Logo, permanece um amplo consenso a respeito da maturidade adquirida pela estrutura produtiva brasileira nesses anos, a despeito da permanência de um alto grau de heterogeneidade inter e intra-setorial, com atividades com níveis de produtividade muito distintos.

Claro está que muito se pode avançar ainda e que também existe a possibilidade de reversão do processo no bojo de conjunturas de crise e das formas das políticas assumidas para seu enfrentamento. O que nos parece fora de questão é o fato de que aqui foi montada uma estrutura produtiva, cujo potencial está entre as dez maiores do mundo.

Dada a sua alta concentração no tempo, esse processo apresentou ritmos absolutamente inusitados na história do desenvolvimento capitalista, a despeito de seu caráter

temporalmente descontinuo, responsável pelas acentuadas flutuações experimentadas nesses quarenta anos.

Curiosamente, e com exceção da presente década, os períodos de baixo ritmo de crescimento do produto também não se apresentaram temporalmente prolongados.

1.1. "Insuficiência" x "Integração": A Força da Conjuntura na Caracterização do Desempenho de Longo-Prazo do Mercado de Trabalho

Pois bem, essa transformação da estrutura produtiva da economia brasileira possui, matizada por diversos fatores, uma "expressão ocupacional", sobre cujo significado não tem havido muito consenso.

O grosso das avaliações acerca do potencial absorvedor de força de trabalho da economia brasileira exprime, via de regra, uma noção de insuficiência, não correspondendo aos avanços alcançados na estrutura produtiva, evidenciada pelo grande peso do subemprego e dos chamados mercados informais de trabalho, predominantemente urbanos.

Tal expressão é, particularmente, utilizada na caracterização do desempenho do setor industrial, incapaz que foi de oferecer ocupação aos grandes contingentes de

trabalhadores provenientes do fluxo migratório de origem rural e pelo próprio ritmo de crescimento da população, caracteristicamente alto entre nós, segundo os padrões internacionais.

Essa fixação nas altas atribuições ocupacionais reservadas ao setor industrial, além da transferência de outras experiências capitalistas de desenvolvimento, parece estar presente também nos anseios daqueles que se bateram pela transformação de nossas sociedades, na crença de que a empreitada teria bom termo pela via preferencial da indústria. Entre eles se destacam os que tentaram explicitar, em suas análises, as peculiaridades do desenvolvimento capitalista retardatário.

Assim, absorção de força de trabalho por parte da indústria e superação do subdesenvolvimento apareciam comumente associadas, o que condicionava profundamente as avaliações da estrutura setorial da ocupação que se ia conformando.

Como todas as demais atividades produtivas urbanas, excluída a indústria, são classificadas sob a denominação genérica de Setor Terciário, e dado que é no seu interior onde o contingente de trabalhadores não absorvidos vai tentar ocupar-se, esse tipo de absorção e a sua eventual predominância no meio urbano eram consideradas espúrias.

Evidentemente, como veremos mais adiante, esse grande setor abarca uma gama enorme de atividades com um tal grau de heterogeneidade, fazendo com que seu crescimento possa ser o resultado tanto de um processo de modernização quanto de um avanço da "informalização", ou ainda, de ambos.

O pessimismo quanto à evolução da estrutura da ocupação, originado particularmente das análises produzidas nos 60 e no início da década dos 70, vem cedendo espaço ao reconhecimento de um apreciável dinamismo ocupacional da economia brasileira, notadamente depois da divulgação das estatísticas censitárias de 1980. <1>

De fato, os dados censitários divulgados a partir de 1983 evidenciam a realidade de uma economia que realizou sua transição econômica e demográfica, onde, mesmo que não uniformemente distribuída no seu espaço, a população, a população ativa e a atividade produtiva passaram a ser predominantemente urbanas.

Além disso, ficou também evidente que esse processo de transformação se deu com base nos setores considerados mais dinâmicos da estrutura produtiva, fazendo aumentar significativamente a gravitação das ocupações de mais alta

1. Vide: Rodriguez, Octavio - 1983 (98); Ramos, Joseph - 1984 (97); CEPAL - 1986, (29); PREALC - 1986, (94); Salm et alii - 1987, (104).

produtividade e remuneração, exigindo, em contrapartida, maior qualificação do trabalhador.

Isso se deu paralelamente a uma ampliação da participação do trabalho assalariado no total da população economicamente ativa, o que contribuiu para dotar as relações de trabalho de um caráter mais regular e mais formal.

Em decorrência, começam a aparecer interpretações que, com base no fato de a estrutura produtiva já ter atingido porte e diversificação julgados suficientes para permitir um alto potencial de absorção, passam a encarar a generalização de relações de assalariamento na população ativa como uma questão de tempo. (2)

Onde não pudesse penetrar a modernidade ocupacional, a integração viria por outras formas de resolução da questão social que não o emprego, viabilizadas por uma melhor distribuição da renda e por um adequado formato da política governamental neste campo.

A própria condição de vida dos segmentos engajados nos chamados "mercados informais de trabalho" seria melhorada a partir do incremento da renda da classe trabalhadora em mercados capitalistas, viabilizando um maior volume de

2. Especialmente Salm, C. et alii - 1987, (104).

transferência de rendimentos àqueles segmentos, via pagamento dos bens e serviços que produzem.

A manifestação dessa tendência integradora no nível do mercado de trabalho, meio a um grau de heterogeneidade ainda alto, tanto para a economia como um todo quanto no interior de seus setores e regiões, estaria apenas a indicar o início de todo o processo, cuja continuidade traria, inevitavelmente, maior homogeneidade ao sistema econômico.

Tais afirmações parecem merecer diversas qualificações no sentido de apontar para uma série de instâncias que medeiam a dinâmica de uma estrutura produtiva que se integra e se diversifica, tornando mais complexas suas relações inter setoriais, e os efeitos acarretados no mercado de trabalho no contexto de uma economia capitalista retardatária.

Talvez a principal delas se situe no nível dos processos de concorrência, onde as decisões quanto à incorporação do progresso técnico e sua conseqüente difusão variam em função das características de cada um dos setores, ramos e até mesmo segmentos da atividade produtiva, cujos resultados no nível do mercado de trabalho parecem-nos de difícil estabelecimento *a priori*.

Consequentemente, não nos parece generalizável a relação direta e necessária entre os "estágios" do desdobramento de estruturas produtivas capitalistas, constituídas num processo de desenvolvimento retardatário e as proporções crescentes de força de trabalho ocupada em mercados de trabalho tipicamente capitalistas, embora possam frequentemente estar associados.

Em terceiro lugar, não é incomum casos de economias cujas estruturas produtivas se estagnaram e viram revertido seu crescimento, após terem atingido um grau bem elevado de desenvolvimento e integração, com impactos negativos sobre as bases de um mercado de trabalho anteriormente estruturado.

Além do que, dependendo da intensidade e duração das crises econômicas, as características quanto à incorporação de força de trabalho podem se alterar, diminuindo as relações de assalariamento, seu grau de estabilidade e formalização, além do nível das remunerações envolvidas.

Quando da recuperação, nem os prazos para o restabelecimento da situação pré-crise são proporcionais àqueles envolvidos no seu desencadeamento, nem é inexorável que o mesmo se faça integralmente.

Finalmente, e mesmo nos fixando nos 70, onde os desdobramentos da estrutura industrial capitaneou um processo de crescimento com impactos inusitados no mercado de trabalho, deve-se ressaltar que, entre nós, absorção produtiva da força de trabalho nem sempre determina sua integração social.

Enfim, parece que da mesma forma que o menor dinamismo da absorção dos 50 determinou as noções calcadas na "insuficiência dinâmica", o excelente desempenho dos 70 difundiu um otimismo que extravasa os limites de uma visão que toma em consideração o conjunto das últimas quatro décadas.

1.2. CRESCIMENTO ECONOMICO E ABSORÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO NO POS-GUERRA

Pois bem, os dados das Tabelas 1.1, 1.2 e 1.3, confeccionadas a partir dos resultados dos Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 ⁽³⁾, evidenciam 40 anos de uma apreciável expansão das ocupações, sem entrarmos no mérito das questões qualificativas de cada

3. Publicados pelo IBGE nas Séries Estatísticas Retrospectivas Vol.3 em 1987, incorporando, sempre que possível, procedimentos consagrados pelo debate acadêmico com fins de melhorar sua comparabilidade; para maiores detalhes vide Anexo Metodológico.

ocupação criada, tais como intensidade, duração, remuneração, grau de institucionalização etc.

Com efeito, entre 1940 e 1980, 27,5 milhões de ocupações foram criadas na economia brasileira, sendo que apenas 11% desse total, algo como 3,0 milhões apenas, no interior do Setor Primário.

A distribuição temporal desse desempenho não se deu uniformemente mas, ao contrário, tendeu a se concentrar de forma intensa na última década.

Assim, entre 1940 e 1950, foram geradas cerca de 2,3 milhões de ocupações, algo como 8,6% do total acrescido nas quatro décadas consideradas, com a participação das ocupações agrícolas no nível de 22,4%.

Esse resultado certamente está influenciado por problemas de comparabilidade imperfeita entre os Censos Demográficos dos referidos anos, que inclusive apresentaram uma pequena redução das mulheres economicamente ativas ocupadas durante o período.<4>

4. Comente as análises de séries mais longas têm seu período de abrangência iniciado em 1950; dado que a publicação do IBGE (nota 1) inclui o Censo de 1940 como o marco inicial da chamada era moderna dos censos brasileiros, resolvemos mantê-lo para efeito desta seção.

De qualquer forma, e tomando por base somente os trabalhadores do sexo masculino, onde certamente as questões que afetam a comparabilidade intertemporal dos censos devem ter tido uma menor incidência, nota-se um acréscimo entre 1940 e 1950 que corresponde a 14% do aumento total nas quatro décadas.

Esse percentual parece-nos bem mais razoável ante a uma década onde as estimativas ⁽⁵⁾ do produto real global apontam para um crescimento médio de 4,9% a.a., tendo a produção da Indústria de Transformação crescido a uma média de 7,9% a.a.

Nos anos 50 esta situação muda quando a economia brasileira gerou, em termos líquidos, cerca de 5,6 milhões de ocupações, um quinto do total de ocupações acrescidas nos últimos 40 anos, correspondendo 36%, aproximadamente, ao setor agrícola.⁽⁶⁾

A taxa média de crescimento anual da ocupação atinge 2,9% no período (5,0% para a mão-de-obra feminina e 2,5% para a masculina), mostrando-nos que o maior dinamismo da economia brasileira acelerou a absorção ao longo dos 50,

5. Estimativas dos índices do nível real da atividade econômica realizadas por Albert Fishlow in IBGE - 1987, Tabela 4.2, p.94 (43).

6. O aumento na ponderação das atividades agrícolas e extrativas no acréscimo intercensitário se deve à baixa enumeração de mulheres nessas atividades em 1950, inferior inclusive às magnitudes apresentadas para 1940.

pois, na década anterior, cresceu 1,5% a.a. (-1,1% para feminina e 2,0% para masculina).

No tocante à ocupação urbana⁷, as taxas de crescimento médio saltaram de 3,8%a.a. nos 40 para 4,3% a.a. nos 50.

Contudo, em se tratando do período que abarca o Plano de Metas, onde se promoveu a instalação de diversos ramos industriais no país além da enorme expansão das indústrias de base, parece-nos que os resultados em termos de criação de ocupação são tímidos, sobretudo ante o particular dinamismo da economia como um todo naqueles anos.⁸

Se atentarmos para o fato de que estamos aqui empenhados em caracterizar o desempenho ocupacional de uma década através de dois pontos no tempo e de que o acréscimo intertemporal de ocupações é um saldo entre movimentos de signos contrários - um criando e outro destruindo ocupações - temos que uma provável explicação para o fato seria a magnitude dos processos de destruição de postos de trabalho ocorridos durante o período.⁹

7. Estaremos tomando as taxas de crescimento médio anual da população economicamente ativa ocupada masculina.

8. Nos 40 o produto global expandiu-se a 4,9% a.a. e o industrial a 7,9% a.a., enquanto o emprego masculino global se expandiu a 2,0% a.a. e o industrial a 5,2% a.a.. Nos 50 essas taxas foram de 7,2 e 9,0 para o produto global e industrial, e de 2,5 e 2,6% para o emprego masculino global e industrial respectivamente.

9. Este ponto será abordado em maiores detalhes no capítulo segundo.

Tais movimentos, caracteristicamente encontrados na dinâmica do setor industrial, parecem evidenciar-se no período, segundo dados das Tabelas 1.4 e 1.5, mesmo que de forma indicativa.

A primeira delas, que contém a modificação no período intercensitário para a ocupação de alguns grupos e subgrupos ocupacionais selecionados, mostra que as ocupações industriais foram as que apresentaram menor dinamismo.

Na Tabela seguinte, de número 1.5, tem-se que a elasticidade do emprego industrial em relação ao produto setorial atinge o seu nível mais baixo na década dos 50, bastante inferior ao dos anos 40.

Isso ocorreu porque a expansão do emprego nos 40 e nos 50 se deu a taxas semelhantes, a despeito do produto industrial ter-se acelerado bastante nesta última década.

Em última instância, parece plausível que a modernização de segmentos tradicionais do parque industrial ao longo dos 50 tenha, ao dispensar trabalhadores e mesmo encerrar unidades produtivas, ofuscado o bom desempenho em termos de criação de ocupações por parte dos setores recém-instalados no país.

Em relação ao ramo têxtil, responsável por algo como 40% da ocupação da Indústria de Transformação em 1950, parece existir um certo consenso de que houve esse processo de destruição de muitos postos de trabalho e o fechamento de grandes unidades fabris, particularmente nos parques mais tradicionais como o nordestino. <10>

A Tabela 1.6, cujos dados de ocupação dos subgrupos ocupacionais da Indústria Têxtil apresentam-se na sua maioria com taxas médias de crescimento negativas, parece dar respaldo a essa afirmação. Ademais, as exceções, que via de regra cresceram a taxas muito elevadas, são, na verdade, ocupações da Indústria Domiciliária (Rendeiras e Redeiros) que se concentram predominantemente no Nordeste.

Ao longo dos anos 60, cerca de 6,5 milhões de novas ocupações foram criadas na economia brasileira; desempenho que reflete a desaceleração no crescimento da população ativa ocupada no período para o nível médio de 2,6% a.a. (2,2% a.a. para os homens e 4,2% a.a. para as mulheres).

No entanto, a ocupação urbana masculina crescia no período a taxas médias da ordem de 4,3% a.a., enquanto a industrial o fazia a 4,6% a.a., ritmos superiores aos ostentados na década anterior.

10. Vide JATOBA, J. et alii - 1985, p.280, (55).

Desse total, as ocupações proporcionadas pelas atividades vinculadas ao Setor Agropecuário e Extrativo somaram 682 mil, cerca de 10% do total acrescido, o que caracteriza uma trajetória descendente enquanto participação no total da ocupação da economia.

Se considerarmos que nos 60 o produto interno bruto cresceu a uma taxa média anual de 6,2% e a Indústria de Transformação a 7,0%, contra 7 e 9,0% nos 50, respectivamente, fica caracterizada uma queda menos que proporcional no ritmo de crescimento da ocupação entre os dois períodos, sendo que a ocupação urbana, notadamente a industrial, se acelera razoavelmente.

Parece-nos se tratar de mais uma indicação da elevada intensidade assumida pelo processo de destruição de ocupações nos 50. <11>

Em síntese, o crescimento da ocupação cresceu discretamente da década dos 40 para a dos 50, apesar de o produto e do produto industrial terem se acelerado bem mais intensamente.

Já nos anos 60, como que num movimento compensatório, a queda no ritmo de atividade não é seguida, na mesma

11. Além do que, muitos dos efeitos diretos e indiretos sobre o mercado de trabalho, advindos das inversões do Plano de Metas, adentram os anos 60 sem a conseqüente destruição de postos de trabalho, ao menos na mesma intensidade.

proporção, pela desaceleração nos ritmos da ocupação, que baixou discretamente. (12)

Mas o dinamismo maior ocorreu na década dos 70, onde registrou-se um volume adicional de ocupações da ordem de 13,0 milhões, 47% de todo o acréscimo verificado desde 1940.

A população economicamente ativa ocupada cresceu a taxas médias da ordem de 3,7%, anualmente, seu maior ritmo desde os 40.

Tais números sofrem a influência do poder de captação mais abrangente do Censo Demográfico de 1980 em relação aos demais, particularmente no tocante à mão-de-obra feminina.

Tomando-se somente os trabalhadores do sexo masculino, temos que suas ocupações apresentaram um crescimento da ordem de 2,9% anualmente, destacando-se de forma um pouco menos intensa que a ocupação agregada, dado que a feminina ostentou taxas médias da ordem de 6,5% a.a.

12. A baixa elasticidade emprego-produto industrial nos 50 estaria associada às grandes transformações estruturais então ocorridas. O período que abrange as quatro décadas, a partir de 1940, não parece confirmar a noção de impactos crescentes da atividade econômica sobre o emprego, mas sim uma certa atipicidade dos 50. O início de uma série a partir desta última década leva, necessariamente, a superestimar a intensidade da relação entre essas duas variáveis que, em última instância, consideramos válida. Vide a este respeito SALM, C. et alii, 1987, especialmente pp.10 a 26 (104).

Note-se que a evolução do trabalho masculino deixa de ser um bom indicador da absorção de força de trabalho no período, dada a intensa participação da mulher no mercado de trabalho.

Deve-se, entretanto, ressaltar que ao longo do período verificou-se uma desaceleração no crescimento da população e que tal desempenho se deu com aumento nas taxas de participação, sintoma do bom dinamismo da demanda de trabalho na década.

Esse bom resultado, como se sabe, foi capitaneado pela absorção de força de trabalho por parte do setor industrial, que apresentou taxas de crescimento médio acima de 7% durante toda a década, como veremos em detalhe mais adiante.

Aliás, tomando os dados da Tabela 1.5, temos que os anos 70 aparecem como a única década, no período aqui considerado, onde se combinam um maior crescimento do produto industrial com o mais alto ritmo de absorção de mão-de-obra por parte das atividades industriais.

O que aqui nos importa frisar é que o efeito modernização e suas consequências em termos de destruição de ocupação parece não ter sido suficientemente intenso, de modo a prejudicar a excelente absorção dos 70.

Os dados sobre elasticidade contidos na Tabela 1.5 apontam a última década com um nível de 0,78, um destaque dos últimos 40 anos, e compatível com a natureza do crescimento, em particular da indústria, cujos ramos meio que se revezaram em termos de dinamismo, mesmo que em níveis menos intensos na segunda metade da década. (13)

Assim, este desempenho parece compatível com os ritmos com que nos 70 cresceram o produto total e o industrial, 12,4% e 13,5% até 1973 e 7,1% e 7,6% até o final da década, respectivamente.

A desaceleração do crescimento da economia a partir de 74, ao sustentar até o final da década ritmos superiores aos 7% anuais, garantiu as conquistas em termos de geração de ocupação obtidas durante o "milagre", sendo provavelmente um dos elementos explicativos de tão expressivo desempenho.

Contudo, é curioso notar que desempenho razoavelmente análogo ao dos 70 produziu resultados ocupacionais muito mais modestos na década dos 50, quando justamente vários setores, em especial da indústria e seus ramos mais

13. O crescimento da Construção Civil e dos segmentos industriais diretamente ligados a ela e a desaceleração menos acentuada dos ramos produtores de não-duráveis de consumo, a maioria ostentando taxas de crescimento do produto acima de seus níveis históricos, parecem ter sido decisivos na sustentação de um certo dinamismo da economia como um todo na segunda metade da década, compensando em parte a forte desaceleração experimentada pelos setores que lideraram a etapa expansiva.

dinâmicos, se implantaram no país, alargando horizontalmente o mercado de trabalho.

Parece-nos que o fenômeno da modernização de ramos tradicionais, com grande participação na ocupação setorial, poderia ser a explicação dessa diferença.

Segundo os dados da Tabela 1.5, entre os 40 e os 50 tivemos uma razoável aceleração do produto industrial acompanhada de uma intensa desaceleração do emprego industrial. Entre os 50 e os 60, o movimento repete-se no contexto de uma outra etapa do ciclo: a uma desaceleração do produto industrial se associa um incremento nas taxas de crescimento médio do emprego industrial.

De qualquer forma, a comparação torna-se mais eloquente entre as décadas dos 50 e 70, onde o produto industrial cresceu a taxas muito semelhantes, com enormes disparidades nos ritmos de absorção de força de trabalho.

No próximo capítulo, discutiremos a repercussão sobre o emprego exercida pela transformação da estrutura industrial nessas duas décadas. No restante do presente capítulo, teceremos breves considerações sobre o impacto mais global do processo de urbanização sobre a absorção de força de trabalho.

1.3. URBANIZAÇÃO E DEMANDA DE FORÇA DE TRABALHO

Embora a expansão da produção industrial reflita o processo de industrialização do país, não podemos deixar de mencionar o forte impacto do crescimento da população e da renda urbanas sobre o emprego industrial.

Entre 1950 e 1980, a população brasileira mais que dobrou, em função do declínio acentuado da taxa de mortalidade, a partir da virada dos anos 40, paralelamente a uma elevada taxa de natalidade, mantida até meados dos anos 60, dado que foi pequena a significância da migração internacional no período.

Conseqüentemente, segundo os dados da Tabela 1.7, a taxa de crescimento vegetativo cai de 2,9% entre 1960 e 1970, para 2,5% na década dos 70. "Mais significativo que o nível absoluto da redução, porém, é o fato de que a mesma constitui um novo patamar em termos do comportamento reprodutivo da população brasileira".⁽¹⁴⁾

Ou seja, as mulheres nascidas na última década, em condições de natalidade declinante, farão decrescer no futuro a proporção de mulheres em idade fértil, fazendo com que a taxa de natalidade só se estabilize a um nível bem

14. MARTINE, G., CAMARGO, L. - 1984, p.102, (72). Os dados a respeito dos fatores condicionantes do crescimento populacional no período foram tomados do referido estudo.

mais baixo, após um hiato temporal de sucessivas quedas.

(15)

Já a taxa bruta de mortalidade (o número de mortos por 1000 habitantes) começou a cair lentamente no Brasil há mais de um século, sendo que, desde 1940, verifica-se uma redução acelerada dos seus níveis. (16)

No caso da queda da fecundidade, embora as causas mais importantes apresentem variabilidade considerável quando se desagregam os índices para o conjunto do país em regional, urbano-rural, por rendimento etc., tem-se como elemento chave a contracepção, através de métodos de alta eficiência.

(17)

Em relação à queda na mortalidade, seus determinantes têm natureza mais geral, posto que se ligam aos progressos da medicina internacional no controle das doenças infecciosas, no desenvolvimento de inseticidas que permitiram controlar os insetos transmissores de doenças e, no caso do Brasil, na simultânea alteração na política de saúde e o crescimento da medicina previdenciária. (18)

15. A partir de 65, a taxa de natalidade diminui, passando de 37,7 para 32,1 por mil habitantes entre as décadas dos 60 e 70.

16. Estima-se que dos 21 óbitos por mil habitantes na década dos 40, 14 na dos 50, 10 na dos 60, tenhamos atingido nos anos 70 o nível de 8 mortes por mil habitantes.

17. BERQUO, E., 1982, p.6, (16).

18. Braga, J.C. e Paula, S.G., 1981, p.71 e seguintes, (19).

Além de provocarem a queda no ritmo de crescimento da população, as taxas declinantes de fecundidade levam ao seu envelhecimento que, conjugado com a redução dos índices de mortalidade, faz aumentar a frequência absoluta e relativa das faixas superiores da distribuição etária.

Assim, a participação da população jovem - com menos de 15 anos de idade - tende a se reduzir, passando de 42% em 1950 para 38% em 1980.

Entretanto, como essa participação é, em termos internacionais, relativamente alta (18) e dado ser improvável que se revertam as atuais tendências de queda nas taxas de fecundidade, há muito espaço para quedas ulteriores na proporção de jovens na população total.

Pois bem, essa população, que vem "envelhecendo" a ritmos crescentes, vem rapidamente também se fixando nos centros urbanos dos mais variados tamanhos do país.

Em princípio, bastaria a simples confrontação dos dados da Tabela 1.8 com os da Tabela 1.7, para que se tornasse evidente que os ritmos com que cresce a população urbana no Brasil foram sempre mais elevados do que aqueles da população total.

19. MERRICK, T.W. - 1986, p. 32, (83) acha esse percentual ainda muito mais elevado se comparado a países com menores índices de natalidade, onde a mesma atinge cerca de 20%.

Mais ainda, enquanto este último tende, a partir de 1960, a se desacelerar, aquele se intensificava, sofrendo sua primeira redução somente entre 1970 e 1980.

Adicionalmente, pela primeira vez, ao longo dos anos 70, os acréscimos da população urbana são superiores aos da população total, o que significa que a população rural decresceu em termos absolutos no período.

"Este processo de urbanização ocorreu em todas as regiões do país, embora a taxas mais altas nas regiões menos urbanizadas, e em todas as classes de tamanho urbano, ainda que as taxas de crescimento mais elevadas tenham se verificado na classe das cidades de 100 a 500.000 habitantes, havendo, entretanto, uma tendência à homogeneização das taxas de crescimento desde 1950. Isto significa que o processo de urbanização difundiu-se pelas regiões e por todas classes de tamanho urbano".(20)

Se tomarmos a definição oficial de urbano (21), o país possuía cerca de 31% de sua população residindo em áreas urbanas em 1940, proporção que passa para 36% em 1950, 45% em 1960, 56% em 1970 e 68% em 1980, segundo dados da Tabela 1.9.

20. Faria, V., 1983, p.140, (37).

21. Sedes de Municipios ou Distritos.

Contudo, ao adotarmos a definição de urbano (22) sugerida pela ONU e aceita internacionalmente, tais percentagens passam a 16% em 1940, 21% em 1950, 29% em 1960, 41% em 1970 e 54% em 1980, o que representa ainda um alto ritmo de urbanização.

Os dados da Tabela 1.11 sobre as taxas de crescimento médio anual da população por classes de cidade não indicam um crescimento concentrado em nenhuma faixa de tamanho, a despeito de uma ligeira supremacia daquelas com mais de 500.000 habitantes. Por conseguinte, todas as classes de cidades com população acima de 20.000 habitantes experimentaram um crescimento acelerado ao longo das últimas décadas.

A nosso ver, esse processo de urbanização apresenta duas características distintas, que se complementam e sugerem sua natureza subordinada ao "re-ordenamento" das atividades econômicas no contexto de um desenvolvimento capitalista retardatário.

A primeira delas refere-se ao curto espaço de tempo em que se processou a reordenação da população sobre o espaço e sua concentração nos maiores centros urbanos.

22. Localidades de 20.000 ou mais habitantes.

Com efeito, mais da metade da população brasileira residia em cidades com mais de 20.000 habitantes em 1980, dos quais aproximadamente 60% nas 13 cidades com população igual ou superior a 500.000 pessoas, enquanto há 30 anos tais percentagens não passavam de 16% e 48%.

A segunda é que ainda em 1980 o contingente populacional que residia em localidades rurais segundo a definição oficial era de maior magnitude que toda a população urbana residente nas cidades acima de 500.000 habitantes.

Isso significa que possuíamos ainda em 1980 mais pessoas vivendo em localidades eminentemente rurais que toda a população de nossas maiores cidades.

Note-se, aliás, que se trata de uma estimativa bem conservadora, uma vez que existem muitas sedes municipais que poderiam tranquilamente ser consideradas "rurais", principalmente nas áreas mais pobres do país.

Mas quando comparamos a urbanização dos 50 com aquela dos 70, vemos que se revestiram de características distintas. A simples observação dos dados da Tabela 1.12 mostra que no primeiro período o processo como um todo reflete pesadamente o que ocorria com Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto que na última década, a urbanização

difundiu-se por todas as regiões do país, aumentando consideravelmente as magnitudes absolutas e relativas do "urbano".

Esse incremento do contingente populacional urbano foi acompanhado pelo crescimento da renda urbana, refletindo a expansão das atividades econômicas urbanas.

Quanto ao crescimento da renda, a Tabela 1.13 traz estimativas do produto interno bruto per capita médio das atividades não-agrícolas, mostrando-nos que os anos 70, em comparação com a década dos 50, ostentou não só níveis de rendimento mais elevados como ritmos de crescimento dos mesmos bem mais intensos.

Se tomarmos como indicador das remunerações básicas do país nas duas décadas o salário mínimo legal calculado pelo DIEESE para São Paulo (Tabela 1.14), veremos que, apesar dos problemas de comparabilidade, os níveis que assume ao longo dos 70, além de menores, apresentam queda ponderável até a metade da década parcialmente recuperada até 1979, enquanto que nos 50 seu nível é sempre crescente e bem superior ao daquele período.

Assim, parece-nos razoável considerar que a associação, ao longo dos 50, entre um processo de crescimento da renda relativamente mais lento e um salário

mínimo cujo nível real é consideravelmente mais elevado, indica uma evolução no sentido de uma distribuição menos desigual.

Já nos 70, uma intensa aceleração do poder de compra encontra-se associada a uma distribuição de renda mais desigual e salários de base menores, reflexo da consolidação de um padrão de consumo característico da nossa economia.

No entanto, para os 70 existem dados mais precisos. Em primeiro lugar, o crescimento médio da renda real per capita para a população economicamente ativa foi de 75% ⁽²³⁾ entre 1970/80, com um melhor desempenho do setor agropecuário (98%) do que das atividades não agrícolas (52%), o que contribuiu para a redução das desigualdades intersetoriais.

Do ponto de vista regional, registrou-se também um processo de redução das disparidades, pois o Sudeste, que possui a maior renda média, apresentou o menor crescimento relativo.

Isso se deu porque no Sudeste a renda média nas atividades não agrícolas apresentou um crescimento inferior ao Norte e Nordeste (48%, 60% e 53%, respectivamente), ao

23. Com a inclusão das pessoas ativas sem rendimentos este acréscimo vai para 80%. Vide HOFMAN/KAGEYAMA, 1984, p.812 (53). Os dados sobre distribuição de renda nos 70 foram retirados desse estudo.

passo que nas atividades agropecuárias ocorreu o inverso (124%, 89% e 68%, respectivamente).

Ocorre que no Norte/Nordeste a renda média nas atividades agrícolas, mesmo crescendo menos que no Sudeste, apresentou ritmo superior ao da renda per capita nas atividades não agrícolas. Além disso, o peso do emprego agrícola no Norte/Nordeste é muito superior ao do Sudeste.

O acréscimo generalizado de renda per capita foi acompanhado de uma crescente desigualdade na distribuição entre as pessoas, embora de forma menos intensa que na década dos 60.

Como mostram os dados da Tabela 1.15, apenas os 10% mais ricos da distribuição aumentaram sua participação no total da renda, em torno de três pontos percentuais, em detrimento de todos os demais.

Esse processo de concentração foi mais intenso no setor agropecuário que nos setores urbanos da atividade econômica e ocorreu com maior intensidade relativa no Norte, Centro-Oeste e Nordeste, sendo praticamente inexpressivo no Sul e no Sudeste, onde mais se concentra o mercado urbano.

Curiosamente, este panorama de intensificação das desigualdades intra-regionais reverte-se quando passamos a

considerar as "famílias" em vez dos "indivíduos" como unidade de análise.

Assim, de acordo com os dados da Tabela 1.16, entre 1970/80, o grau de desigualdade da distribuição da renda entre famílias decresceu para o Brasil como um todo, muito embora seja mais um reflexo do que aconteceu na região Sudeste. Nas demais regiões detectaram-se aumentos na desigualdade, particularmente no Norte e Centro-Oeste.

Conseqüentemente, foi o Sudeste que, tendo a renda familiar mais elevada, experimentou a menor variação relativa no período: enquanto a renda familiar média aumentava 89% para o conjunto do país, no Rio de Janeiro e em São Paulo esta variação situou-se em 52% e 70%, respectivamente.

Esta combinação de aumento da desigualdade entre indivíduos e diminuição entre famílias deu-se, muito provavelmente, em função do aumento do número de pessoas com rendimento por família e da redução do tamanho das famílias.

De fato, entre 1970 e 1980, como mostram os dados da Tabela 1.17, caiu a proporção das famílias com apenas uma pessoa auferindo rendimentos, aumentando a proporção das famílias com 2 pessoas e, especialmente, com 3 ou mais pessoas com rendimento.

Estas últimas, cresceram aproximadamente 45% e 63% no período, num movimento correlacionado de forma inversa com a renda familiar, ou seja, o aumento do número de pessoas com rendimento por unidade familiar foi mais acentuado para as famílias mais pobres.⁽²⁴⁾

A proporção das famílias pobres com duas pessoas auferindo rendimentos aumentou pouco menos que 100% no período, enquanto que aquelas com três pessoas ou mais sofria um acréscimo de 50%.

No caso das famílias mais ricas, os movimentos foram bem menores, particularmente para aquelas com duas pessoas auferindo rendimentos.

A principal causa do aumento do número de pessoas com rendimento por família, ao longo dos anos 70, parece ter sido o aumento da proporção de mulheres na PEA, particularmente o aumento da proporção de mulheres casadas.

A participação destas últimas na PEA feminina aumentou 38%, de 25,8% em 1970 para 35,7% em 1980.

E, como ficará caracterizado em maiores detalhes no capítulo terceiro, foram exatamente as taxas de participação

24. Vide HOFFMAN/KAGEYAMA, 1984, Tabela 7, p. 819, (53).

das mulheres entre 20 e 59 anos de idade que aumentaram intensamente no período, com destaque para aquelas que possuíam entre 30 e 39 anos de idade. (25)

Assim, a maior disponibilidade de pessoas para o trabalho, notadamente mulheres, gerou um fluxo significativo de oferta no mercado de trabalho, absorvido via multiplicação de ocupações.

Como já sabemos, foram as famílias mais pobres que mais aumentaram a proporção de seus membros na busca da garantia de sua reprodução no mercado de trabalho durante o período.

Assim, as ocupações por esses obtidas, provavelmente se revestiram das características de ocupações de estreates no mercado de trabalho em atividades não-domésticas.

Proporcionaram menor remuneração relativa, independentemente do grau exigido de qualificação do postulante, dado que foram predominantemente do sexo feminino, pairando sobre a mulher, em especial as mais pobres, uma discriminação em termos de remuneração.

25. Esse comportamento é perfeitamente aderente às características atuais da população brasileira em termos de sua natureza predominantemente urbana, onde as famílias vêm crescentemente se constituindo por uniões livres em lugar das de tipo religioso e também legais, que adotam o planejamento familiar através basicamente de métodos contraceptivos de maior eficiência, tendo portanto um número menor de filhos. Vide BERQUO, E. - 1982, pp. 3 a 8 (16).

Entretanto, trata-se de um segundo membro da família que antes respondia às necessidades do consumo doméstico com trabalho não remunerado e passou, no período, a adquirir bens e serviços no mercado.

Portanto, apesar da desigualdade de rendimentos imperante nas cidades brasileiras na década dos 70, o maior crescimento da renda per capita urbana significou a ampliação massiva do poder de compra da população.

Conseqüentemente, este poder de compra incrementado parece ter sido exercido no mercado, que se ampliou consideravelmente, mesmo que a distribuição tenha sido menos igualitária que nos 50.

Logo, parece-nos plausível admitir que do ponto de vista do impacto global da urbanização sobre a absorção de força de trabalho, e dado o maior crescimento da renda urbana, mesmo que mais desigualmente distribuída, os anos 70 teriam experimentado uma mais rápida e possivelmente mais abrangente absorção que nos 50.

Em síntese, além de os desdobramentos da estrutura industrial terem sido acompanhados por intenso crescimento da absorção de mão-de-obra nos 70, o que se expressa pela elevada elasticidade produto-emprego obtida no período,

também o processo de urbanização parece ter desempenhado um papel importante.

A natureza mais abrangente da urbanização, difundindo-se em todas as classes de tamanho de cidade e em todas as regiões do país, combinada com um crescimento do poder de compra, não somente com base em aumentos individuais de renda mas também pelo aumento do número de pessoas com rendimento na família, deve ter impulsionado de forma significativa a demanda urbana.

Demanda esta cujo atendimento é realizado quase que integralmente pelo mercado, em níveis bem superiores que na década dos 50, quando uma considerável proporção das necessidades ainda eram supridas via produção doméstica.

Isso deve ter imprimido um dinamismo aos segmentos industriais produtores de bens de consumo massivo, complementando os efeitos exercidos sobre o emprego pelos desdobramentos da estrutura produtiva montada nos 50, ao longo da década de 70.

A simples observação dos dados da Tabela 1.18 aponta a década dos 70 com uma taxa média de crescimento da população urbana economicamente ativa ocupada da ordem de 6,2% a.a., único período em que esse ritmo de crescimento ultrapassa a média das últimas quatro décadas.

Segundo os dados da Tabela 1.19, os anos 70, em parte devido a esse desempenho, concentrou mais da metade (54%) dos acréscimos intercensitários de população economicamente ativa ocupada, um indicador do dinamismo imprimido ao mercado de trabalho no período, resultado da conjugação dos fatores que acabamos de assinalar.

Vejamos, no próximo capítulo, alguns dos contrastes dos impactos da transformação da estrutura industrial sobre o emprego, desagregado pelos principais ramos de atividade nas décadas dos 50 e 70.

TABELA 1.1
 POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA,
 POR SEXO
 BRASIL: 1940-1990

ANOS	HOMEENS	MULHERES	TOTAL
1940	11958,9	2797,6	14758,5
1950	14609,8	2507,6	17117,4
1960	18673,2	4076,9	22750,1
1970	23218,1	6120,4	29338,5
1980	30766,2	11505,4	42271,6

FONTE: IBGE - ESTATISTICAS HISTORICAS DO
 BRASIL - SERIES ESTATISTICAS RE-
 TROSPECTIVAS, VOL 3, 1987.

TABELA 1.2
 POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA, POR SEXO
 BRASIL: 1940-1980

PERIODOS	ACRESCIMOS					
	HOMENS		MULHRES		TOTAL	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
1940-50	2650,9	14,1	-292,0	-3,4	2358,9	8,6
1950-60	4063,4	21,6	1569,3	18,0	5632,7	20,5
1960-70	4544,9	24,2	2043,5	23,5	6588,4	23,9
1970-80	7548,1	40,1	5385,0	61,9	12933,1	47,0
1940-80	19807,3	100,0	8705,8	100,0	27513,1	100,0

FORTE: TABELA 1.1.

TABELA 1.3
 POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA,
 POR SEXO
 BRASIL: 1940-1980

PERIODO	TAXA GEOMETRICA DE CRESCIMEN.		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1940-50	2,02	-1,10	1,49
1950-60	2,48	4,98	2,89
1960-70	2,20	4,15	2,58
1970-80	2,83	6,52	3,72
1940-80	2,39	3,60	2,67

FONTE: TABELA 1.1.

TABELA 1.4
 ESTRUTURA OCUPACIONAL
 BRASIL 1950-1960

GRUPOS OCUPACIONAIS	1950	1960	TAXA MEDIA ANUAL
ATIVIDADES INDUSTRIAIS (1)	1842148	2315331	2,3
OCUP ADMINISTRATIVAS	166480	200963	1,9
OCUP TECN CIENTIFICAS	22970	47385	7,5
OCUP IND TRANSF E CIVIL	1198135	1573762	2,8
COMERCIO DE MERCADORIAS	958509	1486797	4,5
PRESTACAO DE SERVICOS	1672802	2745958	5,1
ATIVIDADES SOCIAIS	434315	688675	4,7
ADMINISTRACAO PUBLICA	512644	712904	3,4

FONTE: 1960 - CENSOS DEMOGRAFICOS.

NOTA: (1) REFEREM-SE AS OCUPACOES EXERCIDAS POR
 PESSOAS DO SEXO MASCULINO, INCLUSIVE CONSTRU-
 CAO CIVIL.

TABELA 1.5
 ELASTICIDADE EMPREGO - PRODUTO INDUSTRIAL
 BRASIL 1940-1980

	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
EMPREGO INDUSTRIAL (1)	3,1	3,0	3,8	7,1
EMPREGO INDUS MASCUL (1)	5,2	2,6	4,6	6,8
PRODUTO INDUSTRIAL (2)	(3) 7,9	9,0	7,1	9,1
ELASTICIDADE	0,37	0,33	0,54	0,78
ELASTIC EMPREGO MASCUL	0,66	0,29	0,65	0,75

FGNTE: (1) IBGE: SERIES ESTADISTICAS RETROSPECTIVAS VOL 3/3, PG. 73, TABELA 3.3.
 (2) IEI/UFRRJ E IPE/SECRET. EMPREGO E SALARIO "O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO - ESTRUTURA E CONJUNTURA", ABR/87, PG. 12 E TABELA A.2.1/ ANEXO PG 210.
 (3) IBGE: SERIES ESTADISTICAS RETROSPECTIVAS VOL 3/7, PG. 344, TABELA 7.4.

TABELA 1.6
 OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA TEXTIL
 BRASIL 1950-1960

SUBGRUPOS OCUPACIONAIS	1950	1960	TAXA MÉDIA ANUAL
CARDADORES E FENTEADORES	5089	1735	-10,2
MACARQUEIROS, BOBIN	24338	8468	-10,0
FIANDEIROS	56507	57830	0,2
RENDEIRAS	5054	33761	20,9
URDIDORES E REMETEDORES	7655	2620	-10,2
CORDOEIROS	1286	406	-10,9
TECELDOS	126794	166408	2,8
REDEIROS	2855	8701	11,7
ALMEJADORES E TINTUREIRO	6017	3359	-5,7
ESTAMPADORES	2532	2662	0,5
ACABADORES	5291	2759	-6,3
CERZIDEIRAS	3794	1235	-10,6

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS.

TABELA 1.7
 EVOLUCAO DA POPULACAO BRASILEIRA
 1940-1980

CENSOS	POPULACAO (x1000)	ACRESCIMOS		TAXA DE CRESCIMENTO
		ABSOLUTO	RELATIVO	
1940	41236	-	-	-
1950	51944	10708	13,8	2,3
1960	70070	18126	23,3	3,0
1970	93139	23069	29,7	2,9
1980	119002	25863	33,2	2,5

FONTE: 1986 - ESTATISTICAS HISTORICAS DO BRASIL - SERIES
 ESTATISTICAS RETROSPECTIVAS, VOL 3, 1987.

TABELA 1.8
 EVOLUCAO DA POPULACAO URBANA NO BRASIL
 1940-1980

CENSOS	POPULACAO (x1000)	ACRESCIMOS		TAXA DE CRESCIMENTO
		ABSOLUTO	RELATIVO	
1940	12880	-	-	-
1950	18783	5903	8,7	3,8
1960	31303	12520	18,5	5,2
1970	52085	20782	30,8	5,2
1980	80436	28351	42,0	4,4

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRAFICOS DOS RESPECTIVOS ANOS
 IN SERIES ESTADISTICAS RETROSPECTIVAS, VOL 3,
 1987.

TABELA 1.9
DISTRIBUICAO DA POPULACAO
1940-1980

LOCALIDADE	1940	1950	1960	1970	1980
RURAL	68,8	63,8	55,0	44,1	32,4
ATE 10000	12,6	12,2	12,4	9,6	10,0
10 A 20000	2,6	2,9	3,9	5,3	4,0
20 A 50000	2,2	3,2	4,5	5,4	6,5
50 A 100000	2,0	2,5	2,7	3,5	4,6
100 A 500000	4,1	4,3	5,4	6,1	11,0
500000 +	7,7	11,1	16,2	26,1	31,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRAFICOS.

TABELA 1.10

DISTRIBUICAO DA POPULACAO URBANA POR CLASSES DE TAMANHO DE CIDADE

1940-1980

CLASSES DE TAMANHO DE CIDADE	POPULACAO EM 1000 HABITANTES				
	1940	1950	1960	1970	1980
20 A 49	835,7	1549,5	2993,7	4619,5	7422,3
50 A 99	650,9	1133,8	1805,4	2868,5	4824,5
100 A 499	2105,3	2532,0	3199,4	5848,8	11380,8
500 +	4435,7	7382,0	14854,4	23916,9	38224,6

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRAFICOS.

TABELA 1.11

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA POR CLASSES

DE TAMANHO DE CIDADE

1940-1980

CLASSES DE TAMANHO DE CIDADE	TAXAS DE CRESCIMENTO				
	1940-1980	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980
20 A 49	5,6	6,4	6,8	4,4	4,9
50 A 99	5,1	5,7	4,8	4,7	5,3
100 A 499	4,3	1,9	2,4	6,2	6,9
500 +	5,5	5,2	7,2	4,9	4,8

FONTE: TABELA 1.10.

TABELA 1.12
DISTRIBUICAO DA POPULACAO URBANA POR CLASSE E NUMERO DE CIDADES
BRASIL: 1950-1980

CIDADES POR CLASSE DE TAMANHO (EM 1000)	CLASSES DE TAMANHO														
	20 - 50			50 - 100			100 - 500			MAIS DE 500			TOTAL		
	1950	1980	ACRESC.	1950	1980	ACRESC.	1950	1980	ACRESC.	1950	1980	ACRESC.	1950	1980	ACRESC.
NORTE	-	10	10	1	3	2	1	2	1	-	2	2	2	17	15
NORDESTE	13	67	54	7	18	11	2	15	13	1	3	2	23	103	80
CENTRO OESTE	-	21	21	3	6	3	-	3	3	-	1	1	3	31	28
SUDESTE	36	129	93	11	53	42	3	46	43	2	5	3	52	233	181
SUL	12	57,0	45	2	24	22	2	15	13	-	2	2	16	98	82
BRASIL	61	284	223	24	104	80	8	81	73	3	13	10	95	482	386

Fonte: IBGE, CENSOS DEMOGRAFICOS E TABULACAOES AVANÇADAS IN FARIA, V. - 1983, PP.126, (36).

TABELA 1.13

PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPTA MEDIO - ATIVIDADES NAO AGRICOLAS

BRASIL

ANOS	PIB NAO AGRIC; PREÇOS CORRENTES	DEFLATOR IMPLICITO 1975=100	PIB NAO AGRIC; PREÇOS CTES (CR\$ 1979)	POPULACAO URBANA	PIB PER CAPITA MEDIO (CR\$ 1979)	TX GEOM. CRESCIMENTO MEDIO ANUAL
1950	191565	2739,68	524826799	18782891	27941,75	-
1960	2295424	494,65	1135431482	31303034	36272,25	2,6
1970	143197058	14,77	2115620547	52084984	40607,11	1,1
1980	10192993000	0,52165	5317159625	80438409	66103,90	5,0

FONTE: IBGE, 1987 - ESTATISTICAS HISTORICAS DO BRASIL, SERIES ESTATISTICAS RETROSPECTIVAS, VOL 3, PARTES 1 E 4.

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO LEGAL

PARA SÃO PAULO

DATA DE INÍCIO DE VIGÊNCIA	ANO	SALÁRIO MÉDIO MENSAL REAL ÍNDICE DIEESE 1952 = 100
JANEIRO	1952	100,0
-	1953	82,4
JULHO	1954	100,1
-	1955	112,4
AGOSTO	1956	114,2
-	1957	124,2
-	1958	108,0
JANEIRO	1959	120,9
OUTUBRO	1960	102,0
OUTUBRO	1961	113,2
-	1962	103,1
JANEIRO	1963	90,6
FEVEREIRO	1964	93,6
MARÇO	1965	90,3
MARÇO	1966	77,0
MARÇO	1967	72,8
MARÇO	1968	71,3
MAIO	1969	68,6
MAIO	1970	69,9
MAIO	1971	66,8
MAIO	1972	65,6
MAIO	1973	60,1
MAIO E DEZEMBRO	1974	55,2
MAIO	1975	57,6
MAIO	1976	57,2
MAIO	1977	59,6
MAIO	1978	61,4
MAIO E NOVEMBRO	1979	62,0
MAIO E NOVEMBRO	1980	62,5
MAIO E NOVEMBRO	1981	64,1
MAIO E NOVEMBRO	1982	66,8
MAIO E NOVEMBRO	1983	56,8
MAIO E NOVEMBRO	1984	52,7
MAIO E NOVEMBRO	1985	53,9
MARÇO	1986	49,1

FONTE: SALM, C. ET ALII 1987, P.224, (104).

OBS: (1) A PARTIR DE 1962 SE CONSIDERA O 13 SALÁRIO.

(2) DEFLACIONADO ATÉ 1958 PELO ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA ELABORADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; DE 1959 EM DIANTE, PELO ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA DO DIEESE PARA SÃO PAULO.

TABELA 1.15

DISTRIBUICAO DA RENDA DE PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS DE
10 ANOS OU MAIS QUE RECEBERAM ALGUM RENDIMENTO

BRASIL 1970-1980

PERCENTAGEM DA POPULACAO	PERCENTAGEM DA RENDA	
	1970	1980
40 -	10,6	9,5
50 -	15,6	13,4
60 -	21,7	19,3
70 -	28,7	26,2
80 -	38,6	35,9
10 +	46,7	49,6
5 +	34,4	37,0
GINI	0,561	0,592

FONTE: HOFFMANN, H. - 1986, PP.67, (52).

TABELA 1.16
DISTRIBUICAO DA RENDA FAMILIAR
BRASIL 1970-1980

PERCENTAGEM	1970	1980
50 -	12,1	12,2
10 +	48,3	47,1
GINI	0,608	0,597

FORTE: HOFFMANN, R. E KAGEYAMA, A. - 1984, PP.818, (53).

TABELA 1.17

PERCENTAGEM DAS FAMILIAS SEGUNDO NUMERO DE MEMBROS COM RENDIMENTO

BRASIL 1970-1980

		ATE 1 PESSOA		2 PESSOAS		3 PESSOAS OU MAIS	
1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
26 -	22 -	94,5	89,9	4,8	9,2	0,6	0,9
39 -	44 -	91,2	78,9	7,3	17,4	1,5	3,7
8 +	10 +	40,7	33,0	34,6	38,7	24,8	30,2
9 +	3 +	42,6	34,3	35,2	38,9	22,2	26,8
TOTAL		72,0	57,7	18,2	26,3	9,8	16,0

FONTE: HOFFMANN, R. E. KAGEYAMA, A. - 1984, PP.819, (53).

TABELA 1.18
 POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA, URBANA,
 OCUPADA, POR SEXO
 BRASIL: 1940-1980

ANOS	POPULACAO EM 1000 HABIT.			PERIODOS	TAXA DE CRESCIMENTO		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL		HOMENS	MULHERES	TOTAL
1940	3430,3	1464,0	4914,3	1940-50	3,8	1,6	3,2
1950	5000,8	1746,7	6747,5	1950-60	4,1	5,0	4,4
1960	7493,2	2846,6	10341,8	1960-70	4,3	5,5	4,6
1970	11385,4	4262,7	16248,1	1970-80	5,6	7,3	6,2
1980	19646,1	9880,2	29526,3	1940-80	4,5	4,9	4,6

FUNTE: IBGE - ESTATISTICAS HISTORICAS DO BRASIL - SERIES ESTATISTICAS RETROSPECTIVAS, VOL 3, 1987.

TABELA 1.19
 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, URBANA, OCUPADA, POR SEXO
 BRASIL: 1940-1980

PERÍODOS	ACRESCIMOS					
	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
1940-50	1570,5	9,7	262,7	3,1	1833,2	7,4
1950-60	2492,4	15,4	1101,9	13,1	3594,3	14,6
1960-70	3392,2	24,0	2014,1	24,0	5906,3	24,0
1970-80	8260,7	50,9	5017,5	59,8	13278,2	54,0
1940-80	16215,8	100,0	8396,2	100,0	24612,0	100,0

FORTE: TABELA 1.18.

CAPITULO II - TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL E ABSORÇÃO DE FORÇA
DE TRABALHO URBANA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS DÉCADAS DOS
50 e 70.

Nossa intenção aqui é caracterizar as transformações ocorridas na estrutura da ocupação urbana ao longo das décadas dos 50 e 70, tomando-as como resultado dos desdobramentos experimentados pela base produtiva da economia brasileira, recolocando a discussão acerca da relação existente entre industrialização e crescimento do mercado de trabalho.

Para isso, tomaremos as informações dos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980, sobre a população economicamente ativa ocupada, desagregadas pelos setores e ramos da atividade urbana, a fim de identificar, dentre estes últimos, os responsáveis pela dinâmica da absorção, quer acelerando quer deprimindo-a.

Claro está que o confronto dos dados dos Censos Demográficos é problemático, impondo-nos extrema cautela nas afirmações a partir da comparação entre suas informações.

Nesse sentido, encontra-se anexado a esta dissertação um estudo acerca dos diversos problemas que se antepõem à perfeita comparabilidade desses dados, realizado a partir do

já significativo volume de publicações dedicadas à questão, o que por si só revela sua importância.

Isso porque as séries construídas a partir dos dados censitários constituem a única fonte de informação acerca de diversas características fundamentais da evolução sócio-econômica do país no pós-guerra; entre elas, as questões relativas à força de trabalho.

Não por coincidência, é exatamente nesse período que a comparabilidade dos mesmos se faz de forma menos problemática, o que coloca a qualidade das informações estatísticas também como um produto da transformação da sociedade.

No que diz respeito ao nosso trabalho, e coerentemente com os especialistas, é possível identificar um grande número de evidências desse processo de transformação cuja expressão vai além dos problemas oriundos de sua medição.

Mais especificamente, é possível identificar um conjunto de mudanças na estrutura setorial da ocupação urbana entre essas décadas, determinadas, em última instância, pela transformação da base produtiva da economia a ritmos inusitados em nossa história.

A resultante, em termos de emprego, ao ser produzida pela interação de diversos movimentos de signos contrários - uns destruindo e outros criando postos de trabalho - deve ser considerada como consequência não só da transformação ela mesma, mas fundamentalmente da forma que assume em cada situação.

Além disso, uma gama enorme de fatores intervenientes tais como crescimento e padrões de distribuição da renda, velocidade e difusão do processo de urbanização, incorporação tecnológica e características da base produtiva dos setores pelos quais se difunde, grau de dispersão do processo de mercantilização pelo espaço da economia etc., pode atuar no sentido de fazer com que processos de transformação da estrutura produtiva de intensidades semelhantes tenham resultados razoavelmente distintos em termos de absorção de força de trabalho.

Assim, a despeito da intensidade e da forma como se processa a transformação estrutural, é preciso levar também em conta o contexto em que se verifica e de cujas modificações é um dos principais agentes.

2.1. "ETAPAS" DA INDUSTRIALIZAÇÃO E EMPREGO

Pois bem, nosso primeiro período foi marcado por profundas transformações da base produtiva a partir da instalação de diversas unidades industriais - indústria automobilística, de construção naval, máquinas e equipamentos, material elétrico pesado etc - além da expansão significativa da siderurgia, metais não ferrosos, química pesada, petróleo, papel e celulose etc.

Foram ações realizadas sob o impulso do Plano de Metas, que contou com a participação fundamental do capital estrangeiro e articulação direta do estado, culminando com uma imensa diversificação da estrutura industrial num espaço de tempo bastante curto.

Na verdade, o processo estendeu-se de meados dos 50 até os primeiros anos da década dos 60, trazendo um problema adicional à tentativa de se analisarem seus efeitos ocupacionais a partir dos dados decenais levantados pelos Censos.

E que, possivelmente, cortar esse "impulso" com informações levantadas no ano de 1960 significa deprimir a manifestação de seus efeitos sobre o emprego, dado que tanto se deu continuidade na diferenciação estrutural nos primeiros anos dos 60, como muitas das inversões realizadas na segunda metade dos 50 só veriam tais efeitos se manifestarem integralmente na década seguinte.

Isso posto, parece-nos útil ter sempre presente que as taxas de crescimento da ocupação, particularmente a industrial, calculadas para os anos 50 são, na realidade, indicadores que subestimam um pouco os reais impactos sobre a absorção da mão-de-obra originados na transformação estrutural identificada com o Plano de Metas.

Da mesma forma que os obstáculos à perfeita comparabilidade, o desajuste dos levantamentos decenais ao ciclo de crescimento não impede que emerjam suas principais características em termos da configuração setorial da ocupação urbana.

No tocante à década dos 70, seu início marca o auge da aceleração econômica iniciada em 67, quando o esgotamento da capacidade produtiva da indústria, herdada da etapa anterior, base da recuperação, acarretou um processo generalizado de acumulação de capital fixo industrial.

Inicia-se, então, um processo de intensos desdobramentos da estrutura produtiva da indústria a partir da produção interna de bens de capital que cresce a ritmos que ultrapassam a marca dos 22% a.a., complementada com a importação dos mesmos.

Todo o processo deu-se sob a liderança da produção de duráveis (25,5% a.a. entre 1970/75), sendo que tanto a produção de bens de consumo não-duráveis quanto a de bens intermediários cresceram a taxas bem superiores às suas médias históricas.

A desaceleração observada a partir de meados da década atingiu todo o conjunto da indústria, sendo particularmente acentuada para os setores que lideraram a fase expansiva - duráveis e bens de capital.

Neste último, é curioso notar que a desaceleração no período 1975/80 ocorreu, apesar do ambicioso programa governamental que visava a implantação de capacidade produtiva desses bens com fins substitutivos de importação, além de gigantescos projetos governamentais de infraestrutura.

O que sustentou relativamente a taxa de crescimento do conjunto da indústria foram as menores quedas ostentadas pela produção de bens intermediários, em parte impulsionada pelo programa de substituição de importações do governo, e dos não duráveis de consumo.

Assim, na segunda metade da década, apresentaram-se com taxas de crescimento acima da média da indústria os ramos Plásticos, Material Elétrico e de Comunicação,

Metalúrgica, Perfumaria, Sabões e Velas, Minerais Não-Metálicos, Bebidas e Química.

Vestuário, Calçados, Papel e Papelão, Mecânica e Borracha cresceram com a média da indústria; já Têxtil, Produtos Alimentares e Fumo, apesar de abaixo da mesma, ostentaram, contudo, ritmos superiores à tendência histórica, o que contribuiu para o menor aprofundamento da desaceleração.

Contudo, foi na década dos 70 que os desdobramentos da estrutura produtiva, sob a liderança da indústria, mais impactaram o crescimento do emprego.

A peculiaridade dessa liderança no período não se expressou somente na capacidade de o setor industrial erguer o conjunto da atividade econômica, mas principalmente em fazer aumentar a ponderação do emprego industrial no total da ocupação.

Por outro lado, revelaram-se também, com enorme dinamismo, todas as demais atividades produtivas da economia urbana, em particular aquelas mais diretamente ligadas à indústria.

De resto, como nas duas décadas consideradas o processo de urbanização, embora com características

diferenciáveis, expandia-se vigorosamente, trazendo a ampliação das relações mercantis no seio da economia, quase todas as atividades urbanas apresentavam-se com altos ritmos de crescimento da ocupação.

O resultado, em termos de absorção de força de trabalho, foi, a nosso ver, produto de uma interação complexa de diversos movimentos, de naturezas distintas, assentados sobre a base de um crescimento industrial acelerado. Mudando alguns de seus vetores, mudariam automaticamente seus resultados, mesmo que a economia e, particularmente, a indústria, permanecesse ostentando altas taxas de crescimento do produto.

Assim é que se poderia tentar entender os resultados em termos de absorção de mão-de-obra bastante diferenciados nos 50 e nos 70, a partir de desempenhos da economia e do setor industrial razoavelmente semelhantes.

2.2. ESTRUTURA E CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO URBANA

Ao observarmos os dados da Tabela 2.1, confeccionada a partir dos Censos Demográficos, saltam aos olhos as diferenças entre essas décadas, em termos de dinamismo da absorção por parte das atividades urbanas, particularmente

da indústria e seus diversos segmentos, o que requer uma explicação.

Num plano mais geral, tanto a forma que assumiu a diferenciação da estrutura produtiva numa e noutra década - uma onde predominou a instalação maciça de ramos industriais, outra com predominância dos desdobramentos da estrutura herdada - quanto a época em que ocorreu - o Brasil dos 50 e o Brasil dos 70 apresentam razoáveis diferenças, em termos, por exemplo, de espraiamento da urbanização, distanciamento do mundo rural e suas práticas não mercantis, consolidação de uma classe média, etc. - jogam seu papel no sentido de explicar tais discrepâncias.

Num plano mais específico, e focalizando inicialmente o desempenho da absorção por parte das atividades urbanas, tais influências concretizam-se e diferenciam-se segundo o setor e o ramo de atividade considerados. Senão vejamos.

Em primeiro lugar, temos que a taxa de crescimento da ocupação urbana se situou no nível de 4,3% a.a. na década dos 50 e 6,4% a.a. na dos 70.

Como o crescimento da ocupação no interior das atividades que compõem o chamado setor Terciário se deu a ritmos muito semelhantes, 5,2% a.a. na primeira e 5,6% a.a. na segunda década, temos que, nesse nível de agregação, a

diferença deve ser explicada pelo crescimento da ocupação nas atividades do Secundário.

De fato, enquanto a ocupação deste setor crescia a taxas médias anuais de 2,4% a.a. ao longo dos 50, fê-lo a um ritmo acima dos 7% a.a. nos 70.

Esse desempenho se baseou na aceleração da absorção de mão-de-obra por parte de todos os seus subsetores, com a única exceção das atividades de Mineração, que viu diminuir o ritmo de crescimento de sua ocupação de 5,0% a.a. na primeira década para 3,7% a.a. na segunda.

Entretanto, essa atividade participou com 8,1% do acréscimo de ocupações do Secundário entre 1950/60 e apenas 1,4% entre 1970/80.

Também de pouca significância para explicar o comportamento da ocupação setorial foi o crescimento do ritmo de absorção no interior dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, (1) cuja aceleração de 6,8% a.a. nos 50 para 10,0% a.a. nos 70 faz sua participação no acréscimo intercensitário de ocupação do secundário passar de 5,7% no primeiro período para 4,6% no segundo.

1. Incluem a produção e distribuição de energia elétrica, gás, serviços de abastecimento de água e esgoto, além da coleta de lixo e limpeza pública.

De qualquer forma, e tomando a sua nada desprezível aceleração nos ritmos de crescimento da ocupação, temos que uma provável explicação para tão significativa diferença não pode ser encontrada no ritmo de urbanização, superior nos 50.

O que parece ter ocorrido na verdade é que, além da difusão do processo de urbanização por todas as regiões do país, a rede de distribuição desses serviços, sem dúvida alguma, multiplicou-se intensamente na segunda década.

Isso se deu, entre outros motivos, pela atenção do governo à questão habitacional, cujo melhor exemplo é a criação do BNH, que passou a financiar os investimentos em saneamento e cujo fortalecimento financeiro é tido como uma das precondições do segundo ciclo expansivo a partir de 67.

Aliás, o que também parece explicar, em parte, o comportamento da Construção Civil, com crescimento da ocupação a taxas médias de 2,9% a.a. nos 50 e 6,3% a.a. nos 70, respondendo por 10,3% de todo o acréscimo de ocupação urbana nessa década, contra 5,4% naquela.

Aqui parece também ter jogado um papel importante o efeito defasagem, já que as obras iniciadas na segunda metade dos 50 adentram os anos iniciais da década de 60, o

garantiu a boa performance da ocupação na Construção Civil neste período (8,2% a.a.).⁽²⁾

Mais fundamental, entretanto, para explicar o bom desempenho dos 70, foram as grandes obras de infra-estrutura tocadas pelo governo, de caráter massivo e cuja localização contribuiu no sentido de diminuir o grau de concentração espacial da indústria de construção. ⁽³⁾ Conseqüentemente, isso acabou por reduzir relativamente a concentração de seus efeitos sobre o emprego do Sudeste em benefício do Centro-Oeste, do Sul e, em menor escala, do Norte, que passaram a liderar a absorção no interior dessa atividade.

Contribuiu também, nesse sentido, a difusão espacial da urbanização e a generalização de padrões de vida tipicamente urbanos que, entre outras características, contemplam a nuclearização da família, aumento do seu número e redução no seu tamanho e a conseqüente multiplicação das residências.

2. Em 1970 o Censo Demográfico passou a incluir na Indústria de Transformação e na Construção Civil os ofícios de pedreiro, carpinteiro, bombeiro e outras atividades autônomas, anteriormente classificadas na Prestação de Serviços. A transferência aumenta artificialmente o emprego industrial e na Construção Civil e diminui, também artificialmente, nos Serviços. Vide ALMEIDA, Ana Luiza O. - 1976, p.338, (1).

3. A proposta de um novo padrão de Industrialização contemplado no II PND implica uma modificação da alocação de recursos em várias dimensões: setoriais, regionais e sociais. Vide LESSA, Carlos - 1978, p.6 e seguintes (60).

Isso, como mencionamos, foi possível em face do desdobramento institucional no interior do estado, com a criação e posterior fortalecimento dos órgãos governamentais dedicados à condução da questão habitacional no país, integrados no Sistema Financeiro da Habitação.

Mas o poder de explicação maior reside na Indústria de Transformação, sendo das mudanças na estrutura da ocupação no seu interior de onde devemos tirar a maior parte das influências que determinaram, nos 70, uma mais intensa absorção de força de trabalho por parte do Secundário e da economia como um todo, comparativamente à década dos 50.

Com efeito, a ocupação industrial cresce a uma taxa média de 7,9% a.a. na segunda década (contra 2,0% a.a. na primeira), respondendo por 26,2% de toda a ocupação gerada pelas atividades urbanas (9,6% nos 50) e 67,5% do Secundário (55,0% nos 50).

No interior do Secundário, inclusive, a indústria foi o único subsetor que, entre as duas décadas, viu aumentada sua participação no acréscimo intercensitário de ocupação setorial.

Consideremos inicialmente o complexo Metal-Mecânico, que reúne os ramos industriais de Metalurgia, Mecânica, Material de Transporte e Material Elétrico e de Comunicação,

eixo dinâmico da industrialização tanto num quanto noutro período. (4)

No primeiro, marcado pela instalação de muitas de suas indústrias e ampliação das demais, temos que o crescimento da ocupação no seu interior cresceu à taxa média anual de 5,2%, enquanto que nos 70, onde tais atividades passaram por processo de expansão, a absorção de mão-de-obra expandia-se a 9,7% a.a.

Em primeiro lugar, temos que é no interior dessas indústrias onde mais propriamente se colocam os problemas de defasagem temporal entre a instalação de suas plantas e seus efeitos sobre o emprego, especialmente no caso das montadoras de veículos automotivos, cujo ciclo de crescimento se estende até 1967 e a produção se avoluma a partir dos anos iniciais da década dos 60. (5)

Não deve ser por outra razão, aliás, que a taxa de crescimento da ocupação no interior da Metal-Mecânica ao longo dos 60 é muito superior à dos 50 e semelhante à dos 70, em torno de 10% a.a.

4. A consideração conjunta dos mesmos ajuda, ademais, a resolver problemas de mensuração do volume de cada uma de suas ocupações no contexto das enquetes censitárias que se baseiam na autoclassificação.

5. GUIMARAES, Eduardo A.A. e GADELHA, Maria F. - 1980, p.30 e Tabela 2.1. (49).

Em segundo lugar, e aqui radica a razão de caráter mais estrutural, a ocupação vinculada a tais atividades respondia por uma proporção relativamente pequena no contexto da Indústria de Transformação em 1950 (10,9%) em face do seu peso relativo em 1970 (25 %).

Isso significou que seu razoável dinamismo em termos de ocupação nos anos 50, bem acima da média da indústria, teve relativamente pouco poder de "puxá-la", devido à pequena base sobre a qual incidia.

Porém, em comparação com a década dos 70, foi o diferencial entre seus ritmos de crescimento que mais fortemente determinou o baixo poder de empuxe que a Metal-Mecânica exerceu sobre a ocupação industrial no primeiro período.

Se fizermos um exercício hipotético, assumindo que nos 50 a Metal-Mecânica tivesse a mesma gravitação no emprego industrial que veio a adquirir nos 70, mantido o restante da indústria crescendo com a média, veríamos que o ritmo médio de crescimento da ocupação do setor industrial saltaria de 2,4% para 3,1% a.a.

Se, ao contrário, mantivéssemos as ponderações tal como se apresentaram nos 50, mas fazendo a ocupação no interior da Metal-Mecânica crescer com as taxas médias

ostentadas nos 70, teríamos que o emprego industrial teria seu ritmo médio incrementado para 3,3% a.a., prevalecendo, mesmo que ligeiramente, sobre a hipótese anterior.

Contudo, se transferíssemos para a década dos 50 tanto a ponderação quanto a taxa média de crescimento da ocupação da Metal-Mecânica nos 70, a média de crescimento da ocupação industrial no período saltaria de 2,4% para 4,5% a.a..

Apesar do significativo acréscimo relativo, estaria ainda distante do ritmo médio com que cresceu a ocupação industrial nos 70. Em consequência, os determinantes do baixo ritmo relativo da absorção de força de trabalho nos 50 por parte da indústria devem ser buscados fora da Metal-Mecânica, mas especificamente nos ramos que simultaneamente apresentaram-se com taxas de crescimento abaixo da média industrial e alta ponderação em sua ocupação.

Preenchem perfeitamente esses dois requisitos os ramos industriais Têxtil e Produtos Alimentares, que respondiam em 1950 por 23% e 15,3% da ocupação industrial, respectivamente.

As indústrias têxteis com taxa de crescimento negativa (-1,4% a.a.) apresentaram-se com um decréscimo absoluto da ordem de 50 mil ocupações, algo como 14% do total acrescido pela Indústria de Transformação entre 1950 e 1960.

Isso aconteceu devido ao fato de que a partir de 1947 as importações de equipamentos tornaram-se favoráveis em face da valorização da taxa de câmbio e do acúmulo de reservas no período bélico, quando então são importados os primeiros teares automáticos com lançadeiras. (6)

As importações realizadas nesse período excederam a soma de todas as compras de equipamentos realizadas desde o início do século, sem contudo impactar a capacidade produtiva que variou discretamente.

Isso significa que a indústria têxtil teria experimentado um processo de reposição de equipamentos, diminuindo a idade média de suas instalações, inclusive com as normas de destruição compulsória de equipamentos outra vez em vigor.

Note-se que, nesse período, independentemente de qualquer regulação extramercado, a simples decisão de reposição já implicava a adoção de sensíveis melhorias tecnológicas, como o tear automático.

Além disso, o último surto de investimentos da indústria têxtil de algodão data da década de 30, mais

6: ARAUJO JR., José T. e PEREIRA, Vera N.C. - 1976, p.18, (7). Esse e os comentários seguintes a respeito da indústria têxtil foram tirados do referido estudo.

especificamente a partir de 1933 (7), sendo que não há indicações de que tenha experimentado surtos de modernização, mesmo limitados, na primeira metade do século.

Conseqüentemente, se levarmos em conta que o tear automático inventado na Inglaterra em 1840 foi aperfeiçoado em 1900, o surto de modernização do pós-guerra, além de fazer uma atualização tecnológica de 50 anos, substitui equipamentos de mais de um século. (8)

Essa verdadeira substituição de indústrias no ramo têxtil foi, ao nosso ver, a principal explicação de seu impacto negativo sobre a ocupação industrial nos 50.

Nos parques têxteis mais tradicionais, como é o caso do nordestino, esse processo de reestruturação se deu com o fechamento de unidades fabris, particularmente as de grande porte (acima de 500 empregados). (9)

Os mercados regionais e locais, base da proteção que sempre permitiu a existência e reprodução dessas empresas, cujo abastecimento se fazia com produto de menor preço unitário, não se encontravam em rápida expansão, restringindo drasticamente seu espaço.

7. SUZIGAN, W. - 1986, p.109, (123).

8. Metade do equipamento existente em 1945 foi instalado antes de 1915. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - CETEX, Indústria Têxtil Algodoeira - Rio de Janeiro, 1946. Citado por ARAUJO JR. e PEREIRA, 1976, p.16, (7).

9. JATOBA, J. et alii - 1985, p.280 e seguintes, (55).

Já os mercados que, ao contrário, se expandiam rapidamente, à base da urbanização e de um novo padrão de consumo, concentravam-se no Centro-Sul, cuja disputa envolviam concorrentes modernos e integrados à estrutura industrial de maneira distinta, o que tornava impraticável a presença da empresa tradicional.

Aliás, é exatamente a empresa nordestina que terá que dividir os mercados em expansão, nos maiores centros urbanos regionais, com a nova indústria têxtil concentrada preferencialmente no Sul-Sudeste.

A contínua queda da participação das indústrias têxteis na ocupação industrial, ⁽¹⁰⁾ entretanto, estaria mais ligada ao fato de que é justamente a partir dos 50 que os ciclos de renovação tecnológica do ramo começam a se aproximar rapidamente das transformações ocorridas nos países industrializados. ⁽¹¹⁾

Resta ainda explicar por que nos anos 70 a ocupação no interior do ramo cresceu à taxa média de 3,5% a.a.,

10. Representava 7,8% da ocupação da indústria em 1980 contra 23% em 1950.

11. Enquanto o tear automático com lançadeira era introduzido no Brasil com atraso de, no mínimo, 30 anos em relação à Europa e EUA, o uso de teares sem lançadeiras e dos fios sintéticos ocorria em intervalos inferiores a uma década, sendo que a difusão dos teares sem lançadeiras foi quase simultânea com o que ocorreu naqueles países. Vide ARAUJO JR./PEREIRA, 1976, p.22, (7).

contribuindo para não obstar o excelente desempenho da ocupação industrial no período, mesmo crescendo abaixo de sua elevada média.

Em primeiro lugar, os investimentos da indústria têxtil em momento algum da década dos 70 retomou os níveis dos investimentos dos 50. (12)

Em segundo lugar, a heterogeneidade tecnológica medida em termos da idade média dos equipamentos têxteis ainda era extremamente elevada em 1970, quando apenas 34% dos fusos e 6% dos teares mecânicos tinham menos de 10 anos. Somente no caso dos teares automáticos é que mais da metade (66%) possuía menos de 10 anos. (13)

Uma provável explicação para esse fato estaria no excelente desempenho do mercado, tanto interno quanto externo, garantindo a operação do parque têxtil com equipamentos de idade bastante diferenciada.

O mercado em rápida expansão, determinado tanto pelo crescimento das exportações quanto pela difusão da urbanização pelo país, conjugada com o aumento da renda familiar, deve ter garantido a heterogeneidade intra industrial com impactos positivos sobre o emprego.

12. Vide ARAUJO JR./PEREIRA, 1976, p.20, Tabela I.1, (7).

13. Vide ARAUJO JR./PEREIRA, 1976, p.22, Tabela I.2, (7).

Aliás, a heterogeneidade entendida como a convivência de maquinário de distintas idades tem sido a marca do parque têxtil nacional, viabilizada não só por um processo produtivo caracteristicamente descontínuo, onde cada etapa elabora um produto diferente, mas também devido à organização do mercado onde predomina a dispersão regional das fábricas, graus variáveis de poder de mercado entre as firmas, onde as mais poderosas só lançam mão do maquinário antigo e mais custoso a partir das fases ascendentes do ciclo, quando, em geral, os preços sobem, acumulando capacidade ociosa nas etapas de desaceleração da demanda.

(14)

As altas taxas de crescimento médio da ocupação no ramo Vestuário (13,8% a.a.) estariam como que a indicar o vigoroso crescimento do mercado, particularmente o doméstico, dos produtos têxteis ao longo dos 70.

Aliás, esse desempenho também se deu na década dos 50, quando sua ocupação cresceu a taxas médias anuais da ordem de 10%, apenas com a diferença de que sua demanda fora atendida por uma estrutura produtiva que atravessava profundas transformações, a despeito da característica heterogeneidade.

14. Essa heterogeneidade se encontra presente inclusive nos parques têxteis das economias industrializadas.

Finalmente, há que mencionar que a incorporação de melhores tecnologias por parte da indústria têxtil não deixa de propiciar a coexistência de várias idades de equipamentos, apenas acumulando níveis técnicos sucessivos. (15)

Assim, a ponderação que cada um desses "estágios tecnológicos" assume na composição do maquinário têxtil e suas características quanto ao emprego de mão-de-obra determinam a ocupação total do ramo e, conseqüentemente, sua participação no emprego industrial, sem que necessariamente varie o grau de heterogeneidade intra industrial.

Já o ritmo de introdução de um novo "estágio tecnológico", cada vez mais próximo da implantação e difusão do processo técnico da indústria têxtil em nível mundial, dependeria fundamentalmente das condições de concorrência específicas deste segmento da indústria nacional.

Já a indústria de Alimentos não vê decrescer rapidamente sua participação na ocupação industrial entre as duas décadas, saindo de um nível de 15,3% em 1950 para 13,0% em 1980, patamar que vem mantendo-se desde os 60.

15. SPREAFICO, L. - "Selección de Alternativas Tecnológicas en la Industria Textil Latinoamericana", ONU/CEPAL, 1986. Citado por ARAUJO JR./PEREIRA, 1976, p.18, (7).

O que se diferenciou sim, foi o ritmo médio de crescimento da ocupação numa e noutra década (0,6% a.a. nos 50 e 7,6% a.a. nos 70), determinando que no primeiro período fosse um fator que deprimiu a absorção industrial, enquanto no segundo jogou um importante papel na sustentação da mesma.

Por conseguinte, na década dos 50, contribuiu com apenas 4,4% do acréscimo intercensitário de ocupação industrial, sendo que nos 70 essa participação se elevava para 12,7%.

Esse comportamento foi determinado por todos os gêneros componentes do ramo Alimentos, que tiveram sua ocupação crescendo a ritmos bem mais intensos na segunda década, segundo os dados dos Censos Industriais (Tabela 2.2).

Tais movimentos expressam, de uma maneira geral, mudança nos padrões de consumo da sociedade entre os dois períodos, marcada por uma crescente penetração do mercado na oferta desses produtos, em detrimento da produção alimentícia doméstica, que progressivamente vai diminuindo.

Esse processo, aliás, é perfeitamente detectável ao nível das transformações por que passou a estrutura de distribuição entre essas décadas, como veremos mais adiante.

Além disso, temos que a despeito de ver aumentado o ritmo de crescimento da ocupação da primeira para a segunda década, a produção de alimentos faz-se com um número proporcionalmente menor de trabalhadores no contexto da população urbana do país. Se em 1950 tínhamos um trabalhador ocupado na produção de alimentos para cada 76 habitantes residentes nas cidades, em 1980 essa relação muda de 1 para 88.

Isso estaria possivelmente nos indicando uma trajetória decrescente na participação desse ramo industrial na ocupação setorial, cujos ritmos estariam a depender fundamentalmente das condições em que se processa o progresso técnico, que por sua vez depende do papel que o mesmo assume na dinâmica da competição capitalista específica desse segmento.

Dada a sua grande heterogeneidade, abarcando indústrias muito distintas, que vão desde a moagem de grãos, passando pelas indústrias de conservas dos mais diferentes tipos e a indústria açucareira, até as padarias, temos uma multiplicação de processos de concorrências no interior de cada um desses segmentos, com diferentes ritmos de incorporação de progresso técnico, modificações nas estruturas de mercado etc.

Em consequência, também no interior de ramos como o de Alimentos, a variável ocupação deve ser entendida como resultante de inúmeros processos independentes, que podem assumir direções contrárias, cujo saldo expressa a participação do agregado na ocupação total da Indústria de Transformação.

O fato de esta ter sido decrescente nas últimas quatro décadas indica o predomínio das transformações dos segmentos que economizam ou incorporam mão-de-obra a um ritmo inferior à média setorial.

Já o ritmo lento em que esse decrescimento se verificou poderia estar a apontar a importância dos segmentos que ainda operam com estruturas que sofreram poucas transformações ao longo de todos esses anos; o que revela um alto grau de heterogeneidade no interior do ramo.

(18)

Em seguida, consideremos um grupo de ramos industriais que se apresentaram com taxas negativas de crescimento da ocupação nos 50 e positivas nos 70.

Trata-se de Madeira (-8,0% a.a. contra 9,6% a.a. numa e noutra década), Couros e Peles (-0,2% a.a. contra 2,1%

16. Esse fato, ao menos em termos potenciais, estaria a indicar um grande espaço aberto a futuras modernizações com consequências no sentido de acelerar a queda da sua participação na ocupação industrial.

a.a.), Bebidas (-0,6% a.a. contra 5,7% a.a.) e Fumo (-2,7% a.a. contra 4,0% a.a.).

Como em conjunto pesavam mais de 13% da ocupação industrial nos 50 e mais de 10% nos 70, o comportamento dos mesmos contribuiu razoavelmente para explicar as diferenças entre os dois períodos.

Entretanto, de todos esses, somente Madeiras apresentou nos anos 70 ritmos médios de crescimento da ocupação acima da média industrial. Como respondia sozinho por mais de 60% da ocupação do grupo fica ainda mais evidenciado o comportamento diferenciado ante a década dos 50. (17)

Como são ramos que têm seu desempenho ligado à metropolização e à própria expansão do processo urbano-industrial, a abrangência dos mesmos nos 70, mesmo que não explique as magnitudes das taxas, parece ser a base da diferença no comportamento dos ritmos de absorção entre os dois períodos.

17. A magnitude da taxa negativa apresentada pela ocupação do ramo sugere-nos problemas metodológicos originados dos seguintes pontos: a) o aparecimento, em 1960, da indústria domiciliar dos artigos de palha, em 1950 provavelmente incluída em Madeira e, b) questões relativas a autoclassificação, o que torna fluida a fronteira entre este ramo e o de Mobiliário. Se considerarmos ambos os ramos em conjunto, tomando o cuidado de somar as indústrias domiciliares da palha em 1960, 1970 e 1980, teríamos taxas médias de crescimento sempre positivas (1,4% a.a. para os 50, 5,1% a.a. para os 60 e 6,8% a.a. para os 70) que nos parecem mais realistas.

Se considerarmos todos os ramos que apresentaram taxas negativas nos ritmos de crescimento da absorção ao longo dos 50, teríamos que representavam algo como um terço da ocupação industrial no início do período, ponderação suficiente para refrear os efeitos sobre o emprego proporcionados pela implantação e ampliação da base industrial identificada com o Plano de Metas. (18)

Se incluirmos nesse cálculo as ocupações relativas ao ramo industrial de Alimentos, que cresceu pouquíssimo (0,6% a.a.), aquela ponderação se aproximaria de 50% do total da ocupação da Indústria de Transformação, o que empresta ao grupo poder suficiente para explicar as diferenças em termos de absorção entre as duas décadas.

Talvez valesse a pena ainda ressaltar o comportamento da absorção de mão-de-obra por parte de um conjunto de ramos industriais que, se não contribuíram para deprimir o emprego nos 50, revelaram-se razoavelmente dinâmicos ao longo dos 70.

O primeiro deles, Minerais Não-Metálicos, destaca-se pela importância que possui na ocupação industrial em ambas as décadas - 10% em 1950 e 8% em 1970.

18. Excluimos o ramo industrial de Madeiras pelas razões anteriormente comentadas. Vide nota 17, p.91.

O comportamento de sua ocupação praticamente não se alterou nos dois períodos, crescendo sempre com a média do emprego industrial - 2% a.a. nos 50 e 8,0% a.a. nos 70.

O que na realidade se alterou foi sua importância relativa na oferta de ocupação setorial nos dois períodos, dobrando sua participação (1,0% nos 50 e 2,1% nos 70), apesar da pequena magnitude da mesma.

Colado que está ao desempenho da Construção Civil, a difusão espacial da urbanização por todas as regiões do país, com grande crescimento de toda a classe de tamanho de cidade deve ter impactado sua ocupação.

O surto de edificações ocorrido nas maiores cidades brasileiras nos 70, além do caráter massivo das obras de infra-estrutura tocadas pelo governo (Ponte Rio-Niterói, Itaipu e várias outras hidroelétricas de porte, o programa nuclear, o metrô etc.) parece sustentar essa visão.

Em segundo lugar, a queda contínua de sua participação no emprego industrial, nas últimas três décadas, parece estar ligada a uma transformação no interior de sua estrutura produtiva.

De acordo com os dados dos Censos Industriais, os tradicionais produtores de artigos de barro cozido, cuja

ocupação representava quase a metade do total do ramo em 1950, cedem espaço continuamente às ocupações vinculadas à produção de material cerâmico e estruturas de cimento e fibrocimento, respondendo por apenas 17,5% no início dos 70. (Tabela 2.3).

Em seguida, temos o ramo Papel e Papelão, cujas taxas de crescimento da ocupação se situaram ligeiramente abaixo da média setorial nos 50 (1,6% a.a.) e ligeiramente acima da mesma nos 70 (8,4% a.a.).

Sua participação no adicional de ocupações industriais ao longo dos dois períodos é que mudou bastante (0,1% em 1950 e 0,5% em 1970), a despeito de sua pequena magnitude.

Contudo, o excelente desempenho nos 70 está diretamente ligado à grande transformação operada nessa indústria a partir de um conjunto de incentivos creditícios, marcada por processos de intensa concentração setorial e modernização tecnológica, acelerada pela presença de grandes fabricantes internacionais.

Essa transformação foi parte integrante do Programa de Papel e Celulose do II PND, com ambiciosas metas de exportação, sendo um dos setores onde se alcançou maior índice de concretização em face dos níveis previstos. (18)

19. LESSA, C. - 1978, p. 106, (60).

Os projetos de porte considerável que, então foram implantando-se, concentravam-se regionalmente no Centro-Sul, onde ocorreu uma diminuição das empresas de menor porte. (20)

Isso não alterou, contudo, a composição da indústria instalada fora desse eixo industrial, garantida por mercados regionais, onde operam, via de regra, com produtos de menor valor unitário, o que deve ter ajudado o bom desempenho de sua ocupação nos 70.

Ademais, parece haver evidência de que, na indústria papaleira, à medida que se processa o aumento de escala, dá-se uma diminuição da mão-de-obra encarregada da produção/manutenção e um aumento dos quadros técnico-burocráticos, de modo a deixar inalterada a relação capital-trabalho.

Passemos agora ao conjunto das indústrias Químicas, (21) que experimentou um crescimento de sua ocupação a taxas de 3,5% a.a. em média, respondendo por cerca de 0,8% do acréscimo total da indústria nos 50.

20. DAIN, S.; BIELSCHOWSKY, R.; GADELHA, M.F. - 1976, p.100, (32). Esse e os comentários seguintes sobre a indústria papaleira foram retirados desse estudo.

21. Química, Petroquímica, Farmacêutica e Veterinária e Perfumaria, Sabões e Velas.

Esse segmento, com pequena ponderação na absorção de mão-de-obra, mas cujos ritmos superaram a média industrial nos 50, revelou-se ainda mais dinâmico nos 70, ostentando taxas anuais médias de 8,3% e participação de 1,8% no acréscimo da ocupação setorial.

Isso se deu também devido ao fato de ter sido alvo das políticas governamentais que visavam, em meados dos 70, no contexto do II PND, internalizar uma grande parte da oferta de insumos básicos na economia brasileira, além de dotá-la de autonomia em termos das necessidades de petróleo e seus derivados.

Por fim, comentaremos brevemente o desempenho dos ramos de Borracha e Plásticos, que tiveram bom desempenho nos 70, sem que tivessem refreado a absorção nos 50.

O primeiro, cujo desempenho é muito ligado à indústria automobilística, teve sua expansão e, conseqüentemente, a do seu emprego (5,0% a.a. nos 50. contra 9,5% a.a.), determinada, em parte, pela própria ampliação do estoque de veículos.

O segundo, cuja ocupação não aparece discriminada nos 50, cresce 14,0% a.a. nos 70, em função provavelmente do próprio desenvolvimento industrial, que difunde espetacularmente o seu uso.

No interior do setor Terciário, os ramos que maior dinamismo apresentaram na absorção de força de trabalho, crescendo tanto quanto os segmentos mais dinâmicos do Secundário e da Indústria de Transformação, foram exatamente aqueles mais diretamente ligados a esta.

Isso se verificou inclusive nos 50, quando as ocupações vinculadas ao Terciário ampliam sua gravitação na economia urbana a expensas das atividades do Secundário.

Assim, apresentaram-se com altas taxas de crescimento da ocupação, tanto numa quanto noutra década, o Sistema Financeiro, o Comércio de Móveis, de Veículos e Equipamentos, os Serviços Técnicos-Profissionais, de Reparação e Conservação etc.

Aqueles que poderiam revelar uma possível "inchação" - Serviço Doméstico Remunerado, Serviços Pessoais e Domiciliares e Comércio Ambulante - cresceram abaixo da média, com exceção de Comércio Ambulante nos 50, cuja ocupação cresce 7,6% a.a. (contra 4,8% a.a. nos 70).

Mesmo os serviços de baixa remuneração cresceram a taxas expressivas tanto nos 50 quanto nos 70 - Serviço Doméstico 3,9% e 3,7% a.a. e Serviços Pessoais 4,7% e 4,5%

a.a., respectivamente - revelando-nos que, em parte, parecem atender a uma demanda bastante firme por seus "produtos".

Essas taxas, se por um lado são inferiores à média com que cresceu o subsetor Serviços como um todo; por outro, são razoavelmente superiores às taxas com que cresceram a população e a população ativa, gerando nos 70 um incremento absoluto da ordem de 1,3 milhões de ocupações.

Isso fez com que, passada uma década de intensa absorção como foi a de 70, liderada pelos setores e ramos de atividade mais dinâmicos, ou seja, que geram melhores remunerações relativas, observam, via de regra, a legislação trabalhista, cujas relações de trabalho são mais estáveis e proporcionam ao trabalhador maior proteção institucional, a proporção que os chamados "serviços atrasados" representavam na economia urbana caiu de 16,6% para 13,2%.

Tais proporções no contexto da ocupação total dos Serviços assumem as magnitudes de 71,3% e 57,6% entre 1970 e 1980.

Dado que tratam de atividades ligadas aos serviços de higiene pessoal, de confecção sob medida e reparação de artigos do vestuário e de outros artigos de tecidos realizados ou não no domicílio, de limpeza e conservação de casas, escritórios e edifícios e de vigilância e guarda,

além do serviço doméstico, não há nada que nos diga que tais tipos de serviços devam diminuir com o crescimento da economia.

Ao contrário, parecem fadados a experimentar períodos de aumento relativo intercalados por movimentos de signo contrário, flutuando sobretudo com as características das etapas de crescimento e desaceleração em termos de requisitos de mão-de-obra, distribuição da renda, grau de desarticulação de estruturas agrárias tradicionais, intensidade dos fluxos migratórios etc.

Isso porque os efeitos do crescimento sobre seus níveis de demanda, na grande maioria dos casos, verificam-se de maneira indireta, fundamentalmente através de um processo de transferência de rendas das faixas médias e superiores da distribuição, via compra de serviços.

"A vigência de padrões de distribuição da renda altamente concentrados, meio a um contexto de atraso econômico, político e social" (22) parece oferecer perspectivas de manutenção da demanda por esses serviços.

O que parece mudar, a partir talvez do aprofundamento da urbanização e da conseqüente difusão do estilo de vida

22. TAVARES, M.C. - 1981, p.23 (128).

crescentemente metropolitano, são as formas através das quais os mesmos são adquiridos no mercado.

Parece estar em curso, ao menos nos grandes centros urbanos do país, um processo caracterizado pela especialização e a conseqüente multiplicação dos tipos de serviços domiciliares e pessoais ofertados, cuja prestação não mais se faz por uma mas várias pessoas, desvinculadas da família ou domicílio, com remuneração por jornada ou por tarefa.

O próprio trabalho doméstico, exercido com exclusividade em um único domicílio, também começa a se revestir de uma série de institucionalidades - carteira de trabalho, remuneração mínima, acesso à previdência social etc - que afetam profundamente sua forma de aquisição, começando por alterar o seu valor no mercado.

No caso do Comércio Ambulante, também fica evidenciado um certo poder de resistência dado que possuía em 1980 a mesma ponderação no contexto da ocupação total do ramo Comércio (13%) que em 1950, tendo sido superior nos anos censitários intermediários.

Nas economias regionais menos desenvolvidas como a nordestina, tais percentuais atingem pouco menos de um terço ao final dos anos 70.

Note-se que foi justamente nesta década que quase dois terços dos estabelecimentos de auto-serviços foram instalados na região, alterando profundamente a estrutura de distribuição de sua economia, sem tocar o espaço ocupado pelo Comércio Ambulante. (23)

Essa alteração se deu com a perda de espaço de estabelecimentos comerciais como armazéns, mercearias, quitandas etc., tradicionais distribuidores de gêneros alimentícios, bebidas, tecidos, vestuário e armarinho, deslocados que foram pela concorrência direta exercida pelos supermercados. (24)

Conseqüentemente, a resistência do Comércio Ambulante estaria, pelo menos em parte, a expressar um certo tradicionalismo nos hábitos da população em termos de eleição de seus canais de abastecimento, o que não deveria ser confundido com o fenômeno de "inchação" representado por aqueles que aí buscam sobrevivência na falta permanente ou desaparecimento conjuntural de alternativas.

Vejamos, no capítulo seguinte, as principais variáveis que condicionaram a oferta de força de trabalho nesses períodos, bem como as perspectivas apontadas pelos especialistas de seu comportamento nas décadas futuras.

23. JATOBA, J. et alii, 1985, p.225, (55).

24. Idem, Ibidem, p.225.

TABELA 2.1

POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA

BRASIL

SETORES/RAMOS DE ATIVIDADE	1950	1960	ACRESCIMOS 60-50		TAXA CRESCIM.	1970	1980	ACRESCIMOS 80-70		TAXA CRESCIM.
			ABSOLUTO	RELATIVO				ABSOLUTO	RELATIVO	
IND. DE TRANSFORMACAO	1608309	1954187	345878	9,6	2,0	3241861	6939421	3697560	26,2	7,9
INDUSTRIA DOMICILIAR	0	132769	132769	3,7	-	62124	106707	44583	0,3	5,6
MINERAIS NAO METALICOS	164902	200231	35329	1,0	2,0	252874	546769	294095	2,1	8,0
METALURGICA (1)	174607	141895	-32712	-0,9	-2,1	445120	945936	500816	3,5	7,8
MECANICA	0	0	0	0,0	-	159777	335683	175906	1,2	7,7
MAT. ELETRICO E COMUNIC.	0	59777	59777	1,7	-	73578	302590	229012	1,6	15,2
MATERIAL DE TRANSPORTE	0	89197	89197	2,5	-	130854	466064	335210	2,4	13,5
MADEIRA	118109	51545	-66564	-1,8	-8,0	201715	502261	300546	2,1	9,6
MOBILIARIO	103285	144832	41547	1,2	3,4	219479	307918	88439	0,6	3,4
PAPEL E PAPELAD	27951	32845	4894	0,1	1,6	61666	138071	76405	0,5	8,4
BORRACHA	12421	20215	7794	0,2	5,0	26912	66745	39833	0,3	9,5
OCOSOS E PELES	34321	33709	-612	0,0	-0,2	39156	48243	9087	0,1	2,1
QUIMICA (2)	75419	87448	12029	0,3	1,5	99193	215478	116285	0,8	8,1
PROD. FARMAC. E VETERIN.	0	0	0	0,0	-	46440	75460	29020	0,2	5,0
DERIV. PETROLEO CARVAO	0	18508	18508	0,5	-	35859	71824	35965	0,3	7,2
PERF., SABOES E VELAS	0	0	0	0,0	-	0	39638	39638	0,3	-
PROD. MAT. PLASTICAS	0	16346	16346	0,5	-	37466	139324	101858	0,7	14,0
TEXTIL	368960	319983	-48977	-1,4	-1,4	386789	543137	156348	1,1	3,5
VESTUARIO	28240	72359	44119	1,2	9,9	93560	341203	247643	1,8	13,8
CALCADOS	62218	82891	20673	0,6	2,9	103799	210607	106808	0,8	7,3
PRODUTOS ALIMENTARES	246544	261845	15301	0,4	0,6	435091	904328	469237	3,3	7,6
BEBIDAS	42109	39521	-2588	-0,1	-0,6	66577	115850	49273	0,3	5,7
FUMO	26177	19931	-6246	-0,2	-2,7	28490	42144	13654	0,1	4,0
EDITORIAL E GRAFICA	57761	74062	16301	0,5	2,5	126681	231696	104815	0,7	6,2
ATIVIDADES MAL DEFINIDAS	65285	54278	-11007	-0,3	-1,8	108461	241545	133084	0,9	8,3
CONSTRUCAO CIVIL	584644	781247	196603	5,4	2,9	1719686	3171035	1451349	10,3	6,3
MINERACAO	80489	130925	50436	1,4	5,0	175424	251267	75843	0,5	3,7
SIUP	38252	73893	35631	1,0	6,8	158428	410707	252279	1,8	10,0
SECUNDARIO	2311694	2940242	628548	17,4	2,4	5295399	10772430	5477031	38,8	7,4

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRAFICOS.

NOTA: (1) PARA 1950 E 1960 A INDUSTRIA METALURGICA E MECANICA ENCONTRAM-SE AGREGADAS.

(2) PARA 1950 E 1960 A INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA ENCONTRAM-SE AGREGADAS.

TABELA 2.1

POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA

BRASIL

SETORES/RAMOS DE ATIVIDADE	1950	1960	ACRESCIMOS 60-50		TAXA CRESCIM.	1970	1980	ACRESCIMOS 80-70		TAXA CRESCIM.
			ABSOLUTO	RELATIVO				ABSOLUTO	RELATIVO	
TRANSP, COMUNIC E ARMAZ	697089	1056227	359138	10,0	4,2	1244383	1822577	578194	4,1	3,9
ATIVIDADES SOCIAIS	479171	755043	275872	7,6	4,7	1531548	2965111	1433563	10,2	6,8
ADMINISTRACAO PUBLICA	262103	365544	103441	2,9	3,4	635842	1136796	500954	3,6	6,0
DEFESA E SEGURANCA	251877	349235	97358	2,7	3,3	518627	589990	70363	0,5	1,3
SIST FINANC E COM IMOVEIS	115488	204392	88904	2,5	5,9	434040	979450	545410	3,9	8,5
COMERCIO DE MERCADORIAS	958509	1496797	528288	14,6	4,5	2263531	4037880	1774349	12,6	6,0
COM PROD AGROPECUARIOS	26348	10143	-16205	-0,4	-9,1	36682	71854	35172	0,2	7,0
COM GENEROS ALIMENTICIOS	361300	552847	191547	5,3	4,3	677361	864375	187014	1,3	2,5
COM TECIDOS VESTUARIO	158950	229274	70324	1,9	3,7	391490	604826	213336	1,5	4,4
COM MOVEIS, TAPECAR, ETC	8773	36524	27751	0,8	15,3	45775	106135	60360	0,4	8,8
COM PAPEL, IMPRESSOS	14895	34669	19774	0,5	8,8	57505	88449	30944	0,2	4,4
COM FERRAGENS, LOUCAS	42324	64555	22231	0,6	4,3	108791	254403	145612	1,0	8,9
COM APAR ELET E VEIC, ETC	42297	89877	47580	1,3	7,8	152817	407110	254293	1,8	10,3
COM PROD QUIMICOS/FARMAC	39596	63032	23436	0,6	4,8	73003	160406	87403	0,6	8,2
COM COMBUST E LUBRIFIC	30509	34133	3624	0,1	1,1	95026	180205	85179	0,6	6,6
SUPERMERCADOS	0	0	0	0,0	-	0	362228	362228	2,6	-
LOJAS DE DEPARTAMENTO	0	0	0	0,0	-	0	38504	38504	0,3	-
COM AMPLANTE E FEIRAS	128866	267495	138629	3,8	7,6	334388	536676	202288	1,4	4,8
ATIV NAO COMPREENDIDAS	104651	104248	-403	-0,01	-0,04	274647	362706	83059	0,6	2,8
PRESTACAO DE SERVICOS	1706699	2943471	1236772	34,3	5,6	3832389	7015629	3183240	22,6	6,2
SERV DOMESTICO	673558	986923	313365	8,7	3,9	1748139	2513477	765338	5,4	3,7
SERV PESSOAIS E DOMICIL	462493	763511	281018	7,8	4,7	985090	1525669	540578	3,6	4,5
SERV ALOJ E ALIMENTACAO	183020	232655	49635	1,4	2,4	418261	893456	475195	3,4	7,9
SERV REPARACAO E CONSERV	256429	669013	412584	11,4	10,1	373622	923132	549510	3,9	9,5
SERV RADIOFUSAO E TV	39288	57642	18354	0,5	3,9	101382	130606	29224	0,2	2,6
SERV TECNICO PROFISSION	33897	195566	161669	4,5	19,2	205895	645956	440061	3,1	12,1
SERV AUXIL ATIV ECONOMIC	0	0	0	0,0	-	0	383334	383334	2,7	-
OUT SERV DU MAL DEFIN	38014	38161	147	0,00	0,04	0	0	0	0,0	-
ATIV. NAO COMPREENDIDAS	45338	335489	290151	8,0	22,2	492022	291186	-200836	-1,4	-5,1
TERCIARIO	4516274	7496198	2979924	82,6	5,2	10952382	18937619	7895237	55,9	5,6
PROCURANDO TRABALHO	0	0	0	0,0	-	218757	964186	745429	5,3	16,0
OCUPACAO URBANA TOTAL	6827968	10436440	3608472	100,0	4,3	16466538	30574235	14107697	100,0	6,4

FONTE: 1966 - CENSOS DEMOGRAFICOS.

TABELA 2.2

PESSOAL OCUPADO NA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

BRASIL

CLASSES E GENEROS DE INDUSTRIA	1950		1960		1970		1980	
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
REFINADIAH., TORREFACAO E MOAGEM DE PRDD. ALIMEN.	52045	22,2	55244	20,8	58178	18,4	111952	18,0
CONSERVAS DE FRUTAS E LEGUMES, ESPECIARIAS E CONDIMENTOS ESPECIAIS	7437	3,2	10588	4,0	16931	5,4	58931	9,5
CABATE DE ANIMAIS, PREPARACAO E FABRICACAO DE CONSERVAS DE CARNE E BANHA DE PORCO	25770	11,0	34132	12,8	49137	15,6	94873	15,3
PREPARACAO E FABRICACAO DE CONSERVAS DE PESCADO	2768	1,2	5564	2,1	9198	2,9	16843	2,7
LATICINIOS	14276	6,1	16356	6,1	21888	6,9	29863	4,8
ACUCAR	64227	27,4	56376	21,2	62793	19,9	54885	8,8
BALAS, SOMBONS, CARAMELOS E CHOCOLATES	10623	4,5	9765	3,7	12132	3,8	16310	2,6
PAO, DOCES E OUTROS PRODUTOS DE PADARIA	42445	18,1	52560	19,8	42162	13,4	158322	25,5
MASSAS ALIMENTICIAS E BISCOITOS	10127	4,3	15119	5,7	18745	5,9	39681	6,4
DIVERSOS	4593	2,0	10399	3,9	24344	7,7	40402	6,5
TOTAL DA IND. PRODUTOS ALIMENTARES	234311	100,0	266103	100,0	315508	100,0	622062	100,0

FONTE: 1986 - CENSOS INDUSTRIAIS.

TABELA 2.3

PESSOAL OCUPADO NA INDUSTRIA DE MINERAIS NAO METALICOS

BRASIL

CLASSES E GENEROS DE INDUSTRIA	TAXA DE CRESCIMENTO		
	1960/50	1970/60	1980/70
BRITAMENTO E APARELHAMENTO DE PEDRAS	3,0	5,3	4,9
CAL	0,0	1,5	5,0
MATERIAL CERAMICO, REFRACTORIOS	8,6	3,7	9,8
BARRO (1)	-1,0	-3,4	-
CIMENTO	9,1	1,7	-1,7
ESTRUTURAS DE CIMENTO E FIBROCARBONO	1,3	6,2	13,1
VIDRO	0,6	1,7	3,1
OUT. MINERAIS NAO METALICOS INCLUS. FERTILIZANTES	-	-	10,5
ABRASIVOS, DECORACAO, BISOTAGEM	15,0	-2,0	12,5
TOTAL DA IND. MINERAIS NAO METALICOS	2,4	2,1	6,1

FONTE: IBGE - CENSOS INDUSTRIAIS.

NOTA: (1) PARA 1980, BARRO ENCONTRA-SE INCLUIDO NO MATERIAL CERAMICO E REFRACTORIOS.

III. A OFERTA DE FORÇA DE TRABALHO

O intuito deste capítulo é abordar os principais condicionantes da oferta de força de trabalho na economia brasileira na década dos 70, com vistas a indagar as consequências da queda no ritmo de crescimento da população, a partir de 1965, sobre o mercado de trabalho.

Nesse sentido, e sempre que possível, tentaremos também situar os 70 comparativamente às décadas de 80 e 90, ressaltando quais as mudanças previsíveis no comportamento das variáveis que afetam a oferta de força de trabalho até o final do século.(1)

Qualquer discussão como a que se propõe não poderia prescindir da abordagem das questões relativas à dinâmica dos fluxos migratórios, à composição etária da população e às alterações nas taxas de participação.

3.1. CRESCIMENTO POPULACIONAL

A década dos setenta, como havíamos mencionado anteriormente, observou uma mudança no comportamento

1. Utilizaremos as projeções realizadas pela Fundação IBGE, publicadas em 1988 no Anuário Estatístico do Brasil 1987-1988.

reprodutivo da população brasileira, caracterizado pela desaceleração de seus ritmos de crescimento.

Com efeito, no período entre 1970 e 1980, a população brasileira registrou uma taxa média de crescimento anual da ordem de 2.5%, significando um acréscimo anual médio de mais de 2,5 milhões de pessoas.

Apesar do volume significativo alcançado pelo acréscimo populacional nos 70, constatava-se, na verdade, uma ruptura no padrão de crescimento vigente nas três décadas anteriores (Tabela 3.1).

Desde os 40, quando o crescimento vegetativo da população atingiu a taxa de 2.3% a.a., que os ritmos de crescimento vêm se acelerando razoavelmente, 3.0% a.a. nos 50 e 2,9% a.a. nos 60, para somente reverter sua trajetória a partir de meados desta última década.

A explicação da aceleração do ritmo de crescimento populacional até meados dos 60 está na queda acentuada da mortalidade, sobrecompensando a natalidade, que se reduzia de forma menos intensa.

Enquanto a taxa bruta de mortalidade caía 35% entre as décadas dos 40 e 50 e 28% entre as dos 50 e 60, a taxa bruta

da natalidade acusava uma queda de 3% e 13% nesses mesmos períodos (2) (Tabela 3.2).

Entretanto, foi ao longo dos 70 que se deu a maior queda na natalidade, 15%, fazendo com que a taxa bruta se reduzisse de 37,7 por mil para 32,1 por mil entre 1970 e 1980.

Como a Taxa Bruta de Natalidade, além de sofrer influências do número total de nascimentos, varia também segundo o volume total de população, independentemente de sua composição por idade e sexo, tomaremos um outro indicador para tentarmos caracterizar a mudança no comportamento reprodutivo da população brasileira.

Esse indicador é a Taxa de Fecundidade Total (3), que reflete melhor os diferenciais no comportamento reprodutivo, aparecendo desagregada em total, rural e urbana, para o Brasil e suas regiões, nos dados da Tabela 3.3.

Segundo tais dados, a queda na Taxa de Fecundidade Total é generalizada em todo o país, apesar de apresentar como era de se esperar, níveis mais baixos, tanto nos 60

2. Taxa Bruta de Mortalidade é o quociente entre o número de mortes e a população num determinado ponto do tempo. Taxa Bruta de Natalidade é a relação entre o número de nascimentos e a população total em um determinado ponto do tempo.

3. Taxa de Fecundidade Total é o número médio de filhos nascidos vivos por mulher ao completar 50 anos, dados os níveis correntes de fecundidade no período em questão.

quanto nos 70 , para o Sul e o Sudeste, revelando o grau de urbanização dessas regiões e o maior dinamismo de suas economias.

Da mesma forma, aprecia-se a queda generalizada quando se desagregam as regiões em urbano e rural, a despeito dos diferenciais inter-regionais se fizerem presentes, uma vez que o Sudeste e o Sul ostentam sempre níveis mais baixos na Taxa de Fecundidade Total que as demais regiões.

No Norte-Nordeste, as áreas urbanas, que mesmo antes de 1970 já apresentavam níveis de fecundidade bastante inferiores se comparadas às áreas rurais, foram as que em geral sofreram queda mais acentuada ao longo da última década. Nas demais, foram as áreas rurais que se apresentaram com maiores quedas relativas.

No meio urbano, a queda mais acentuada verificou-se na região Nordeste seguida pela Norte. O Centro-Sul ostentou taxas significativamente menores no período. Isso se deve, provavelmente a: a) que essas últimas atingiram um patamar a partir do qual os decréscimos de fecundidade tornam-se necessariamente menores e; b) que o padrão de vida metropolitano do Centro-Sul irradia-se ao conjunto do país.

Na zona rural ocorre o inverso, as regiões de agricultura mais desenvolvida apresentam as quedas relativas

mais acentuadas, com destaque para a região Sul, o que reflete o grau de capitalização das mesmas.

Os menores decréscimos relativos ostentados pelo Norte-Nordeste, particularmente este último, mostram-nos um espaço potencial para a queda futura da fertilidade à medida em que a produção agrícola dessas economias forem sendo feitas em bases mais capitalizadas.

A existência de níveis de fecundidade bastante diferenciados por entre as diversas regiões e entre os meios rural e urbano parece apontar para o caráter recente da difusão espacial do processo de urbanização e assalariamento e a consequente mudança nos padrões de consumo, apoiados fundamentalmente no mercado.

Estudos recentes (4) mostram que a presença de meios anticoncepcionais eficientes teve um aumento significativo na década, sendo o elemento próximo decisivo na explicação do declínio recente da fecundidade no país.

Num outro nível, porém não menos importante, parece ter jogado um papel decisivo a mudança de perspectiva do poder público sobre a questão, abandonando a postura natalista do projeto Brasil Potência do início da década para, paulatinamente ao longo da mesma, adotar e encampar o

4. Berquó, E., 1982, p.6 e seguintes, (16).

planejamento familiar como diretriz de seus órgãos da área de saúde, previdência e educação.

Já a taxa bruta de mortalidade, que veio reduzindo-se desde as três últimas décadas do século passado, sofreu uma aceleração em sua queda a partir de 1940, quando atingia o nível de 20,6%, para então apresentar decréscimos cada vez menores como era de se esperar, chegando a atingir 7,2% na década passada.

"Os fatores que explicam esse declínio são mais claros que no caso da fecundidade. No período que vai até 1940, a diminuição lenta e gradual da mortalidade teve suas origens, fundamentalmente, na melhoria dos sistemas de saneamento básico com consequentes ganhos ambientais e endêmicos. A partir de 1940, os progressos da medicina internacional, particularmente as sulfamidas e os antibióticos, permitiram um controle mais eficaz das doenças infecciosas, enquanto a descoberta do DDT e outros inseticidas poderosos permitiram controlar os insetos vetores de doença". (5)

"No caso do Brasil, a tais movimentos há que se juntar a emergência a partir dos anos 30, de uma política de saúde de âmbito nacional, organizada centralmente em dois subsetores: o de saúde pública e o de medicina previdenciária. O primeiro com predominância até meados dos

5. Martine, G./Camargo, L., 1984, p.113, (72).

60 e, em muitos traços fundamentais, a estrutura então montada vige até nossos dias. Alternativamente, o subsetor de medicina previdenciária se amplia significativamente a partir de fins da década dos 50 e, em termos da política estatal de saúde, assumiu predominância a partir da segunda metade dos anos 60". (e)

Apesar de os recentes níveis de mortalidade se apresentarem equivalentes à média dos países europeus, não podem, contudo, ser avaliados em termos brutos devido à estrutura etária da população brasileira, predominantemente jovem, em face de uma população envelhecida daqueles países.

Se tomarmos a esperança de vida ao nascer, (7) cujos dados compõem a Tabela 3.4, teríamos uma forma de melhor situarmos o país dentro dos padrões internacionais.

Desde 1940, a esperança de vida ao nascer do brasileiro aumentou cerca de 40%, passando de 42,7 anos naquele ano para 60,0 em 1980.

Esse nível, entretanto, é ainda muito baixo em termos internacionais, onde os países industrializados com economia

6. Braga, José Carlos S. e Paula, Sérgio G., 1981, p. 52, (19).

7. É a média de anos que poderia viver um conjunto de recém-nascidos combinando as taxas de mortalidade por idade de um período dado.

de mercado possuem uma esperança de vida ao nascer de 74 anos e os socialistas de 72 anos.

O mesmo ocorre quando se examinam as taxas de mortalidade infantil, que apesar de terem sofrido uma queda de cerca de 36% nas últimas quatro décadas, ainda se encontram em níveis muito elevados.

Com efeito, se saímos dos 136 por mil em 1950 para os 87,3 em 1980, como mostram os dados da Tabela 3.5, estamos ainda no grupo de muitos países cuja renda per capita é bastante inferior à nossa.

Ademais, como é evidente pelos dados da referida Tabela, são enormes os diferenciais inter-regionais, onde em 1980 o índice nordestino é quase o triplo do registrado na região Sul, o menor entre todas as regiões.

Tais indicadores, que se diferenciam agudamente segundo os grupos de renda, estão a refletir os padrões de concentração da mesma, onde a queda da mortalidade originou-se no controle das doenças endêmicas e não na transformação da sociedade.

Pois bem, segundo os dados da Tabela 3.6 retirados das projeções da população residente realizadas pelo IBGE, (8) o

8. IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1987-1988, 1988, p.53, tabela 2, (40).

ritmo de crescimento populacional continuaria reduzindo-se, passando dos 2,5% anuais dos 70 para 2,2% a.a. nos 80 e 1,8% a.a. nos 90.

Em termos absolutos isso significa elevar os acréscimos anuais de população da casa dos 2,5 milhões nos 70 para 2,9 milhões nos 80 e nos 90.

Segundo as projeções do IBGE, as magnitudes dos acréscimos populacionais só deixariam de crescer em termos absolutos a partir dos anos iniciais da década dos 90 (Tabela 3.1).

De qualquer maneira, a magnitude absoluta do incremento anual de população só seria inferior à média dos 70 nos primeiros anos da segunda década do próximo século.

Conseqüentemente, levaríamos ainda três décadas para obtermos acréscimos populacionais menores que os da década dos 70 e, pelo menos até onde alcançam as projeções (ano de 2025), os mesmos não seriam inferiores em termos absolutos aos verificados nos 50.

3.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Tentaremos caracterizar aqui o processo de reorganização da população brasileira sobre o espaço ao longo da década dos 70, através de duas perspectivas complementares, quais sejam, a inter-regional e a rural-urbana. (9)

Tais deslocamentos, que obedecem sobretudo à reordenação das atividades econômicas, foram marcados pelo aprofundamento de tendências há muito delineadas ao lado da total e até mesmo inesperada reversão de algumas outras.

Com efeito, os anos 70 assistiram a: (a) uma intensificação no processo de atração de população por parte de São Paulo em detrimento da quase totalidade dos demais Estados; (b) estagnação e reversão da atração de população exercida por áreas de fronteira que apresentaram grande dinamismo em décadas passadas; (c) ocupação incipiente da fronteira amazônica; (d) manutenção do lento ritmo de esvaziamento de áreas de ocupação mais antiga como o Nordeste, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Da perspectiva rural-urbana assistiu-se a um salto qualitativo ao longo da década, caracterizado não só pelo esvaziamento rural em termos absolutos, mas também por um processo acelerado de urbanização, verificado em todas as

9. Seguiremos aqui a análise realizada por Martine, G. e Camargo, L, 1984, p. 99-143, (72).

regiões para todas as classes de tamanhos de cidades acima de 20.000 habitantes.

3.2.1. DISTRIBUIÇÃO INTER-REGIONAL DA POPULAÇÃO

No intuito de facilitar a compreensão das principais mudanças ocorridas na organização espacial da população brasileira, adota-se a seguinte classificação no grupamento de áreas, de acordo com as características da sua evolução recente:⁽¹⁰⁾

(1) Áreas Tradicionais de Emigração: a Região Nordeste exclusive o Maranhão, os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

(2) Núcleo Industrial: os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro;

(3) Áreas de Fronteira Consolidada: Estados do Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul;

10. Adaptação realizada por Martine, G. e Camargo, L. a partir da nomenclatura usada por Singer, P. "Crescimento Econômico e Distribuição Espacial da População", Revista de Economia Política, 2(3), 1982, e Sawyer, D.R., "Ocupação e Desocupação da Fronteira Agrícola no Brasil: Ensaio de Interpretação Estrutural e Espacial", in CEPAL, "Expansão da Fronteira Agropecuária e Meio Ambiente na América Latina", Anais do Seminário, Vol.1, 1982.

(4) Areas de Fronteira em Expansão: a Região Norte e o Estado de Mato Grosso.

As informações da Tabela 3.7, que se referem à taxa média de crescimento anual, à participação no crescimento total ocorrido no período intercensitário e ao saldo migratório líquido de cada grupo para as últimas quatro décadas, permitem-nos apreender as grandes tendências de redistribuição espacial e destacar as principais modificações ocorridas durante os 70.

Em primeiro lugar, nota-se a perda gradativa e sistemática da importância relativa das Areas de Emigração, em favor do Núcleo Industrial e das Areas de Fronteira.

Nos 60, tais áreas apresentaram-se com uma redução muito pequena em sua participação no crescimento intercensitário, ao passo que seu saldo migratório negativo cresceu discretamente em termos absolutos.

Já nos 70, a pequena queda na participação no crescimento intercensitário se associa a uma redução no volume do saldo migratório negativo, indicio de um maior poder de retenção, provavelmente associado ao aprofundamento do processo urbano-industrial nessas áreas.

Os dois Estados considerados como Núcleo Industrial também apresentaram trajetórias similares desde 1940, alcançando taxas de crescimento acima da média e, devido aos saldos migratórios líquidos positivos e crescentes, responderam por participações cada vez maiores nos acréscimos intercensitários totais de população, com marcada intensificação na última década.

Esse processo, claramente capitaneado pelo desenvolvimento urbano-industrial, apresentou ao longo dos anos 70 um ganho ponderável de São Paulo na participação do acréscimo populacional intercensitário, em detrimento do Rio de Janeiro.

Contudo, o aspecto mais notável nos 70 talvez seja o declínio acentuado dos Estados componentes da chamada Fronteira Consolidada, ⁽¹¹⁾ que no início do período receberam maciça migração do tipo rural-rural, formada por colonos em busca de terras.

Foi o caso do Paraná na expansão cafeeira e a ocupação do Centro-Oeste e do Norte do país. Este último movimento afetou principalmente os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão e, embora de outra natureza, o Distrito Federal, já na segunda metade dos 50.

11. Aqueles que experimentaram uma expansão acelerada de sua população rural e de sua produção agrícola a partir dos 40 e dos 50.

A inversão de tendência dá-se nos 70 de forma abrupta, onde as áreas agrícolas, particularmente do Estado do Paraná e, em menor escala, Goiás e Mato Grosso do Sul, passam a expulsar população.

No caso do Paraná, o Estado brasileiro que maior crescimento populacional apresentou entre 1940 e 1970 passou, na última década, à condição de maior expulsor de população.

Foram exatamente as áreas rurais do Estado, que mais atraíram migrantes até 1970, as responsáveis pela expulsão recente.

No caso do Centro-Oeste, apesar de o fenômeno se verificar em muito menor escala, já estaria ocorrendo um fluxo de migrantes para outros Estados.

O fenômeno é mais intenso em Goiás, onde uma pequena perda de menos de 40 mil emigrantes por parte do Estado estaria correlacionada com uma evasão de mais de 900 mil pessoas por parte de suas áreas rurais. (Tabela 3.8)

Isso se explica em grande parte pelo crescimento populacional de Brasília no período, o maior dentre todas as cidades brasileiras, além do impulso experimentado pelas

idades de todos os tamanhos, conformando uma espécie de "malha de retenção" de população.

Mesmo Mato Grosso do Sul, área de ocupação recentíssima, estaria absorvendo pouca população total, onde suas áreas rurais se apresentam com saldo migratório negativo.

Tais tendências estariam também se manifestando no caso do Maranhão, um Estado que apresentou elevadas taxas de imigração, particularmente nos 50 e nos 70.

Com efeito, a fase de absorção rural a ritmos intensos teria acabado no Maranhão e, já na década dos 70, nota-se um movimento da expulsão por parte de suas áreas rurais.

Segundo Martine e Camargo, essa inversão de tendência está relacionada com a estagnação progressiva inerente à forma de ocupação da fronteira agrícola no Brasil e o processo de modernização da agricultura que se acelera agudamente a partir da segunda metade dos 60.

De um lado, o processo de desbravamento de áreas virgens no Brasil que é feito, em grande parte, por pequenos agricultores, muitos dos quais posseiros, que praticam agricultura de subsistência, empreendendo nova migração quando da exaustão da terra ou de sua valorização.

Em regiões beneficiadas pela fertilidade do solo, existência de infra-estrutura e fácil acesso ao mercado, como é o caso do Paraná, a expulsão deu-se de forma mais intensa.

De outro lado, a agricultura nacional passou por um profundo processo de transformação, caracterizado pela industrialização do campo, resposta às políticas governamentais para o setor, cuja ênfase se dava no sentido de voltá-lo para o mercado externo, para o estreitamento de seus vínculos com o setor industrial e para a produção de insumos energéticos.

Esse processo implicou uma abrupta ascensão do preço da terra, na substituição de cultivos intensivos em mão-de-obra por outros intensivos em capital nas melhores terras, na adoção de máquinas e insumos industrializados, na concentração da propriedade agrícola, na mudança de relações de produção e na expulsão de pequenos produtores agrícolas e outra mão-de-obra agrícola⁽¹²⁾.

Conseqüentemente, os Estados componentes da chamada Fronteira Consolidada perdem participação no total do

12. Graziano da Silva, J. - "A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil", Zahar, R.J., 1982 e;

Muller, G. - "Agricultura e Industrialização do Campo", Revista de Economia Política, 2(2), 1982. Citado por Martine, G. e Camargo, L., 1984, p. 124, (72).

acrécimo intercensitário de população, caindo de 20,2% na década dos 60 para 11,5% na dos 70.

Essa queda foi parcialmente absorvida pelo crescimento da Fronteira em Expansão, composta da região Norte e o Estado do Mato Grosso que, conjuntamente, absorveram 11% do crescimento intercensitário na década dos 70 contra apenas 5,88% na anterior.

Entretanto, esse aumento por parte da Fronteira em Expansão, em especial a região Amazônica, parece ter sido tímido ante as expectativas e os esforços iniciados na região ao longo da última década, mesmo levando em conta uma subestimação da enumeração da população, natural em áreas de fronteira recente.

Além do que, o aumento populacional da área pouco se deveu à migração do tipo rural-rural, já que as cidades amazônicas cresceram a um ritmo bem mais acelerado que a população do campo.

O destaque fica com Rondônia, não em termos do volume do fluxo migratório, pequeno ante a dimensão do excedente nacional de mão-de-obra agrícola e da demanda por terra, mas sim em função do caráter da ocupação.

Com efeito, a ocupação do ex-território estaria como que a exibir a viabilidade de esforços visando reorientar parte dos fluxos migratórios para áreas de fronteira, num processo que tem por base o pequeno produtor.

A experiência da Fronteira Consolidada não permite supor, contudo, que essa absorção seja permanente, dada a repetição dos efeitos exercidos pela modernização agrícola e pela penetração do capital no campo, obrigando outra migração para novas áreas de fronteira ou para as cidades.

Aliás, nas projeções realizadas pelo IBGE, constantes da Tabela 3.9, já se nota a desaceleração do ritmo de crescimento populacional da Fronteira em Expansão a partir dos 80, apesar de ostentar os maiores níveis médios dentre todas as áreas.

Na década dos 90, sua participação no acréscimo decenal de população já se faz decrescente, período em que seus poderes de atração e fixação começariam a diluir-se.

Curiosamente, como mostram os dados da referida Tabela, o Núcleo Industrial também entraria, a partir da presente década, num período de redução de seu poder de atração, passando a crescer com a média do país.

Em consequência, sua participação nos acréscimos decenais de população tenderia a perder expressão, dada a forma pronunciada com que se desaceleram os ritmos de seu crescimento populacional, já que os fluxos migratórios continuariam, em termos de volume, a se direcionar preferencialmente para tais áreas.

A Fronteira Consolidada, provavelmente tendo aprofundado seu processo de liberação de população até o fim dos 70, passa, na presente década, a desacelerar seus ritmos de crescimento de forma menos intensa que o conjunto da população.

Isso lhe garantiria incrementar sua participação no acréscimo decenal de população, expressando que o maior impacto causado pela transformação das estruturas produtivas de suas áreas rurais já teria ocorrido, fazendo-se doravante com uma intensidade relativa menor.

As próprias áreas tradicionais de emigração estariam, na última década deste século, experimentando um pequeno aumento em sua participação no acréscimo decenal de população, revelando a aproximação de sua taxa de crescimento com a média do país e um arrefecimento nos fluxos migratórios.

Em suma, parece que o perfil da distribuição espacial da população brasileira tal qual foi configurado nos 70 sofreu o seu ápice nesta mesma década.

Alguns de seus fluxos estariam, até o final do século, desacelerando-se significativamente, ao passo que outros já adentrariam em uma etapa de reversão.

3.2.2. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Segundo a definição de "urbano" adotada pelo IBGE (i.e. sedes de municípios e distritos) o Brasil tinha 31% de sua população residindo em áreas urbanas em 1940, 36% em 1950, 45% em 1960, 56% em 1970 e 68% em 1980. (Tabela 1.9/Cap.I).

Em contrapartida, a população rural vem perdendo importância relativa desde 1940 e experimentou, nos anos 70, decréscimo absoluto verificado simultaneamente em três das cinco regiões - a Sudeste, a Sul e a Centro-Oeste.

Se restringirmos o conceito dado oficialmente ao urbano, adotando em substituição àquelas localidades com mais de 20 mil habitantes, veremos que a população urbana também apresentou altas taxas de crescimento nas últimas décadas.

Com efeito, a população das cidades com mais de 20.000 habitantes representava uma proporção de cerca de 20% da população total em 1950 e salta para 53% em 1980. (Tabela 1.9/Cap.I).

Esse incremento representa taxas de crescimento médio anual da ordem de 6,3% (5,4% na definição aceita internacionalmente) durante as últimas três décadas, nível que ressalta a importância que assumiu (e continuará assumindo) entre nós os movimentos migratórios no sentido rural-urbano.

Como a população rural vem crescendo bem menos intensamente que a urbana, o ritmo com que se processa a redistribuição populacional em termos rural-urbano esteve, conseqüentemente, elevado durante todo o período.

Tais evidências, ao contrário do diferencial de crescimento vegetativo que trabalha no sentido oposto, estariam a indicar um volume considerável de migração rural-urbano no final do período.

Estimativas preliminares apontam para um êxodo rural cuja magnitude alcança cerca de 16,0 milhões de pessoas na década dos 70.

Os dados da Tabela 3.10 apontam os Estados do Paraná e Minas Gerais como sendo os que se apresentaram com maior perda de população rural na última década, seguidos de longe pela Bahia e Rio Grande do Sul.

A surpresa, mais uma vez, fica por conta do Paraná, área de atração e de agricultura moderna e próspera, que expulsou um contingente de população de volume equivalente ao realizado por Minas Gerais, tradicional área de emigração rural.

Aliás, os dois Estados de maior perda relativa são justamente aqueles que apresentaram maior expansão agrícola entre 1940/70 - Paraná e Goiás.

As únicas áreas rurais que registraram saldo migratório positivo são as dos Territórios, fundamentalmente por causa de Rondônia, e do Estado do Pará.

Em contrapartida, apenas seis cidades da região Norte - as capitais mais Santarém - absorveram mais de 40% de todo o crescimento observado nesta região entre 1970-1980.

Foi ao longo dessa década que a população urbana (13) cresceu com maior intensidade na região, superando a média dos últimos 30 anos.

13. Cidades com população igual ou superior a 20.000 habitantes.

Nas demais regiões do país, o processo deu-se de forma inversa, onde os ritmos de crescimento da população das cidades com 20.000 ou mais habitantes, a despeito de altos, foram em geral inferiores à média do período 1950/80, como mostram os dados da Tabela 3.11.

É claro que tais cidades se concentram principalmente na região Sudeste, embora o aumento relativo tenha tido expressão significativa em todas as demais.

Tais movimentos se fizeram no sentido de proporcionar, na última década, uma menor dispersão das taxas de crescimento entre as diversas classes de tamanho de cidades acima de 20.000 habitantes, uma característica assumida pelo processo de urbanização ao se difundir por todas as regiões. (Tabela 3.12).

Segundo os dados da Tabela 3.13, confeccionada a partir das projeções realizadas pelo IBGE para o Brasil e Grandes Regiões, a população urbana continuaria, até o fim do século, a crescer a taxas decrescentes, embora superiores às da população total.

Em todas as regiões, com exceção da Sudeste, as taxas de crescimento da população urbana continuariam, nas

próximas décadas, a crescer acima da média do país, embora também decrescentes.

Isso faria com que essas regiões incrementassem suas participações no total da população urbana do país, ocorrendo o contrário com o Sudeste, que, até o final do século, teria sua participação diminuída discretamente (Tabela 3.14).

Conseqüentemente, não se esperariam grandes mudanças no perfil da distribuição espacial da população urbana verificada nos 70 ao longo das próximas décadas, mas sim uma desaceleração nos seus movimentos.

O processo de urbanização continuaria a difundir-se por todas as regiões, sem tocar na primazia do Sudeste mas de forma mais intensa nas demais, fazendo com que a dispersão inter-regional do grau de urbanização se reduzisse lentamente. Esse alcançaria 80% no país na virada do século, 91% no Sudeste e 61% no Norte.

Esta última região, a partir do início dos anos 90, passaria a ocupar a posição da região menos urbanizada do país, até então ocupada pelo Nordeste, tendência que vinha delineando-se desde os 40.

Em ambas se denotariam acréscimos absolutos na população rural ao longo dos 80 e somente para a região Norte na década seguinte.

Assim, a queda no ritmo de crescimento natural da população e a desaceleração do processo de urbanização não se fariam acompanhar de um acréscimo menor de pessoas à população urbana, cujo volume anual médio seria superior a 3,0 milhões de pessoas nas próximas décadas (Tabela 3.15).

Ademais, na virada do século contaríamos ainda com uma grande proporção de nossa população residindo em localidades rurais (40% no Norte, 35% no Nordeste, 20% no Sul, etc.), o que garantiria, ao menos potencialmente, a manutenção das transferências de população do campo para as cidades em níveis bastante elevados.

3.3. ESTRUTURA ETARIA DA POPULAÇÃO

Da recente queda na fecundidade decorreu um certo "envelhecimento" da população brasileira, onde a proporção de jovens menores de 10 anos experimentou uma redução, passando de 30% em 1960 para 26% em 1980 (Tabela 3.16).

Esse comportamento se tornaria cada vez mais intenso nas décadas futuras, dado que nas projeções de população

realizadas pelo IBGE, constantes na referida Tabela, implicitamente se admitiram quedas ulteriores na fecundidade.

Consequentemente, as taxas de crescimento da população dentro dessa faixa etária experimentariam decréscimos cada vez mais intensos, saindo de um nível de 2,5% a.a. nos 70 para 0,5% a.a. nos 90 (Tabela 3.17).

Pois bem, à medida que caminhamos para faixas etárias superiores, vemos que tal comportamento tende a ocorrer com uma defasagem temporal de uma década.

Assim, a coorte de 10/14 anos de idade só veria decrescer sua participação na população total a partir dos 70: a de 15/24 a partir dos 80 e assim sucessivamente.

No caso da coorte com idade entre 25/39 anos a desaceleração verificar-se-ia ao longo dos anos 90, a despeito de ainda apresentar taxas de crescimento semelhantes à média da população.

A partir desta última, todas experimentariam uma intensificação em seus ritmos de crescimento, aumentando até o fim do século suas participações no total da população.

Em resumo, durante ainda algumas décadas, a população de 10 anos e mais crescerá a ritmos superiores aos da população total, com base no crescimento das coortes populacionais nascidas antes da recente queda da fecundidade.

Como a queda nas taxas de fecundidade total ocorreu sempre mais intensamente nas áreas urbanas que nas rurais, pode-se pensar que a proporção que as coortes nascidas antes de meados dos 60 assumem no contexto da população urbana seja sempre superior à que representa no contexto da população total.

Consequentemente, o diferencial entre o ritmo de crescimento da população com dez anos e mais e o ritmo de crescimento da população total também seria superior nas áreas urbanas.

3.4. TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

A desaceleração nos ritmos de crescimento da população total fez-se acompanhar por uma intensificação nas taxas de crescimento da PEA, indicando-nos que os efeitos da recente

queda na fecundidade levarão ainda algum tempo para se manifestar ao nível da oferta de força de trabalho.

Essa continuará se ampliando devido a uma ainda alta taxa de crescimento populacional (2.5% a.a. entre 1980/70), mas, principalmente, devido ao aumento nas taxas de participação, particularmente da mulher.

O crescimento da população ativa feminina ostentou altas taxas de crescimento médio anual nas últimas três décadas (5% entre 1950/60, 4,2% entre 1960/70 e 6,5% entre 1970/80), bem superiores às da população masculina (2,5% nos 50, 2,2% nos 60 e 2,9% nos 70), enquanto a população em idade ativa de ambos os sexos crescia em torno de 3% a.a. desde os 50).

A Tabela 3.18 apresenta as taxas específicas de atividade por faixas de idade, segundo o sexo e a situação de domicílio para o Brasil, calculadas a partir da amostra dos Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Sobressai desses dados, em primeiro lugar, a queda na taxa de atividade masculina no meio rural para todas as faixas de idade, com exceção da de 10/14 anos de idade, que experimentou um pequeno aumento.

Essa queda "generalizada" na participação masculina se apresentou com pronunciada intensidade a partir dos 60 anos de idade, parecendo refletir nem tanto a transferência para atividades urbanas, mas sobretudo a expansão da cobertura dos programas de previdência social, particularmente no que diz respeito aos benefícios da aposentadoria.

Nas faixas etárias intermediárias e na população jovem deve prevalecer a mudança de residência para localidades urbanas como explicação, embora possa também estar refletindo, no caso destes últimos, maior participação em atividades escolares.

No meio urbano, a taxa de participação masculina elevou-se ligeiramente (7% entre 1970 e 1980), a partir de comportamentos bastante diferenciados, à medida que se muda de intervalo etário.

Em primeiro lugar, é compatível com as razões anteriormente descritas, as faixas etárias a partir dos 60 anos de idade apresentam as maiores quedas relativas.

Curiosamente, as taxas de participação dos trabalhadores com idade entre 50/60 anos também caíram ligeiramente no período. Isto pode ser explicado, em parte, pelas mesmas razões (maior extensão dos benefícios de previdência social), mas também pode estar refletindo um

processo de substituição destes por trabalhadores mais jovens, principalmente naquelas tarefas que não exigem muita experiência ou alta qualificação. (14)

Essa explicação parece adequar-se bem ao fato de que foram exatamente os trabalhadores mais jovens, entre 10/24 anos de idade, em particular os de idade entre 15/24, que tiveram suas participações aumentadas de forma mais acentuada.

Aliás, como já havíamos mencionado no capítulo I, a década dos 70 assistiu a uma considerável entrada de pessoas no mercado de trabalho urbano, compelidas a substituir o trabalho doméstico pelo remunerado, na complementação da renda familiar.

Mesmo que isso tenha ocorrido fundamentalmente em face da maior participação da mulher no mercado de trabalho, não nos parece improvável que também se tenha dado com trabalhadores jovens do sexo masculino.

Por último, o aumento da participação dos trabalhadores entre 25/49 anos de idade, ocorrido de forma muito pouco acentuada, confirma a relativa estabilidade na participação desse grupo, detentor dos maiores níveis de

14. PAIVA, Paulo T.A. - 1986, p.68, (87).

participação, não comportando por esta razão variações mais bruscas.

A simples urbanização da força de trabalho masculina faz com que as taxas de participação diminuam em todas as faixas de idade, à exceção dos extremos da distribuição.

No meio rural, o trabalhador jovem (10/19) participa relativamente mais da atividade econômica, ao passo que o trabalhador mais velho (acima de 50 anos de idade) permanece por mais tempo em atividade, fazendo com que os extremos da estrutura etária se apresentem com substanciais diferenças quando comparados com os do meio urbano.

Essa diferença tende a diminuir bastante quando cotejamos as faixas etárias intermediárias (20/49 anos) a despeito de sempre apresentarem maiores frequências no meio rural.

O contrário acontece quando analisamos a força de trabalho feminina, cuja transferência para as cidades se dá com aumento da taxa de participação em quase todas as faixas de idade, via de regra de forma bastante acentuada.

A exceção fica por conta daquelas com idade igual ou maior que 60 anos, cuja participação é sempre maior no campo

que na cidade, refletindo o maior desamparo institucional a que estão submetidas.

Também a trabalhadora jovem (10/14) é mais frequente no meio rural que no urbano, dado que seu envolvimento em atividades escolares não é tão generalizado quanto na cidade e, mesmo que ocorra, é geralmente acompanhado de atividades consideradas produtivas.

O pico da distribuição também não coincide entre campo e cidade. Enquanto nesta última estava no intervalo de 20/24 anos de idade, no campo se encontrava no de 15/19. Isso, provavelmente, indica a faixa etária imediatamente anterior àquela em que a mulher começa a ter filhos, sabidamente mais cedo nas localidades rurais, a partir da qual decresce sua taxa de participação.

Tal resultado aponta indiretamente para um dos efeitos da recente queda nos níveis de fecundidade, ocorrida a partir de meados da década dos 60.

Mas foram as faixas de idade que se seguem ao pico no nível da participação (25/44) que tiveram os maiores acréscimos no período, algo entre 35 e 45%, determinando o comportamento da taxa de participação total, que aumentou em torno de 35%.

Segundo PAIVA,⁽¹⁵⁾ a participação das mulheres casadas com o marido presente também depende muito da renda do marido; quanto maior for esta, menor será a taxa de participação daquelas.

Contudo, isso parece se dar nos níveis maiores de renda, posto que para as famílias de baixa renda o nível de rendimento do marido não inibe mas estimula sua participação no mercado de trabalho.

Se juntarmos a isso a evidência de que foram as famílias pobres com dois e mais membros percebendo rendimento que mais aumentaram sua ponderação no mercado, tal qual mostrado no primeiro capítulo, e que a busca da reprodução da família via aumento do número de membros que percebe rendimentos passa quase que necessariamente pelo trabalho da mulher, então parece possível afirmar que foi o aumento da taxa de participação da mão-de-obra feminina de baixa renda um dos vetores mais importantes no recente crescimento da população economicamente ativa.

O fato de as faixas de idade seguintes ao pico da distribuição da mão-de-obra feminina apresentarem as maiores variações em suas taxas de participação também ocorreu no meio rural entre 1970 e 1980.

15. PAIVA, Paulo T.A. - 1981, p.854, (89).

A diferença é que isso se deu em níveis bem mais baixos, ou seja, as taxas de participação das mulheres entre 20/44 anos de idade assumem no campo pouco menos da metade da magnitude assumida pelas mesmas nas cidades.

Isso, possivelmente, acontece devido ao fato de no meio rural ser mais difusa a divisão entre atividade doméstica e extradoméstica, estando a mulher incumbida de ambas as funções, em maiores proporções que na cidade.

Consequentemente, ao longo da fase de gestação, a mulher deve abandonar as atividades extradomésticas, combinando a criação dos filhos com as demais tarefas domésticas.

Tais variações nos níveis de participação da mão-de-obra tanto masculina quanto feminina também estão a indicar os efeitos exercidos pelo crescimento econômico dos 70 sobre a oferta de trabalho.

A intensidade dos mesmos variaria não só em função das possibilidades de manutenção de uma etapa de crescimento e das características estruturais dos segmentos produtivos que o sustentam, mas também das magnitudes das taxas de participação.

Como essas últimas são caracteristicamente baixas entre a mão de obra feminina, além de aumentarem quando da migração rural-urbana e ao longo do próprio desenvolvimento urbano, pode-se pensar que a maior participação da mulher no mercado de trabalho é um vetor de crescimento da população economicamente ativa com vigência futura.

No caso dos trabalhadores masculinos ocorre o contrário, a transferência para os centros urbanos e o próprio desenvolvimento dos mesmos tende a deprimir seus níveis de atividade.

Note-se contudo, que os mais altos níveis de participação da força de trabalho masculina no mercado de trabalho torna-a relativamente menos elástica às variações determinadas pelos fatores que influenciam sua demanda.

Tal efeito, vale a pena frisar, se faria sobre uma população em idade ativa, cuja composição etária se transforma no sentido de incrementar a ponderação das coortes, cujas taxas de participação são mais elevadas ou que mais intensamente responderam aos efeitos do crescimento da demanda de trabalho ao longo dos 70.

Em síntese, da mesma forma que nos 70 o crescimento da população economicamente ativa acelerava-se paralelamente à queda no ritmo de crescimento da população total, parece

possível pensar que nas próximas décadas a queda neste último não seria seguida, com a mesma intensidade, pela desaceleração daquele, podendo mesmo se intensificar.

Isso dependeria basicamente do comportamento das taxas de participação feminina que, por serem tradicionalmente baixas no Brasil, cerca de 27% das mulheres em idade ativa incluíam-se na população economicamente ativa em 1980, garantiriam a possibilidade de manutenção futura de seus ritmos de crescimento.

A ainda grande concentração de população no campo e sua provável transferência para os centros urbanos nas próximas décadas estaria a reforçar essa possibilidade.

No caso da população economicamente ativa masculina, o principal fator de crescimento viria da modificação de sua estrutura etária, dado que as coortes nascidas em condição de alta fecundidade e rápido declínio da mortalidade infantil estaria, nas próximas décadas, em faixas etárias onde a participação é muito alta, bem próxima da unidade, exatamente por isso pouco sensíveis às variações dos fatores que incidem sobre o seu nível.

Em um exercício para investigar as possíveis tendências futuras do crescimento da PEA no Brasil até o ano 2000,

Paiva (16) obteve um intervalo de variação para suas taxas médias de crescimento anual que vai de 2,4 a 3,1%.

No limite inferior tem-se que o crescimento da PEA se daria única e exclusivamente devido ao aumento da população, visto que se supuseram constantes as taxas de participação nos níveis de 1980. Já no limite superior, o crescimento da PEA estaria refletindo também incrementos nas taxas de participação, fundamentalmente da população feminina.

O resultado é que o aumento de novos trabalhadores poderá se dar entre 1,2 e 1,7 milhões anualmente, requerendo da economia brasileira a manutenção de altos ritmos de crescimento do produto e do emprego. (17)

Tais estimativas não levam em conta os resultados da primeira metade da década dos oitenta em termos de produto e emprego e nem que uma recuperação do crescimento da economia brasileira a altos ritmos poderia fazer-se com uma base técnica modificada, o que alteraria a relação entre crescimento do produto e do emprego.

Tal panorama se complicaria drasticamente caso a tais movimentos se associasse uma mais rápida modificação na

16. Paiva, Paulo T.A. - 1986, pp. 77 e seguintes, (87).

17. Segundo o autor, no limite superior da taxa de crescimento da PEA, necessitaria um crescimento médio anual do produto da ordem de 7,8%, superior ao seu nível histórico, dada uma elasticidade do emprego em relação ao produto de 0,4.

estrutura produtiva e fundiária no campo, aumentando
sobremaneira a oferta de mão-de-obra nas cidades.

TABELA 3.1

TAXAS DE CRESCIMENTO E INCREMENTO INTERCENSITARIO ANUAL MEDIO DE POPULACAO

BRASIL E REGIOES

REGIOES	1950-1940		1960-1950		1970-1960		1980-1970		1990-1980		2000-1990	
	TX CRESC (%)	ACRESCIMO (x1000)										
NORTE	2,3	382,2	3,3	717,1	3,5	1042,1	5,0	2276,4	4,0	2899,9	2,6	2596,8
NORDESTE	2,2	3539,3	2,1	4208,5	2,4	5930,0	2,2	6700,4	1,9	7341,8	1,6	7360,0
SUDESTE	2,1	4202,7	3,1	8082,2	2,7	9222,8	2,6	11860,6	2,2	12832,2	1,8	12591,8
SUL	3,2	2105,6	4,1	3912,2	3,4	4743,4	1,4	2534,7	1,6	3366,0	1,6	4030,2
CENTRO OESTE	3,3	478,3	5,4	1206,0	5,6	2130,3	4,0	2471,5	3,0	2642,0	2,2	2539,9
BRASIL	2,3	10708,1	3,0	18126,1	2,9	23068,6	2,5	25863,7	2,2	29081,8	1,8	29118,7

FORNTE: (1) IBGE - CENSOS DEMOGRAFICOS - ATÉ 1980.

(2) IBGE, 1988 - ANUARIO ESTADISTICO DO BRASIL 1987/88 - PARA OS ANOS POSTERIORES A 1980.

TABELA 3.2
 TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL
 BRASIL 1940-1980

PERIODO	TBN (1)	TBM (2)	TAXA CRESCIM. NATURAL %
1940-1950	44,4	20,6	23,8
1950-1960	43,3	13,4	29,0
1960-1970	37,7	9,6	28,9
1970-1980	32,1	7,2	24,9

FONTE: IBGE - DIRETORIA TECNICA, DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE POPULACAO IN MARTINE, G E. CAMARGO, L. - 1984, PP. 102, (72).

NOTA: (1) TBN = TAXA BRUTA DE NATALIDADE.
 (2) TBM = TAXA BRUTA DE MORTALIDADE.

TABELA 3.3

TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL SEGUNDO DOMICILIO DA POPULACAO

BRASIL E GRANDES REGIOES: 1960-70 E 1970-80

BRASIL E GRANDES REGIOES	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL		
	1960-70	1970-80	VARIACAO %
BRASIL	5,76	4,35	-24,48
NORTE	8,15	6,45	-20,86
NORDESTE	7,53	6,13	-18,59
SUDESTE	4,56	3,45	-24,34
SUL	5,42	3,63	-33,03
CENTRO OESTE	6,42	4,51	-29,75
URBANA	4,54	3,63	-20,04
NORTE	6,62	5,24	-20,85
NORDESTE	6,44	4,94	-23,29
SUDESTE	3,83	3,17	-17,23
SUL	4,06	3,63	-10,59
CENTRO OESTE	5,31	4,51	-15,07
RURAL	7,72	6,40	-17,10
NORTE	9,59	8,05	-16,06
NORDESTE	8,45	7,66	-9,35
SUDESTE	7,14	5,46	-23,53
SUL	6,86	4,55	-33,67
CENTRO OESTE	7,71	5,98	-22,44

FORTE: IBSSE - DIRETORIA TECNICA, DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
DE POPULACAO IN MARTINE, G. E CAMARGO, L. - 1984,
PP.104, (72).

TABELA 3.4
 ESPERANCA DE VIDA AO NASCER
 ESTIMATIVA PARA ANOS ANTERIORES AO CENSO
 BRASIL E REGIOES 1940-1980

REGIOES	1940	1950	1960	1970	1980
NORTE	40,44	44,26	52,62	54,06	64,17
NORDESTE	38,17	38,69	43,51	44,38	51,57
SUDESTE	44,00	48,81	56,96	56,89	63,59
SUL	50,09	53,33	60,34	60,26	66,98
CENTRO OESTE	48,28	51,03	56,40	55,96	64,70
BRASIL	42,74	45,50	52,37	52,67	60,08

FONTE: IBGE - ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL, 1987-1988.

TABELA 3.5
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
BRASIL E REGIOES 1950-1980

REGIOES	1950	1960	1970	1980	1980-50
NORTE	171,6	122,0	67,1	100,0	-41,7
NORDESTE	206,9	183,6	149,3	130,0	-37,2
SUDESTE	99,9	67,7	83,5	67,0	-32,9
SUL	130,6	107,7	77,1	55,0	-57,9
CENTRO OESTE	126,8	104,1	80,3	85,0	-33,0
BRASIL	136,0	105,2	92,0	87,3	-35,8

FONTE: MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE - "ANUARIO DE BIOESTATISTICA" 1950/51, 1966 - ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL - 1950/70, MINISTERIO DA SAUDE E SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAUDE IN MARTINE, G. E CAMARGO, L. - 1984, PP.115, (72).

TABELA 3.6

INDICADORES DEMOGRÁFICOS IMPLÍCITOS NAS PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO

BRASIL

	1980/85	1985/90	1990/95	1995/2000
TAXA BRUTA DE NATALIDADE (POR 1000)	30,60	28,58	26,14	23,92
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	3,81	3,46	3,16	2,91
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (POR 1000)	8,36	7,87	7,48	7,20
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (ANOS)	63,41	64,89	66,25	67,48
TAXA MORTALIDADE INFANTIL (POR 1000)	70,65	63,22	56,54	50,65
TAXA DE CRESCIM VEGETATIVO (POR 1000)	22,24	20,71	18,66	16,72

FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISA/DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO IN
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1987-1988.

NOTA: (1) MIGRAÇÃO ANUAL É CONSIDERADA NULA.

TABELA 3.7

EVOLUCAO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

BRASIL - AREAS SELECIONADAS: 1940 - 1980

	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
TX CRESCIM. ANUAL - BR(a)	2,4	3,0	2,9	2,5
NUCLEO INDUSTRIAL	2,5	3,5	3,3	3,1
FRONTEIRA CONSOLIDADA	4,0	5,9	4,2	2,0
FRONTEIRA EM EXPANSAO	2,1	3,4	3,8	5,3
AREAS DE EMIGRACAO	2,1	2,1	2,3	1,9
PARTICIPACAO % CRESCIM.				
INTERCENSITARIO - BR(a)	100,0	100,0	100,0	100,0
NUCLEO INDUSTRIAL	28,2	31,0	31,8	37,0
FRONTEIRA CONSOLIDADA	15,6	22,1	20,2	11,5
FRONTEIRA EM EXPANSAO	3,7	4,6	5,8	10,9
AREAS DE EMIGRACAO	52,5	41,6	40,6	38,1
SALDO MIGRATORIO INTER-				
CENSITARIO (b) - BR	-	-	-	-
NUCLEO INDUSTRIAL	388900	767200	1626000	2980300
FRONTEIRA CONSOLIDADA	570300	1509200	857500	-1294000
FRONTEIRA EM EXPANSAO	-14500	120200	276100	876300
AREAS DE EMIGRACAO	-944700	-2396600	-2759600	-2562600

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRAFICOS E TABULACOES ESPECIAIS IN
MARTINE, G. E CAMARGO, L. - REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS
POPULACIONAIS, 1984, P.119, (72).

NOTA: (a) INCLUI DISTRITO FEDERAL

(b) MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL INCLUIDOS EM
"FRONTEIRA CONSOLIDADA".

TABELA 3.8

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA FRENTEIRA AGRÍCOLA

ESTADOS E TERRITÓRIOS: 1940 - 1980

ESTADOS E TERRITÓRIOS	TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL				MOV. POPULAC. 70-80	
	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	MIGR. ESTADU- LID (x1000)	MIGR. RURAL LID (x1000)
PARANA	5,52	7,27	4,97	0,94	-1002	-2516
MARANHAO	2,51	4,50	2,04	2,92	-288	-586
GOIAS	3,93	4,65	4,38	2,77	-37	-956
MATO GROSSO DO SUL	2,58	6,48	5,72	3,19	240	-219
MATO GROSSO	0,97	4,48	6,48	6,62	281	-25
AMAZONAS	-	3,26	3,44	3,94	382	-245
PARA	-	3,12	3,54	4,67	1042	117
TERRITÓRIOS	-	4,58	4,05	8,08	521	139

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS

ESTIMATIVAS BASEADAS EM CARVALHO, J.A.M. - "FECUNDIDADE E MORTALIDADE
NO BRASIL 1960-70 E 1970-80" DEDEPLAR, NIMEQ, 1982, IN MARTINE, G./CAMARGO, L.,
1984, P.122, (72).

TABELA 3.9

EVOLUCAO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL PROJETADO

BRASIL - AREAS SELECIONADAS

	1970-1990	1980-1990	1990-2000
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	2,5	2,2	1,8
NUCLEO INDUSTRIAL	3,3	2,5	1,9
FRONTEIRA CONSOLIDADA	2,3	2,1	1,9
FRONTEIRA E EXPANSAO	5,2	4,0	2,6
AREAS DE EMIGRACAO	2,1	1,7	1,5
PARTICIPACAO % NO ACRESCIMO			
DECENAL DE POPULACAO	100,0	100,0	100,0
NUCLEO INDUSTRIAL	36,5	35,0	33,8
FRONTEIRA CONSOLIDADA	12,2	13,4	15,3
FRONTEIRA EM EXPANSAO	10,1	11,9	10,6
AREAS DE EMIGRACAO	38,9	37,5	38,1

FONTE: IBGE, 1988 - ANUARIO ESTADISTICO DO BRASIL 1987-1988.

TABELA 3.10

MIGRAÇÃO LÍQUIDA PARA ÁREAS RURAIS

BRASIL E ESTADOS - 1970-1980

ESTADOS	MIGRAÇÃO LÍQUIDA PARA ÁREAS RURAIS (x1000)
TERRITÓRIOS	139
AMAZONAS	-245
PARÁ	117
MARANHÃO	-158
PIAUI	-319
CEARA	-899
RIO GRANDE DO NORTE	-182
PARAÍBA	-466
PERNAMBUCO	-760
ALAGOAS	-335
SERGIPE	-180
BAHIA	-1243
MINAS GERAIS	-2611
ESPIRITO SANTO	-408
RIO DE JANEIRO	-467
SÃO PAULO	-1552
PARANÁ	-2516
SANTA CATARINA	-617
RIO GRANDE DO SUL	-1262
MATO GROSSO DO SUL	-218
MATO GROSSO	-25
GÓIAS	-956
DISTRITO FEDERAL	-
BRASIL	-15611

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS.

ESTIMATIVAS BASEADAS EM CARVALHO, 1982, IN
MARTINE, G./ CANARGO, L. - 1984, P.128 (72).

TABELA 3.11

TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULACAO URBANA (1)

BRASIL E REGIOES: 1950-1980

REGIOES	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
NORTE	2,7	5,7	6,2	7,4
NORDESTE	4,4	5,3	5,5	4,7
SUDESTE	4,7	6,1	5,1	4,3
SUL	4,5	7,1	5,2	5,7
CENTRO-OESTE	15,3	17,2	11,8	9,2
BRASIL	4,6	6,1	5,0	5,2

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRAFICOS.

NOTA: (1) POPULACAO DAS CIDADES COM 20000 OU MAIS HABITANTES.

TABELA 3.12
 TAXAS GEOMETRICAS DE CRESCIMENTO DA POPULACAO URBANA
 POR CLASSES DE TAMANHO DAS CIDADES
 BRASIL: 1940 - 1980

PERIODOS	CLASSES DE TAMANHO			
	20 A 50	50 A 100	100 A 500	500+
1940-1950	6,4	5,7	1,9	5,2
1950-1960	6,8	4,8	2,4	7,2
1960-1970	4,4	4,7	6,2	4,9
1970-1980	4,9	5,3	6,9	4,8
1940-1980	5,6	5,1	4,3	5,5

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRAFICOS.

TABELA 3.13

POPULACAO RESIDENTE URBANA PROJETADA - BRASIL E GRANDES REGIOES

1980 - 2000

BRASIL E GRANDES REGIOES	1980	1990	2000	TAXAS DE CRESCIMENTO		
				1980/70	1990/80	2000/1990
NORTE	3075,4	4988,5	6996,7	6,7	4,9	3,4
GRAU DE URBANIZACAO (%)	51,7	56,1	60,9			
NORDESTE	17903,9	25001,0	32693,5	4,3	3,4	2,7
GRAU DE URBANIZACAO (%)	50,5	58,3	65,2			
SUDESTE	43662,1	57910,4	71210,3	4,2	2,9	2,1
GRAU DE URBANIZACAO (%)	82,8	88,3	91,1			
SUL	12105,6	16775,2	21452,7	5,2	3,3	2,5
GRAU DE URBANIZACAO (%)	62,4	73,7	80,1			
CENTRO OESTE	5212,8	6068,6	10751,9	7,9	4,5	2,9
GRAU DE URBANIZACAO (%)	67,8	78,1	83,5			
BRASIL	81979,8	112743,7	143105,1	4,6	3,2	2,4
GRAU DE URBANIZACAO (%)	67,6	75,0	79,7			

FONTE: IBGE, 1988 - ANUARIO ESTADISTICO DO BRASIL 1987 - 1988.

TABELA 3.14
 POPULACAO URBANA PROJETADA
 BRASIL E REGIOES

REGIOES	1980		1990		2000	
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
NORTE	3095,4	3,8	4988,5	4,4	6996,7	4,9
NORDESTE	17903,9	21,8	25001,0	22,2	32693,5	22,8
SUDESTE	43662,1	53,3	57910,4	51,4	71210,3	49,8
SUL	12105,6	14,8	16775,2	14,9	21452,7	15,0
CENTRO OESTE	5212,9	6,4	8068,6	7,2	10751,9	7,5
BRASIL	81979,8	100,0	112743,7	100,0	143105,1	100,0

FONTE: IBGE, 1988 - ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL 1987-1988.

TABELA 3.15

ACRESCIMO INTERCENSITARIO ANUAL MEDIO DE

POPULACAO URBANA

BRASIL: 1940 - 2000

PERIODO	ACRESCIMOS (POR 1000)
1940-1950	5903,7
1950-1960	12520,1
1960-1970	20781,9
1970-1980	28351,4
1980-1990	30763,9
1990-2000	30361,4

FONTE: (1) IBGE - ESTATISTICAS HISTORICAS DO BRASIL - SERIES ESTATISTICAS RETROSPECTIVAS, VOL 3, 1987 - ATE 1980

(2) IBGE - ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL, 1987/88 - PARA ANOS POSTERIORES A 1980.

TABELA 3.16

ESTRUTURA ETARIA DA POPULACAO TOTAL E PARTICIPACAO RELATIVA

BRASIL: 1960 - 2000

ANOS	FAIXA ETARIA															
	0 A 9		10 A 14		15 A 24		25 A 39		40 A 49		50 +		10 +		TOTAL	
	ABSOLUTO (x1000)	(%)														
1960	21351	30,4	8560	12,2	13413	19,1	13732	19,6	5951	8,5	7184	10,2	48840	69,6	70191	100,0
1970	27272	29,3	11859	15,3	18539	19,9	17258	18,5	8082	8,7	10129	10,9	65867	70,7	93139	100,0
1980	31198	26,2	14263	12,0	25069	21,1	23481	19,7	10377	8,7	14595	12,3	87805	73,8	119003	100,0
1990	36697	24,4	16280	10,8	28470	19,1	34689	23,1	13883	9,2	20149	13,4	113671	75,6	150368	100,0
2000	38427	21,4	18566	10,3	33671	18,8	41243	23,0	20344	11,3	27241	15,2	141665	78,6	179487	100,0

FONTES: (1) 1960, 1980 - ESTATISTICAS HISTORICAS DO BRASIL - SERIES ESTATISTICAS RETROSPECTIVAS, VOL 3 - ATE 1980.

(2) 1990, 2000 - ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL 1997/1998 - PARA OS ANOS POSTERIORES A 1980.

TABELA 3.17

TAXAS GEOMETRICAS DE CRESCIMENTO DA POPULACAO POR FAIXA ETARIA

BRASIL: 1960 - 2000

PERÍODOS	TAXAS GEOMETRICAS DE CRESCIMENTO							TOTAL
	0 A 9	10 A 14	15 A 24	25 A 39	40 A 49	50 +	10 +	
1960/70	2,5	3,3	3,3	2,3	3,1	3,5	3,0	2,9
1970/80	1,4	1,9	3,1	3,1	2,5	3,7	2,9	2,5
1980/90	1,6	1,3	1,3	4,0	3,0	3,3	2,6	2,4
1990/99	0,5	1,3	1,6	1,7	3,9	3,1	2,2	1,8

Fonte: TABELA 3.16.

TABELA 3.18

TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR IDADE, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO

BRASIL : 1970 E 1980

FAIXA DE IDADE	URBANO				RURAL			
	HOMENS		MULHERS		HOMENS		MULHERS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
TOTAL	65,42	69,93	22,62	30,54	79,94	77,45	12,29	17,25
10 A 14	6,54	11,83	5,61	7,78	33,33	34,65	7,58	10,56
15 A 19	47,56	59,09	20,75	35,01	70,29	76,08	16,72	22,53
20 A 24	81,94	88,59	36,75	45,40	94,45	93,01	15,08	20,87
25 A 29	93,82	95,74	30,87	41,96	97,61	96,84	12,23	18,72
30 A 34	95,16	96,47	27,33	40,26	98,00	97,44	11,14	19,40
35 A 39	95,08	95,61	26,81	39,64	97,95	97,49	11,40	20,01
40 A 44	92,91	93,35	25,34	36,59	97,70	96,81	12,89	19,68
45 A 49	89,39	89,64	22,08	31,70	96,98	96,09	12,93	19,11
50 A 54	82,15	81,59	18,67	25,95	95,82	94,28	13,53	17,78
55 A 59	72,62	71,23	15,02	19,70	94,19	91,71	13,13	16,30
60 A 64	60,27	57,57	10,43	12,35	89,76	84,93	13,13	12,59
65 A 69	44,47	37,69	6,77	6,85	83,90	60,68	11,54	9,23
70 E MAIS	24,00	16,11	3,48	2,30	60,30	32,81	6,76	3,75

FONTE: 1970 - IBGE - Amostra do Censo Demográfico de 1%
 1980 - IBGE - Amostra do Censo Demográfico de 3%

TABELA 2.17

TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR IDADE, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO

BRASIL E REGIÕES: 1970 E 1980

162

REGIÃO	FAIXA DE IDADE	URBANO				RURAL			
		1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
TOTAL BRASIL		65,42	69,93	22,62	30,54	79,94	77,45	12,29	17,25
REGIÃO NORTE		59,75	65,76	18,46	25,05	78,67	76,27	10,48	12,75
	10 A 14	4,47	8,15	2,43	3,85	28,92	26,92	4,18	6,21
	15 A 19	37,17	46,51	15,54	21,02	72,17	69,37	11,36	12,97
	20 A 24	76,50	85,39	29,50	36,93	93,49	92,07	11,14	13,83
	25 A 29	92,26	95,47	28,82	36,34	98,03	96,98	12,20	14,87
	30 A 34	93,46	97,30	26,56	39,84	99,09	98,25	11,11	15,23
	35 A 39	95,01	96,35	22,12	38,21	98,61	98,80	12,63	15,44
	40 A 44	94,08	95,34	23,62	35,91	97,70	98,36	13,20	17,96
	45 A 49	89,16	94,41	19,93	31,76	97,69	97,47	16,92	17,84
	50 A 54	86,76	89,14	20,80	25,93	93,85	95,43	13,82	16,86
	55 A 59	83,10	85,31	20,01	18,92	95,02	94,04	14,08	18,52
	60 A 64	72,29	73,27	12,15	10,65	90,40	85,49	11,70	11,62
	65 A 69	51,66	49,62	9,92	8,50	88,68	60,76	15,57	10,32
	70 E MAIS	26,43	22,96	4,62	2,26	54,71	34,25	7,07	5,06
REGIÃO NORDESTE		61,82	63,65	19,56	26,11	81,35	77,13	13,65	18,85
	10 A 14	6,80	11,10	3,86	5,95	40,26	39,19	7,31	11,17
	15 A 19	39,50	47,06	18,75	22,64	77,92	75,66	15,51	20,91
	20 A 24	75,51	83,62	29,53	37,36	94,06	92,68	15,57	21,76
	25 A 29	92,03	93,96	28,10	40,06	97,84	96,63	14,39	20,96
	30 A 34	94,65	95,65	25,93	39,16	98,33	97,77	13,59	22,55
	35 A 39	94,55	95,47	25,64	37,95	98,49	97,74	14,67	23,89
	40 A 44	93,78	93,41	24,81	37,26	98,14	97,27	16,78	24,22
	45 A 49	90,54	90,38	23,01	32,91	98,20	96,68	16,05	23,92
	50 A 54	85,73	85,06	22,11	27,25	95,63	95,61	18,50	22,59
	55 A 59	80,14	76,98	18,30	21,89	95,90	93,49	16,07	20,58
	60 A 64	70,78	66,23	13,77	14,42	92,11	87,74	17,44	16,50
	65 A 69	55,45	43,06	9,62	8,43	87,67	62,29	14,50	12,09
	70 E MAIS	32,99	18,23	4,11	2,82	65,07	34,44	7,56	4,65
REGIÃO SUDESTE		66,92	71,79	24,12	32,13	77,76	76,84	8,75	14,81
	10 A 14	6,64	11,78	6,81	8,32	25,68	27,61	4,83	9,30
	15 A 19	51,29	62,73	34,21	40,10	76,95	77,37	15,25	23,01
	20 A 24	83,72	89,78	40,72	48,71	93,61	93,35	12,26	19,51
	25 A 29	94,35	96,03	32,11	43,28	96,84	96,94	8,10	16,17
	30 A 34	95,24	96,44	28,14	40,46	97,09	96,78	6,73	15,56
	35 A 39	95,41	95,37	27,12	39,68	97,08	96,50	6,85	15,97
	40 A 44	92,71	92,82	25,40	36,14	97,06	95,47	7,23	14,05
	45 A 49	89,02	88,92	21,23	31,71	95,07	94,63	8,13	13,59
	50 A 54	80,63	79,98	17,58	25,50	95,10	92,43	7,90	12,55
	55 A 59	69,96	68,68	14,09	19,13	91,46	88,39	7,45	9,87
	60 A 64	56,45	54,22	9,09	12,07	87,43	81,64	7,66	7,40
	65 A 69	40,77	35,87	5,99	6,51	83,83	59,59	8,48	5,37
	70 E MAIS	21,12	15,33	2,99	2,18	56,09	31,56	4,72	2,51

TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR IDADE, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO

BRASIL E REGIÕES: 1970 E 1980

REGIÃO	FAIXA DE IDADE	URBANO				RURAL			
		1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
REGIÃO SUL		65,34	71,76	22,88	32,65	80,48	79,08	16,32	20,79
	10 A 14	6,30	12,73	5,38	9,26	32,08	36,74	13,56	14,04
	15 A 19	48,68	66,24	28,89	41,50	82,79	79,28	24,82	31,93
	20 A 24	85,53	90,50	36,51	48,04	96,08	94,02	20,65	26,65
	25 A 29	93,87	96,44	31,30	41,76	98,06	97,16	14,81	21,87
	30 A 34	95,63	97,02	27,52	41,57	98,27	97,57	13,82	21,78
	35 A 39	94,03	96,06	27,77	42,19	98,12	97,44	12,80	21,28
	40 A 44	92,08	93,97	26,32	37,78	97,41	97,14	14,19	20,02
	45 A 49	88,03	89,42	24,49	32,14	96,85	96,13	13,78	19,33
	50 A 54	80,70	81,14	18,73	25,48	95,83	93,18	13,25	16,63
	55 A 59	67,97	68,68	13,55	20,13	93,94	90,12	15,39	16,02
	60 A 64	56,18	52,63	10,06	11,08	87,97	82,16	12,31	11,59
	65 A 69	39,39	31,64	4,90	5,34	76,68	54,60	10,91	6,91
	70 E MAIS	19,71	13,73	4,25	1,94	57,80	26,09	7,62	2,64
REGIÃO CENTRO OESTE		66,17	71,67	20,88	30,06	80,01	78,18	5,16	7,85
	10 A 14	6,32	15,15	4,31	10,08	31,47	29,53	1,49	4,97
	15 A 19	45,99	62,58	26,33	34,49	74,45	70,78	5,95	11,37
	20 A 24	80,66	90,03	31,56	41,89	95,00	91,66	8,46	10,00
	25 A 29	95,26	96,35	28,94	39,61	97,53	96,63	7,00	8,65
	30 A 34	95,63	97,29	23,31	38,97	98,15	96,65	4,85	8,82
	35 A 39	96,23	96,71	24,06	39,17	97,77	98,11	4,58	7,16
	40 A 44	94,07	95,40	24,98	35,03	99,00	96,39	6,78	7,54
	45 A 49	93,80	92,79	22,16	27,27	97,69	96,74	6,80	7,33
	50 A 54	88,47	84,58	14,95	25,33	95,39	95,56	9,13	6,09
	55 A 59	87,35	77,83	14,25	16,26	95,76	91,95	6,33	5,30
	60 A 64	74,18	67,99	14,68	12,06	89,53	86,80	7,46	4,13
	65 A 69	68,47	44,41	9,05	7,17	79,13	71,97	1,78	3,81
	70 E MAIS	35,45	17,65	4,24	2,17	53,09	43,93	4,72	2,06

FONTE: 1970 - IBGE - Amostra do Censo Demográfico de 1%

1980 - IBGE - Amostra do Censo Demográfico de 3%

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da economia brasileira nos 70 parece romper com a idéia de "insuficiência dinâmica", tradicionalmente empregada na caracterização do desenvolvimento do mercado de trabalho nas últimas décadas, quando adiciona ao estoque de pessoas ocupadas nos centros urbanos um contingente equivalente ao volume acrescido nas três décadas anteriores.

Esse desempenho do mercado de trabalho assume, também de forma inusitada, dimensões qualitativas:

- deu-se com base na aceleração dos ritmos de assalariamento, terminando por ampliar o espaço do trabalho assalariado no interior da população economicamente ativa;

- foi capitaneado pelos setores ditos mais modernos da economia urbana, tanto no interior do Secundário quanto no do Terciário;

- deu-se com a elevação da participação das ocupações vinculadas ao Secundário no contexto da economia urbana e a consequente queda na participação das ocupações proporcionadas pelo Terciário, particularmente as identificadas como "informais";

- fez-se com um maior crescimento relativo das ocupações urbanas mais qualificadas, de mais alta produtividade, maior remuneração relativa e maior qualificação do trabalhador;

- deu-se com intensa ampliação do contingente de trabalhadores cobertos pelos benefícios da previdência social.

Entretanto, no nosso entender, a forma como o crescimento econômico dos 70, liderado pelo setor industrial, impactou o mercado de trabalho urbano, marca o período com bastante peculiaridade, sobretudo quando inserido numa perspectiva temporal mais ampla. Não foi produto imediato de uma estrutura que se tornou mais integrada mas das condições em que essa integração se verificou, não podendo, por essa razão, ser tomado como patamar de nossas expectativas futuras. Senão vejamos.

Em primeiro lugar, entendemos que a associação entre integralidade da estrutura produtiva e progressiva ampliação de relações de assalariamento no interior da força de trabalho não possui um caráter necessário, muito embora pareça-nos difícil imaginar que esta possa ocorrer sem aquela.

Decorre daí que não se pode afirmar *a priori* que a toda "etapa" de desenvolvimento da estrutura produtiva corresponderá proporções crescentes de assalariamento, embora possa ocorrer. A forma como os desdobramentos estruturais impactaram o mercado de trabalho ao longo dos 70 ilustra espetacularmente essa possibilidade.

Sua verificação, entretanto, parece-nos assumir o caráter de um saldo entre movimentos que ou deprimiram ou aceleraram a absorção de força de trabalho.

Cada um desses movimentos identifica a contribuição que cada segmento produtivo, mais propriamente industrial, representa na absorção total. Sua intensidade e seu sentido - se refreando ou dinamizando a absorção total - dependem fundamentalmente das condições em que se verifica a concorrência inter-capitalista no interior de cada segmento e o papel que aí joga a incorporação de progresso técnico bem como suas características quanto ao emprego de força de trabalho, vale dizer, a ponderação que possui na ocupação industrial ou urbana.

Assim sendo, o que identifica os 70 para além de uma estrutura produtiva que se tornou, sem dúvida, mais integrada, foi o fato de que essa integração se deu na ausência de movimentos de reestruturação técnica que

pudessem comprometer seus efeitos positivos sobre o emprego industrial e urbano.

A possibilidade de que os desdobramentos estruturais dos 70 tivessem ocorrido juntamente com modernização técnica, com efeitos negativos sobre a absorção de força de trabalho setorial, dependeria das condições da concorrência específica de cada um desses setores e não do fato de a estrutura produtiva da economia brasileira como um todo ter-se mostrado menos integrada.

Poderíamos pensar na eventualidade de um processo de integração da base produtiva trazer no seu bojo reestruturação técnica de setores com grande participação no emprego urbano, contra-restando seus efeitos sobre a absorção de força de trabalho. Essa combinação parece ter-se verificado ao longo dos 50 quando os efeitos positivos sobre o emprego acarretados pela instalação de alguns ramos industriais e a ampliação de outros foram acompanhados pela modernização de ramos tradicionais, em especial a têxtil, com acentuada redução em suas participações relativas no emprego, então bastante elevadas.

Consequentemente, o resultado agregado sobre o emprego de uma economia cuja base técnica se tornou crescentemente integrada passa por uma dimensão setorial, onde os determinantes são específicos, não sendo, portanto,

generalizáveis nem para a indústria como um todo nem para o conjunto do sistema econômico.

O simples fato do processo de modernização da base técnica de setores tradicionalmente empregadores ter completado uma de suas etapas, fez com que nos 60, o emprego tivesse um melhor desempenho, sem que a integralidade da estrutura industrial variasse significativamente em comparação com os 50.

Nos 70, tais setores representavam no início da década, cerca de 40% do emprego industrial, peso suficiente para obstar o grande crescimento do emprego então verificado, caso tivessem experimentado uma profunda reestruturação técnica de natureza poupadora de trabalho.

Além de isso não ter ocorrido, o fato de tais ramos terem em 1980 uma participação na ocupação industrial de 35% o atesta, participaram com quase 1/3 no acréscimo intercensitário de ocupação industrial, contribuindo decisivamente para a expansão do mercado de trabalho ao longo da última década.

Tais evidências parecem apontar para a necessidade de se proceder a estudos que partam das características de cada um dos segmentos do parque industrial e do grau de abertura à renovação técnica que os mesmos apresentam, para se

avaliar as possibilidades de que uma nova etapa de crescimento possa ou não se fazer com extensão do assalariamento no interior da força de trabalho.

O fato de ramos industriais tradicionalmente empregadores ainda possuírem, como vimos acima, uma alta ponderação no emprego industrial parece recomendar-nos cautela quanto às possibilidades de repetição do "padrão dos 70" de crescimento industrial.

Além do que, o caráter desempregador das chamadas novas tecnologias e a difícil mensuração dos efeitos compensadores em um país como o nosso, onde a difusão é ainda incipiente, reforçam a incerteza quanto à relação futura entre produto e emprego. Ademais, o Brasil apresenta uma peculiaridade em termos de absorção da microeletrônica, onde mais de 70% da produção da área de informática é destinado ao setor Terciário, cujas atividades deveriam, em tese, suprir os postos de trabalho aos não absorvidos pelo Secundário.

Assim sendo, a idéia de que o próprio movimento da acumulação, no contexto de uma economia considerada integrada, poderá sempre sobrecompensar com novos postos de trabalho aqueles destruídos no seu bojo, parece reter apenas a dimensão conjuntural de um processo cujas possibilidades são, infelizmente, mais amplas.

Essa constatação se torna ainda mais grave quando temos, em economias como a brasileira, um estoque de força de trabalho com possibilidades futuras de sustentar grandes volumes de oferta no mercado, impondo-nos uma necessidade extrema em termos de uma associação entre altas taxas de crescimento do produto e do emprego.

De forma semelhante, a associação entre crescimento do emprego e elevação geral do padrão de vida requer profundas transformações no sentido de superar o atraso herdado do processo de formação de nossas sociedades, que se encontra arraigado no nosso aparato institucional e na mentalidade nacional.

ANEXO:

COMPARABILIDADE INTERTEMPORAL DOS CENSOS DEMOGRAFICOS

COMPARABILIDADE INTERTEMPORAL DOS CENSOS DEMOGRAFICOS

Esta seção tem por objetivo desenvolver uma síntese das discussões existentes acerca dos problemas de comparabilidade intertemporal dos levantamentos censitários desde o de 1940.

O Censo Demográfico de 1940 iniciou a chamada era moderna dos censos brasileiros que, com a publicação do Censo Demográfico de 1980, se constitui num capítulo especial da evolução dos registros estatísticos no Brasil que, não por mera coincidência, se confunde com a modernidade das transformações por que passou a economia brasileira neste último meio século.

Se por um lado a disponibilidade dos dados levantados pelos Censos Demográficos desde 1940 permite caracterizar o desempenho da economia brasileira no pós-guerra, por outro, são muitos os obstáculos que se antepõem à perfeita comparabilidade intertemporal desses dados.

Tais obstáculos têm natureza diversa. Uma primeira diz respeito ao conjunto de conceitos operacionalizados pelas diversas enquetes, muitos dos quais nascidos nas experiências sofridas pelos países ditos desenvolvidos que, se por um lado, revelam aspectos importantes a serem conhecidos em qualquer processo de transformação econômica e

ocupacional por que passa uma sociedade, por outro, necessitam ser repensados no sentido de captar outras realidades que ou não existiam ou não tinham dimensão estatística significativa nos processos de transformação sócio-econômica que lhes deram origem.

Para além da questão da adequabilidade, temos ainda o problema da mudança na definição dos conceitos, ao longo do tempo, que afeta a comparabilidade intertemporal dos Censos, tornando ainda mais tortuosa a caracterização da evolução sócio-econômica da população brasileira nesse último meio-século.

Ainda no plano conceitual, temos que nem todo o conjunto de conceitos indispensáveis ao conhecimento das transformações por que passou nossa realidade ocupacional estiveram presentes desde a enquete de 1940, nosso ponto de partida. Muitos deles foram agregando-se ao longo desses 50 anos, incorporados aos instrumentos de pesquisas dos diversos Censos em épocas distintas, o que limita sobremaneira seu poder explicativo. Talvez um exemplo eloquente, dentre tantos outros como veremos mais à frente, seja o conceito de RENDIMENTOS, somente introduzido no Censo Demográfico de 1960.

Uma segunda ordem de questão diz respeito às mudanças na operacionalização dos conceitos, afetando também a

comparabilidade intertemporal dos mesmos. É o caso em que um determinado conceito, definido de forma idêntica entre dois levantamentos censitários, é operacionalizado de forma diferente, terminando por enumerar conjuntos populacionais distintos, embora contidos em um mesmo universo.

Esse problema vem, geralmente, associado a mudanças nos quesitos que compõem o instrumento da pesquisa, seja no conteúdo, seja na disposição que os mesmos assumem no corpo do questionário. A simples disposição de um quesito ou os termos utilizados na sua confecção podem produzir um número maior ou menor de recenseados a responder sim ou não a uma determinada questão, independentemente de portarem ou não a característica que se deseja enumerar.

É o caso do emprego dos conceitos de Atividade Principal pelos Censos Demográficos de 1940 e 1950 e o de Atividade Habitual pelos demais, que redundam em enumerações do conceito de PEA não perfeitamente comparáveis.

No tocante à disposição dos diversos quesitos no corpo do questionário, parece ter jogado um papel importante na enumeração da PEA feminina em 1950, inferior a de 1940, a redação do quesito de entrada que em 1950 contribuiu para uma maior precisão na discriminação entre as atividades domésticas e extradomésticas.

Isso nos coloca frente ao fato de que comumente as mudanças de forma e de conteúdo nos instrumentos dos levantamentos censitários aqui considerados não foram procedidas de forma a lhes garantir perfeita comparabilidade intertemporal. Se a natureza caracteristicamente dinâmica do processo de transformação de nossa sociedade, onde as mudanças se concentram num curto período de tempo, impõe mudanças também rápidas nos instrumentos das pesquisas censitárias, deveriam as mesmas serem procedidas de forma a resguardar a perfeita comparabilidade intertemporal dos seus resultados.

Uma terceira ordem de problemas diz respeito às características metodológicas das enquetes censitárias e sua mudança no tempo. Os Censos Demográficos de 1940 e 1950 foram realizados a partir de levantamento estatístico referente ao universo da população, enquanto que nos demais, os resultados foram obtidos através da expansão de uma amostra de um quarto da população.

As informações dos Censos de 1940, 1950, assim como do de 1960, restringem-se ao conteúdo divulgado nas publicações da Fundação IBGE - os próprios Censos, alguns estudos e algumas tabelas especiais - impossibilitando qualquer desagregação ou cruzamentos adicionais. Já os dois últimos levantamentos censitários possuem um banco de dados registrados em fita magnética que ampliam consideravelmente

a utilização das informações para além do material divulgado.

Uma quarta ordem de problemas diz respeito aos aspectos objetivos e subjetivos na relação entre o entrevistador e o entrevistado, presentes em qualquer processo de recenseamento, problemas cuja minimização é tarefa dos organizadores e planejadores do censo.

As relações objetivas estariam formalmente contidas pelas instruções do que deve ser e de como deve ser (e conseqüentemente do que não deve ser e de como não deve ser) pesquisado cada um dos conceitos, refletidas nos diversos documentos de instrução e nos cursos e palestras de treinamento. Como o conteúdo desses documentos e, em conseqüência, dos cursos mudam com o tempo, é provável que interfiram na perfeita comparabilidade dos seus resultados.

As relações subjetivas estariam na forma de percepção do recenseador em relação aos quesitos do censo, transmitidas ao longo do processo de treinamento e inscritas nos documentos de instrução, mediadas pelo cansaço do informante, pela pressão do recenseador em terminar a entrevista, empenhando em melhorar sua produtividade e aumentar seus ganhos, formação heterogênea do corpo de entrevistadores etc.

Finalmente, uma série de outros fatores podem igualmente intervir na comparabilidade dos resultados intercensitários, mesmo que não sejam usualmente abordados. São eles, entre outros:

- o membro da família que responde ao questionário
- interação entrevistador - entrevistado;
- interpretação do respondente em relação ao que se pretende captar;
- ação do supervisor etc.

Para superar toda essa gama de obstáculos no sentido de se poder contar com uma série de dados razoavelmente comparáveis e que tenham abrangência temporal de várias décadas, muito tem sido feito no sentido de se proceder a correções nos resultados dos Censos Demográficos a partir dos resultados de outras enquetes disponíveis. As mais comuns têm sido realizadas a partir dos resultados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílio - PNADs, e dos Censos Econômicos, ambos da Fundação IBGE.

Uma das tentativas de "correção" mais utilizadas é a complementação das informações estatísticas dos Censos Demográficos a partir dos resultados das PNADs, frequentemente utilizadas para os Censos Demográficos de 1970 e 1980, períodos em que os seus resultados começaram a ser publicados.

Apesar de se tratar também de uma pesquisa domiciliar, a combinação dos dados da PNAD com os do Censo Demográfico envolve uma série de cuidados e riscos, oriundos de diferenças conceituais e metodológicas.

Questões como o período de referência mais curto da PNAD (1 semana), distintas formas de operacionalizar e definir os conceitos, além das características do Plano de Amostragem, redundam em enumerações ora mais abrangentes ora mais restritas que as dos Censos Demográficos, à medida que se caminha ao longo das regiões e dos setores de atividade.

Sem entrar nos meandros da questão da comparabilidade entre PNAD e Censo Demográfico, as razões supracitadas e as características do trabalho a que nos propomos nos recomendam a não efetivação desse tipo de "correção".

A combinação dos resultados dos Censos Demográficos com os dos Agropecuários, apesar de constituírem enquetes com escopos distintos, além das diferenças conceituais e metodológicas, tem-se revelado importante na tentativa de se enumerar a força de trabalho engajada em atividades agrícolas. Como nosso interesse aqui é basicamente centrado no meio urbano, é-nos suficiente a contagem das pessoas no meio rural, independente das características do uso e da intensidade do seu trabalho.

Na seção seguinte, tentaremos mostrar a natureza dos problemas intervenientes na comparabilidade intertemporal dos dados dos Censos Demográficos (item A.1.), a variação dos instrumentos de pesquisa relativos a cada um dos Censos aqui considerados (item A.2.) e, finalmente, as mutações nos principais conceitos e suas enumerações ao longo do período (item A.3.).

Na seção A.4, tentaremos sintetizar as diversas observações sob a forma de uma avaliação da comparabilidade intertemporal dos diversos conceitos operacionalizados pelas enquetes censitárias aqui consideradas.

A.1. OBSTACULOS A PERFEITA COMPARABILIDADE

O desenvolvimento dos sistemas de informações estatísticas de uma sociedade é condicionado por uma série de fatores (planejamento governamental e empresarial, desenvolvimento da comunidade científica, necessidade de informação na confecção de políticas públicas por parte do aparelho de Estado etc), cuja determinação última consiste na necessidade de compreensão de uma realidade cada dia mais complexa.

Não se trata, pois, de coincidência que o Censo Demográfico de 1940, como mencionamos inicialmente, tenha

aberto a chamada era moderna dos Censos brasileiros, cujo aperfeiçoamento se dá a cada novo recenseamento, no sentido de ampliar a captação das características sócio econômicas de nossa população.

As transformações por que passou a economia brasileira no último meio século e a complexidade crescente das relações sociais que as acompanham, se por um lado nos legaram um conjunto de informações estatísticas sofisticado e continuamente aperfeiçoado, por outro, tornaram extremamente difícil o seu manuseio (em particular sua apreciação intertemporal) à medida que se foi respondendo às imposições colocadas pela modernização de nossa sociedade sem o necessário resguardo do potencial informativo das enquetes mais antigas e menos abrangentes.

Se uma boa parte dos obstáculos à perfeita comparabilidade intertemporal dos dados dos Censos Demográficos pode e deve ser creditada à ação de seus planejadores, uma outra, considerável, decorre de um processo natural de aperfeiçoamento, marcado pela introdução dos resultados julgados positivos de experiências anteriores empreendidas dentro e fora do país, bem como das mudanças da realidade a ser captada e das formas de sua percepção.

Deve-se, contudo, ressaltar o quão difícil é a tarefa de manter perfeita a comparabilidade entre enquetes que

pretendem captar as características da "força-de-trabalho", no bojo de um processo de transformação econômica caracteristicamente acelerado, que impõe bruscas mudanças na estrutura e na composição da população economicamente ativa.

O próprio ritmo da transformação impõe uma série de requisitos que devem ser atendidos por modificações conceituais, na forma e na operacionalização dos instrumentos de pesquisa, muitas das quais prejudicam a comparação com o passado, a despeito de aprofundarem o conhecimento presente do objeto apreendido.

A comparação intertemporal das enquetes censitárias requer pois, entre nós, uma avaliação do potencial e das limitações em termos de comparabilidade de seus dados.

Como sugerido acima, as mudanças mais proeminentes deram-se no plano conceitual. Em primeiro lugar, no marco conceitual, com a ampliação do conjunto de conceitos, classificações e definições relativas ao objetivo da investigação. Em segundo, na modificação, em geral no sentido de aumentar-lhe a abrangência, da definição dos próprios conceitos.

Assim, da mesma forma que os dados de rendimento da população ativa só são introduzidos no Censo Demográfico de 1960, ampliando o marco conceitual consideravelmente a

partir de então, o conceito de população economicamente ativa também vem ampliando seu conteúdo, como por exemplo através das adições dos desempregados e dos que procuram trabalho pela primeira vez, a partir dos Censos de 1960 e 1970, respectivamente.

Outros fatores fora da constituição mesma dos conceitos, mas que também influem na sua abrangência, dizem respeito aos limites dos atributos de suas partes constitutivas. Referimo-nos aos períodos de referência, aos limites etários, aos pisos e tetos em termos de intensidade da jornada de trabalho etc., que, ao mudarem, fazem ampliar ou diminuir a enumeração dos mesmos, problematizando sua comparação intertemporal.

A questão conceitual também se encontra permeada, como vimos anteriormente, pelo problema da adequabilidade do conceito ao objeto a ser pesquisado e pela maior ou menor disponibilidade deste último em termos de sua apreensão.

Ambas se entrecruzam e nos compelem à criatividade tanto na confecção de um marco conceitual que abranja novas realidades, inexistentes em experiências pretéritas, quanto no sentido de preservar espaços destinados à captação de atividades que ainda não possuem chancela social, embora sejam parte constitutiva da sociedade em questão.

Finalmente, interferem decisivamente no plano conceitual, através das modificações em suas respectivas enumerações, as mudanças no instrumento da pesquisa - o questionário.

Ao longo do tempo, como ficará evidenciado na seção A.2., os questionários foram modificando-se, normalmente, no sentido de ampliar o escopo da parte destinada à caracterização sócio-econômica de nossa população.

Tais modificações vão desde a modificação do conteúdo das proposições, passando pela forma em que são confeccionadas, o encadeamento apresentado no corpo do questionário, para abranger inclusive os instrumentos de treinamento dos recenseadores, o conteúdo dos documentos utilizados para tal, o manual de instrução e, finalmente, toda a parte de questões subjetivas que permeiam a atividade do recenseador e sua relação com o recenseado.

Claro está que muitos dos problemas aqui citados ou estão presentes em qualquer enquete censitária ou não apresentam interferência quantitativamente importante. Contudo, é bom tê-las em mente juntamente com aquelas que, por significarem mudanças importantes, transformam conceitos semelhantes em grandezas heterogêneas, de difícil comparação.

A.2. CARACTERISTICAS GERAIS DOS CENSOS DEMOGRAFICOS

Nosso objetivo é a caracterização dos censos enquanto instrumento de pesquisa, que se modifica no tempo, para atender à necessidade de conhecimento de uma realidade cuja dinâmica é intensa, através de modificações na sua configuração objetiva - o questionário.

O Censo Demográfico de 1940 foi feito a partir da criação de uma Comissão Censitária, composta de um membro de cada ministério então existente. No interior desta Comissão decidiu-se por um questionário composto de 45 quesitos.

Desse total, 14 quesitos (do quesito 28 ao 38 e do 40 ao 42) foram destinados à caracterização da atividade econômica principal e suplementar, todos confeccionados sob a forma de questões com respostas abertas, preenchidas pelo próprio recenseado, auxiliado pelo "agente recenseador" que tinha por obrigação esclarecer quaisquer dúvidas sobre a maneira de interpretar os quesitos.

No caso do "Boletim de Família", (1) sempre que não houver no domicílio pessoa que possa escrever as

1. Boletim de Família era o questionário preenchido pelo chefe ou responsável pela família, com informação acerca de todos os seus membros, inclusive aqueles temporariamente ausentes.

declarações, interpretando devidamente o questionário, o mesmo será respondido pelo "agente recenseador".

O quesito de entrada para a caracterização da população economicamente ativa (o de número 28) perguntava qual a profissão, ofício, emprego, cargo ou função principal exercido pelo entrevistado.

Os quesitos 29, 30, 31 e 32, respectivamente, complementavam a resposta através das informações referentes ao ramo de atividade e o tipo de instituição em que a ocupação é exercida, além da caracterização da remuneração percebida (se direta ou indireta) e da posição na ocupação (se empregado, empregador ou conta própria).

Os quesitos de número 33 a 37 repetem as mesmas formulações para a caracterização da ocupação suplementar, sempre com perguntas abertas.

O quesito 38 indaga se o recenseado pertence a algum sindicato enquanto os três últimos identificam se ele recebe algum benefício de previdência social, se o faz na qualidade de aposentado, jubilado, reformado ou pensionista e, finalmente, se contribui pessoalmente para instituição oficial de montepio ou previdência.

O Censo Demográfico de 1950 apresentou-se com um questionário composto de 25 quesitos, dos quais 6 são

relativos às características da população economicamente ativa.

Como no recenseamento passado, também não foi investigada a categoria "rendimentos".

A atividade da população investigada para todas as pessoas de 10 anos e mais, a partir de um quesito de entrada (quesito 18) onde se pergunta qual o emprego, cargo, função ou ofício que exerce na ocupação principal.

A resposta do quesito de entrada é aberta e se destina a identificar aqueles conceituados como economicamente ativos, separando-os dos considerados inativos, no contexto da população de 10 anos a mais.

Os que não trabalhavam deviam ser classificados em uma das seguintes categorias: a) donas-de-casa; b) afazeres domésticos;⁽²⁾ c) estudante; d) aposentado; e) jubilado; f) inválido; g) alienado; h) desempregado e; i) sem ocupação.

Os quesitos restantes destinam-se à caracterização das atividades (principal e suplementar) estando, pois, ligados às categorias supramencionadas do quesito de entrada.

2. Referem-se às pessoas que, não sendo donas-de-casa executam trabalhos domésticos, sem remuneração, no próprio lar.

A caracterização da ocupação principal é feita a partir de classes de atividade, (3) complementada com a posição na ocupação do indivíduo que a exerce, a partir das seguintes categorias: a) empregado; b) empregador; c) trabalhador por conta própria e d) membro da família.

A caracterização da ocupação suplementar ficou por conta dos quesitos subsequentes (os de n.º 22 e 23), onde o primeiro se destina a identificar qual é essa ocupação e o segundo indaga em que classe de atividade ela é exercida.

O Censo Demográfico de 1960 inaugura a era da amostragem no contexto dos recenseamentos brasileiros, onde as características da população foram conhecidas a partir de uma amostra que abrangia uma quarta parte do seu universo.

O questionário desmembrava-se em duas partes distintas: a primeira dedicada à investigação do tema "Domicílios", composta de 13 quesitos, e a segunda, destinada às demais características investigadas, com um total de 24 quesitos, dos quais seis restritos ao tema "rendimentos e atividade" da população.

3. Por classe de atividade entendeu-se a finalidade da organização à qual a pessoa ocupada se vincula, sendo apresentada uma lista com 121 delas; as que trabalhavam por conta própria foram classificadas segundo a natureza da atividade exercida individualmente ou com a ajuda, apenas, de pessoa da família não-remunerada.

O Censo de 1960 inaugura a investigação da categoria "rendimentos" na história dos Censos Demográficos através de um único quesito (o quesito "T") que indagava a todas as pessoas de 10 anos e mais, independentemente de serem ou não economicamente ativas, qual era a sua renda mensal em cruzeiros.

A idéia de rendimento mensal estava, pois, relacionada a todas as importâncias recebidas no mês anterior à data do Censo, independentemente da natureza de suas fontes. Aos que possuíam fonte de renda variável, foi considerada a média dos doze meses anteriores à data do Censo.

A resposta ao quesito "T" foi confeccionada a partir de oito classes de renda, construídas a partir de múltiplos e submúltiplos do salário mínimo e mais uma para os sem rendimentos.

A classificação da população economicamente ativa por classe de rendimentos requeria um retorno à triagem dos questionários, separando-a dos não economicamente ativos. A classificação segundo a origem do rendimento (se do trabalho, se de rendas, etc.) também se tornou impossível de obter-se, dada a operacionalização do conceito.

O quesito de entrada para a caracterização da atividade da população (o quesito "U") indaga, caso a pessoa não tenha trabalhado durante o ano anterior à data do Censo, qual a situação que tem e considera principal. Destina-se, portanto, à população não economicamente ativa. A resposta, fechada em oito opções, era: a)afazeres domésticos; b)estudante; c)aposentado; d)vive de rendas; e)doenças temporárias; f)invalidez permanente; g)detento e; h)sem ocupação.

Os quatro quesitos subsequentes destinavam-se aos economicamente ativos, pesquisando a ocupação, classe de atividade e a posição na ocupação.

No primeiro deles, o quesito "V", o recenseado declarava a "ocupação, profissão, ofício, cargo, função, etc. que exerceu durante mais tempo no ano anterior à data do Censo" em resposta aberta.

Em seguida, o quesito "W" indagava a ocupação do entrevistado na semana anterior à do Censo com resposta fechada em 3 quesitos, a saber: a)ocupação declarada no quesito anterior; b)outra ocupação e; c)desempregado.

O quesito "X" destinava-se a definir "classe e local de atividade em que exerceu a ocupação declarada no quesito "U", com resposta aberta, sujeita a uma pré-codificação

contida no manual do entrevistador, onde o preenchimento só teria lugar caso a classe de atividade do recenseado não estivesse definida na relação do manual.

Finalmente, a posição na ocupação era objeto do quesito "Z", que se reportava à ocupação declarada no quesito U, com resposta fechada, englobando as seguintes categorias: a) empregado público; b) empregado particular; c) trabalhador por conta própria; d) parceiro ou meeiro; e) empregador e; f) membros da família não remunerados e trabalhadores não remunerados de instituições religiosas, beneficentes etc.

Com o Censo Demográfico de 1970 dá-se uma ampliação dos quesitos relativos a força de trabalho nos recenseamentos brasileiros.

Seu questionário compunha-se de duas partes, uma referente às características domiciliares, com 15 quesitos e outra referente às características sócio-econômicas da população, com 32 quesitos.

Destes últimos 8 se circunscreviam à investigação de rendimentos e características da força de trabalho, contendo inclusive indagações acerca de jornada de trabalho dos ocupados e o tempo de procura de trabalho dos desempregados.

A categoria "Rendimento Médio Mensal" é investigada independentemente no quesito de número 20, em resposta aberta, onde a confecção das classes de rendimentos realizou-se *a posteriori*.

A entrada para a investigação das informações referentes a atividade era dada pelo quesito 22 onde era indagado "se não trabalha nem procura trabalho, qual a ocupação ou situação que tem e considera principal", sendo que ocupação principal se considerava aquela exercida por mais tempo pelo recenseado, durante o período de um ano, anterior à data do Censo.

Essa pergunta, estendida a toda a população, e não somente aos economicamente ativos como no Censo anterior, apresentava resposta fechada em oito itens, a saber: a) afazeres domésticos; b)estudantes; c)aposentado, d)vive de renda; e)doente ou inválido; f)detento; g)sem ocupação e; h)trabalha ou procura trabalho.

Os que assinalavam a última opção eram destinados às questões dos 6 quesitos seguintes (quesitos de números 23 a 28).

O primeiro deles, o quesito 23, investiga a ocupação que exerceu durante mais tempo no período de referência,

referida a um código de ocupação mais completo, embora comparável, que o do recenseamento de 1960.

O quesito seguinte, de número 24, investiga a classe de atividade em que o recenseado exerceu a ocupação declarada no quesito anterior e o de número 25, a posição na ocupação. Ambos de forma idêntica à do Censo de 1960.

O quesito 26, confeccionado para caracterizar a ocupação na semana anterior à realização do Censo (25 a 31/08/70), tem seu detalhamento ampliado a partir de uma resposta fechada com 5 opções, a saber: a) só ocupação habitual, b) só outra ocupação; c) ocupação habitual e outra ocupação; d) desempregado e; e) procurando trabalho pela primeira vez.

O quesito 27, inovadoramente, destina-se a investigar a intensidade da jornada de trabalho, a partir de uma dupla configuração: se a ocupação declarada no quesito 23 é desempenhada no setor agropecuário ou no de extração vegetal, o recenseado deveria "indicar o número de meses que trabalhou nos doze meses anteriores à data do Censo"; nos demais casos, deveria "indicar o número de horas trabalhadas na última semana".

Finalmente, o quesito 28 destina-se à caracterização do tempo despendido pelo recenseado na obtenção de uma

ocupação. A resposta, fechada em 3 itens, assim se apresentava: a) há menos de 3 meses; b) 3 meses e mais e; c) trabalha.

Num processo de incorporação dos resultados positivos dos recenseamentos anteriores e, particularmente, da experiência das pesquisas domiciliares (PNADs) na década dos 70, o questionário do Censo Demográfico de 1980 revela-se o mais completo na investigação das características de rendimento e da força de trabalho da população brasileira.

Compõe-se de cinco blocos: o primeiro destinado à identificação do domicílio e do informante; o segundo, com 21 quesitos, às características do domicílio; o terceiro, com 6 quesitos, recolhe informações acerca das atividades das crianças de 5 a 9 anos; o quarto, com 7 quesitos, avalia a mortalidade no ano anterior à data do censo e; finalmente, o quinto circunscreve a investigação das características sócio-econômicas da população através de um conjunto de 57 quesitos.

Neste último bloco, 22 quesitos compõem a investigação sobre trabalho e rendimento da população de 10 anos e mais, onde o quesito de entrada (o de número 28) pergunta se o informante trabalhou no período de referência (1/09/79 e 31/08/80) com duas respostas: sim ou não.

O quesito 29 tenta, em seguida, qualificar a situação do recenseado a partir das seguintes categorias: a)trabalhou; b)procurando trabalho e já trabalhou; c)procurando trabalho e nunca trabalhou; d)aposentado ou pensionista; e)vive de renda; f)detento; g)estudante; h)doente ou inválido; i)afazeres domésticos e; j)sem ocupação.

O quesito de número 30 destina-se, como nos censos anteriores, a investigar a ocupação do recenseado, qualificada, como no Censo de 1950, pela informação acerca do estabelecimento onde a exerceu (quesito 31).

O ramo de atividade é caracterizado no quesito seguinte (o 32) e refere-se à ocupação declarada como principal; a posição na ocupação captada pelo quesito 33 apresenta-se ainda mais detalhada: a)trabalhador agrícola volante (com o subitem "com intermediário"); b)parceiro ou meeiro (subdividido em "empregado", "empregador" ou "conta própria"); c)empregado; d)empregador; e)conta própria e; f)sem remuneração.

O quesito 34 inaugura nos recenseamentos brasileiros a investigação acerca da contribuição previdenciária dos economicamente ativos, com resposta fechada em quatro itens: a)Federal; b)Estadual; c)Municipal e; d)não contribui.

Os quesitos 35 e 36 destinam-se à caracterização da intensidade da jornada; o primeiro destinado a ocupação habitual, com resposta fechada em 5 intervalos (menos de 15 horas, 15 a 29 horas; 30 a 39 horas, 40 a 48 horas; 49 horas e mais) e o segundo identifica, com as mesmas classes, a intensidade da jornada em todas as ocupações que exerce.

A categoria "Rendimentos" também ganhou em detalhamento. O quesito 37 investiga o rendimento médio mensal bruto auferido em dinheiro na ocupação principal e o 38 identifica se este recebimento efetuou-se sob a forma de produtos ou mercadorias. O de número 39 identifica os rendimentos auferidos sob qualquer forma nas ocupações que não a habitual e, finalmente, o quesito 40 capta para empregados e parceiros empregados o número de salários percebidos anualmente.

A discriminação das demais origens de rendimentos também foram caracterizadas no corpo do questionário do Censo Demográfico de 1980. Assim, o rendimento bruto mensal percebido de aposentadoria, pensão de instituto, fundo de pensão caixa de assistência social, abono permanência e 1/12 do 14o. salário do PIS-PASEP era captado pelo quesito 46.

O seguinte (quesito 47) fazia o mesmo para rendas de aluguel e arrendamento, enquanto o quesito 48 replicava a

pergunta para mesadas, doações e pensão alimentícia recebidas de pessoas não moradoras no domicílio.

O quesito 48, finalmente, indagava o valor médio mensal bruto nos últimos doze meses de "outros rendimentos", cujas fontes estavam preestabelecidas no caderno de instruções do recenseador.

O quesito 41 pesquisava a ocupação na semana de referência do Censo, com resposta fechada nos seguintes itens: a) só exercendo a ocupação do quesito 30; b) exercendo a ocupação do quesito 30 e outra(s) ocupação(ões); c) só exercendo ocupação diferente da habitual; d) desempregado ou procurando trabalho; e) tinha-se aposentado e não trabalhou e; f) não tinha trabalho nem estava procurando trabalho.

Os quesitos 42, 43, 44 e 45 destinavam-se à caracterização da ocupação extra-habitual, através da declaração de qual era essa ocupação, estabelecimento em que a exerceu, finalidade ou ramo de negócio desse estabelecimento e posição na ocupação respectivamente, com respostas semelhantes às empregadas na caracterização da ocupação habitual.

A.3. CONCEITOS E QUANTIFICAÇÕES ATRAVÉS DOS CENSOS:
1940/80

Tentaremos, na presente seção, identificar as questões intervenientes na comparabilidade intertemporal dos dados dos Censos Demográficos a partir de 1940, nos restringindo-nos tão somente ao nível conceitual.

Nesse plano, podem-se definir dois diferentes tipos de questões, a saber: questões advindas da definição conceitual e suas mudanças no tempo e, um segundo tipo, que são as características da operacionalização desses conceitos pelos instrumentos de pesquisa dos censos, tal qual foram abordados na seção A.2.

Tais questões se interpenetram e rebatem diretamente na enumeração apresentada pelos diversos Censos Demográficos de forma diferenciada entre os diversos extratos populacionais, segundo suas próprias características em termos de sexo, localização regional e setorial, atividade econômica, posição na ocupação etc.

A extensão dessas influências pode ampliar-se nas áreas onde o mercado de trabalho não está totalmente desenvolvido ou em muitas atividades agrícolas e artesanais onde o trabalho produtivo pode ser feito em casa ou próximo

da casa, num sistema combinado de tarefas domésticas para o lar e tarefas de atividades consideradas econômicas.

"As dificuldades de enumeração advêm tanto da complexidade das relações sociais (as atividades estritamente econômicas nem sempre estão claramente separadas das atividades domésticas), quanto da organização dos instrumentos de coleta (questionários, instruções para os pesquisadores etc)".(4)

Dessa forma, a comparabilidade dos dados ao longo do tempo pode ser comprometida tanto por mudanças no conceito e sua operacionalização quanto por transformações nas condições econômicas e sociais da população.

Trataremos, em seguida, a partir da enumeração apresentada pelos diversos conceitos através dos censos, listar suas características em termos de forma de captação, abrangência e referência temporal.

Deixaremos para a seção seguinte a avaliação final da comparabilidade intertemporal entre os diversos Censos Demográficos aqui considerados.

4. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987, p.64, (43).

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Apesar de ser considerada uma série tida como de comparação consistente, os dados dos Censos Demográficos de 1940 a 1980 para o conceito de População Economicamente Ativa podem ser subdivididos em duas seções.

Essa subdivisão, que tem por base o nível de comparabilidade, se assenta no emprego do conceito de "atividade principal" pelos Censos de 1940 e 1950 e a sua substituição, no contexto dos demais, pelo conceito de "atividade habitual".

Por atividade principal define-se aquela exercida e considerada principal pelo recenseado, ficando subentendido que ele exercia mais de uma; não existe um período de referência que limite o conceito no plano temporal. As atividades foram classificadas tendo por base o local onde eram exercidas (domésticas ou extradomésticas). Não foram computados entre os economicamente ativos aqueles que procuravam emprego, tendo ou não trabalhado anteriormente.

No Censo Demográfico de 1950⁽⁵⁾ foi apresentada a seguinte definição de população economicamente ativa, extensiva também ao censo anterior: o conjunto de pessoas cuja atividade principal era extradoméstica, remunerada,

5. "Censo Demográfico de 1950", 1956, vol.1, p.XXIII, (27)

mais aquelas cuja atividade principal era doméstica não-remunerada ou atividade escolar discente, mas que exerciam uma ocupação suplementar em atividade extradoméstica remunerada.

Para efeito deste trabalho, consideraremos os dados corrigidos recentemente publicados no volume 3 da "Séries Estatísticas Retrospectivas" que consiste em definir como integrante da PEA somente aquelas pessoas cuja atividade principal seja, de alguma maneira, considerada econômica, não importando se doméstica ou extradoméstica.⁽⁶⁾

Outras correções existem na literatura para contornar esses e outros problemas de enumeração, em particular da população economicamente ativa feminina. Devido a uma falta de consenso e à impossibilidade de aplicar os ajustamentos ao longo das desagregações por posição na ocupação, optou-se, naquela publicação, por não incorporá-las, o que seguiremos aqui.

6. Procedimento adotado por Borges e Loeb (1957), Singer (1971), Villella e Suzigan (1973), Merrick e Graham (1981) e Paiva (1984), que consiste na inclusão das seguintes atividades na PEA: a) do ramo de atividades domésticas e atividades escolares - serviços domésticos remunerados, serviços de portaria e elevadores, serviços domiciliares de jardinagem e afins, serviços domiciliares de manutenção e condução de transportes, atividades de assistência e magistério exercidas no lar e outras atividades domésticas remuneradas; b) de condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas - atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades ou condições maldefinidas.

Apesar do emprego da classificação de atividades que privilegia o local onde a mesma é exercida, decorrência da aplicação do conceito de atividade principal, os Censos Demográficos de 1940 e 1950 apresentam uma discrepância que salta aos olhos na enumeração da PEA feminina.

Segundo Paiva (1984), a explicação dessa discrepância estaria nas diferentes instruções para o preenchimento do questionário, na forma de apresentação do quesito que classifica a população por atividade e, adicionalmente, em uma possível interferência na apuração do Censo Demográfico de 1940, esta última, infelizmente, sem informações disponíveis que permitam dimensionar sua extensão.(7)

A diferença no nível da PEA feminina para o total do Brasil foi causada, fundamentalmente, pela redução apontada para o setor agrícola, (atividades agrícolas, pecuária e silvicultura) e, secundariamente, pelas reduções ocorridas nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Mato Grosso e Goiás, no tocante à PEA feminina do setor industrial, no que pese o acréscimo apresentado para o total do Brasil.

A interpretação de Paiva supõe que a enumeração do Censo Demográfico de 1950 deve ser considerada correta

7. Para maiores detalhes vide: Paiva, Paulo T.A., 1984, p. 19/72, (88).

A.3.1. PEA Feminina por Setor de Atividade

1940 e 1950 (x 1000)

<u>ATIVIDADES</u>	<u>1940</u>	<u>1950</u>
Agrícolas	1.270.199	732.900
Extrativas	45.358	27.520
Industriais	292.685	390.362
Comerciais, Serviços	1.191.388	1.356.782
Total	2.789.630	2.507.564

Fonte: IBGE - "Censos Demográficos"

devido à aplicação exata que faz do conceito de atividade principal.

Tal exatidão, segundo ele, decorreu das modificações introduzidas no questionário e nas instruções do Censo de 1950, no sentido de discriminar com maior precisão as atividades domésticas das extradomésticas, originadas de uma suposta crítica do Censo anterior.

A correção da superenumeração do Censo de 1940 exclui da PEA aquelas mulheres que indicaram incorretamente como principal uma atividade econômica. A fórmula encontrada pela Conjuntura Econômica VII (1953) traz dificuldades, segundo Paiva, ainda maiores para a comparabilidade intertemporal.

Isso posto, parece que o mais seguro é deixar a enumeração da PEA de 1940 apenas com a correção anteriormente descrita, levando sempre em conta o superdimensionamento da PEA feminina, o período de referência como sendo a data de realização do censo, a exclusão dos sem ocupação, dos desempregados e daqueles que procuravam trabalho pela primeira vez.

Em 1950, a forma de apresentação dos resultados facilitou a obtenção do conceito de PEA, uma vez que as "atividades domésticas remuneradas" foram separadas das "não remuneradas" e apresentadas no ramo "prestação de serviços". A classificação dos ramos e classes de atividades é apresentada separadamente de atividades domésticas não remuneradas e condições inativas, cuja exclusão nos conduz ao conceito de PEA nesse referido ano.

Em 1950, apesar de ter sido realizada a tentativa de enumeração dos desempregados, estes, juntamente com os sem ocupação, foram excluídos da PEA. Esse problema, contudo, não pode ser contornado devido à inexistência do período de referência, e de quesitos especiais sobre a condição de desemprego.

O fim do corte doméstico x extradomésticos para a classificação das atividades no contexto dos Censos

Demográficos veio em 1960 com o conceito de Atividade Habitual, que significa aquela exercida pelo entrevistado durante a maior parte do período de referência (12 meses antecedentes à data do Censo).

As atividades econômicas são aquelas que geram remuneração em espécie ou em bens, mas também são incluídos na PEA os membros de famílias não remunerados, desde que com 15 horas ou mais de jornada semanal de trabalho, além de padres e freiras e os membros das forças armadas.

Nesse censo, os desempregados inauguraram sua inclusão na PEA, desde que assim se apresentassem na semana anterior ao Censo. Excluem-se, contudo, os sem ocupação e aqueles que procuravam trabalho pela primeira vez.

Em 1970, os que procuram trabalho são incorporados à PEA, tendo a data do Censo por período de referência.

Além dessa, o Censo de 1970 apresenta uma sutil diferença na forma de apresentação do quesito que classifica à PEA ocasionando, segundo Paiva, uma possível subenumeração se comparado ao Censo de 1960.

Neste último, o quesito de entrada (o quesito "U") estendia o período de referência aos que trabalharam e aos que não trabalharam, enquanto em 1970 se restringe aos que

trabalharam ou procuraram trabalho, numa possível diminuição de sua abrangência (quesito 23).

Adicione-se, ainda, que a redação do quesito de entrada em 1970 (o de nº. 22) parece ter por base o conceito de atividade principal, como nos Censos de 1950 e 1960, ao apresentar-se com a pergunta no presente do indicativo e sem período de referência.

Essa abrangência é recuperada em 1980 através da extensão da condição de economicamente ativo aos que procuraram trabalho nos últimos doze meses, independentemente de terem ou não trabalhado anteriormente.

Além do que, ao formular o quesito de entrada na forma direta com duas possibilidades, uma remetendo ao quesito 30 em diante e a outra ao quesito 29, onde era classificada a condição dos que não haviam trabalhado no período de referência, o questionário do Censo Demográfico de 1980 pôde, provavelmente, ter enumerado a PEA de forma mais abrangente que o de 1970, em particular no que toca às pessoas com, simultaneamente, atividades consideradas econômicas e não econômicas.

Apesar do alto grau de comparabilidade que o conceito de PEA possui entre esses dois Censos, é útil ter em mente tais diferenças quando do emprego de suas enumerações

enquanto resultado de outros fatores entre os quais o ritmo do crescimento da população e da população ativa e o impacto ocupacional de um processo de crescimento econômico, o que nos interessa particularmente.

POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PNEA)

A população considerada não economicamente ativa é o subconjunto complementar ao subconjunto dos economicamente ativos no universo da população em idade ativa, que no contexto dos Censos Demográficos é formada pelas pessoas com 10 anos ou mais de idade.

Assim sendo, a uma enumeração da população economicamente ativa considerada pouco abrangente, tomando por referência o conceito de PEA internacionalmente aceito, corresponde um conceito de população não economicamente ativa superenumerado.

Esse parece ter sido o caso do conceito de PNEA nos Censos Demográficos de 1940 e 1950: nesses dois censos a superenumeração ocorreu por conta da inclusão dos desempregados, dos sem ocupação daqueles que procuravam trabalho além daqueles que, embora ocupados, não se encontravam nessa situação na data de realização do Censo, o seu período de referência. Contrariamente, foram excluídas da PNEA, e conseqüentemente consideradas como economicamente

ativas, as pessoas que executavam trabalho doméstico não remunerado com jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais.

Em 1960 são excluídos da PNEA os desempregados e incluídos os não remunerados com jornada inferior a 15 horas semanais; em 1970 emigram da PNEA para a PEA aqueles que no dia do recenseamento, se encontravam procurando trabalho; em 1980 ocorre a extensão desse período de referência para os 12 meses anteriores à realização da enquete, fazendo com que o conceito de PNEA tivesse chegado, nesse ano, bem próximo à sua formulação adequada.

OCUPAÇÃO

A comparabilidade da categoria "ocupação", agregadamente considerada, só se vê prejudicada pelas mudanças no período de referência (data da enquete para os Censos de 1940 e 1950 e 12 meses antecedentes à data da pesquisa para os de 1960, 1970 e 1980, sendo, nesses últimos anos, perfeitamente comparável).

SETOR DE ATIVIDADE

Além da questão dos desempregados, do período de referência, da mudança de "atividade principal" para "atividade habitual" a partir do Censo de 1960, da classificação da atividade suplementar em 1940, 1950 e 1980 e da inclusão, em 1940 e 1950, de "afazeres domésticos" e de "estudantes" na PEA, já discutida anteriormente, a comparação intertemporal, setor a setor, apresenta-se como segue.

Os setores de atividade que, apesar de terem sofrido modificação na sua composição ao longo dos Censos, não perderam comparabilidade em face da possibilidade de reagregações e/ou desmembramentos são: i) Atividades Agrícolas, de Extração Vegetal e Pesca; ii) Indústria de Transformação; iii) Outras Atividades Industriais; iv) Indústria de Construção e; v) Administração Pública.

Os setores Comércio, Transportes e Comunicações, Prestação de Serviços e Atividades Sociais não sofreram modificações ao longo dos Censos aqui considerados.

8. Em 1970 o Censo Demográfico incluiu na Indústria de Transformação e na Construção Civil os ofícios de pedreiro, carpinteiro, bombeiro e outras atividades autônomas, anteriormente classificadas na Prestação de Serviços, o que aumenta artificialmente o emprego industrial e diminui, também artificialmente, na Prestação de Serviços. Vide ALMEIDA, Ana Luiza O., 1976, p. 226, (1).

O setor "Outras Atividades" apresenta um único problema de comparabilidade, qual seja a introdução no setor, em 1960, dos "procurando trabalho pela primeira vez".

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Quatro categorias básicas compõem a definição dessa categoria, são elas: Empregado, Empregador, Conta Própria e sem Remuneração.

As categorias "Empregado" e "Empregador" detêm boa comparabilidade ao longo dos Censos desde 1940, apenas variando o seu grau de detalhamento, como pode ser vislumbrado no item A.2.

A categoria "Conta Própria", que a partir do Censo de 1970 foi denominada "Autônomo" apresenta, a partir de 1960, a diferença de incluir aqueles que desempenham suas funções empregando trabalhadores não remunerados, independentemente de serem membros da família.

A constituição dos "Sem Remuneração" em 1940 e 1950 englobava apenas os trabalhadores da família não remunerados. Em 1960 somaram-se a esses as pessoas que sem remuneração trabalhavam para instituições religiosas e beneficentes, desde que habitualmente com jornada de trabalho igual ou superior a 15 horas semanais. Em 1970

aparecem, sob essa classificação, aqueles que procuravam trabalho pela primeira vez. Em 1980 tais mudanças são mantidas.

DESEMPREGO

Essa categoria não foi pesquisada no Censo de 1940; no de 1950 foi objeto do quesito 18, embora excluídos da população economicamente ativa; em 1960 os desempregados são pesquisados no quesito "W" e incluídos na PEA, embora seja impossível tê-los desagregadamente, dado que se encontram distribuídos por entre os diversos setores de atividade. Em 1970 e 1980 é que se permite desagregá-los e conhecer mais claramente o seu perfil.

JORNADA DE TRABALHO

A duração da jornada passou a ser investigada nos recenseamentos brasileiros a partir de 1970. Nesse ano, para as pessoas que exerceram habitualmente no período de referência uma atividade no setor agrícola ou extrativo, perguntava-se o número de meses trabalhados; para aquelas que exerceram ocupação no setor não-agrícola, perguntava-se o número médio de horas trabalhadas na semana.

Em 1980 estendeu-se a pesquisa acerca da intensidade do trabalho às crianças de 5 a 9 anos, tendo sido pesquisado

o número de horas trabalhadas no ano anterior, inclusive para as ocupações exercidas no setor agropecuário.

RENDIMENTOS

A categoria "Rendimentos" foi inicialmente introduzida no Censo Demográfico de 1960, estando, portanto, sua comparação intertemporal restrita aos três últimos recenseamentos.

Ainda assim, como a declaração do rendimento em 1960 foi prestada em classes de renda prefixadas, com base nos valores dos salários-mínimos vigentes nas diversas regiões do país, onde o valor declarado representava todas as importâncias recebidas no mês de referência desde que suas fontes fossem regulares, ou a média dos últimos doze meses, para aquelas pessoas possuidoras de fontes variáveis de rendimentos, a comparabilidade intertemporal restringe-se tão somente à renda total auferida.

Adicionalmente, problematiza a comparação o fato de que nos censos posteriores são introduzidos vários tipos de renda que não constavam do questionário de 1960, tornando impossível saber se estavam ou não incluídos no valor então declarado.

Em 1970, o rendimento tem o seu nível apreendido em um único quesito, de forma aberta, em cruzeiros da data de referência do Censo.

As declarações referiam-se: ao último mês, para as que tivessem rendimentos fixos tais como salários, ordenados, vencimentos contratuais, soldos militares etc; à renda média dos últimos 12 meses, para os que possuíssem fontes variáveis tais como honorários de profissionais liberais, comissões de vendas etc; à soma do rendimento fixo do último mês com a média do rendimento variável, para os que tivessem seus ganhos originados de fontes fixas e variáveis; à média mensal das importâncias recebidas a título de donativos, aluguéis e retirada de empresários; às diferenças entre os preços de aquisição e de venda, para os que vivessem de revenda; quantias auferidas pelo usufruto de bens e; seguros de renda vitalícia.

Apesar de apresentar maior discriminação dos rendimentos que deveriam ser pesquisados, ainda não é possível, no Censo de 1970, obter diretamente os rendimentos do trabalho, somente disponível através da agregação da renda de todas as pessoas que trabalhavam.

Em 1980, pela primeira vez, os rendimentos do trabalho foram pesquisados em separado, através de três quesitos (37, 38 e 39, vide item 2.2.) com respostas

abertas, denominadas em cruzeiros da data de referência do Censo.

Por rendimento do trabalho, entendia-se aquele obtido na ocupação habitual e em outras ocupações, equivalente ao montante percebido no mês anterior, se a pessoa era empregado, ou, a média dos últimos doze meses, se empregador ou autônomo.

O rendimento de outras fontes correspondentes ao obtido no mês anterior para aposentados e pensionistas e, à média dos doze meses anteriores ao censo, para rendas de aluguéis e arrendamentos, doações regularmente recebidas e emprego de capital.

Além desses, foram pesquisados os rendimentos da ocupação habitual para menores de cinco a nove anos de idade.

Por sua maior discriminação e abrangência, o Censo Demográfico de 1980 é considerado o melhor para a caracterização dos dados sobre rendimentos, embora não detenha comparação com as enquetes censitárias anteriores.

A.4. COMPARABILIDADE INTERTEMPORAL - UMA AVALIAÇÃO

Como ficou claro das seções anteriores, muitos dos conceitos enfocados sofreram modificações ao longo das enquetes censitárias aqui abordadas, modificações essas que vão desde a constitutividade mesma de cada categoria até a forma em que é investigada na população.

Nessa seção final, tentaremos proceder a uma avaliação de cada uma das categorias, partindo de sua constituição conceitual e das modificações que na mesma se foram produzindo e, juntamente com as características de sua operacionalização em cada uma das enquetes, avaliar seu poder de abrangência.

Como vimos, o conceito de PEA remete-nos à idéia de um potencial de trabalho humano mobilizável para a realização do produto social de uma sociedade ou região, num período de tempo determinado, englobando, portanto, aqueles que se ocupam efetivamente de uma atividade econômica e aqueles que não se ocupam, embora dispostos a fazê-lo, sob determinadas condições.

Assim sendo, e pelo que ficou exposto nas seções anteriores e, especialmente na seção A.3., o conceito de PEA obtido nos Censos Demográficos de 1940 e 1950 afastam-se razoavelmente da noção acima enunciada.

Esse afastamento se deu, primeiramente, em função da utilização do conceito de atividade principal, que privilegia o local de realização das atividades (domésticas ou extradomésticas) e não a sua natureza (econômica ou não econômica) para classificar as pessoas que delas se ocupam como integrantes ou não da PEA.

Mesmo as tentativas de correção encetadas por diversos autores e tornadas oficiais pela própria fundação IBGE, (9) apesar de aproximarem a classificação desses dois primeiros censos ao conceito internacionalmente aceito, melhorando também a comparabilidade com os censos posteriores, não resolvem totalmente a questão.

Não resolvem, em primeiro lugar, porque continuam excluídos da PEA os desempregados, os procurando trabalho e os sem ocupação; em segundo, a ausência de um período de referência maior que a data dos censos restringiu bastante a captação das pessoas ocupadas nas atividades consideradas principal e, portanto, integrantes da PEA e; finalmente, de signo contrário, o não estabelecimento de uma jornada mínima de trabalho para a inclusão dos "não-remunerados" pode ter superenumerado esta categoria.

9. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987, V.3, (43).

Quantitativamente, tais expedientes apresentam a seguinte expressividade, como mostra a Tabela A.4.1. abaixo.

A.4.1. EVOLUÇÃO DAS ENUMERAÇÕES - % - PEA = 100

CATEGORIAS	1940	1950	1960	1970	1980
Desempregados	-	-	0,8	1,28	1,33
Procurando Trabalho(A)	-	-	-	0,8	2,28
s/Ocupação (B)	19,6	13,38	-	-	-
não remunerados	18,83	16,99	14,97	9,19	5,28

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos e Séries Estatísticas Retrospectivas vol.III.

(A) - Em 1980, inclui os desempregados que na semana de referência estavam procurando trabalho.

(B) - Sem ocupação em 1940 refere-se aos inativos por desocupação, outras condições inativas não compreendidas nas classes precedentes; atividade ou condição não declarada de membro da família natural e atividade ou condição não declarada de outra pessoa. Em 1950 refere-se aos sem ocupação e desempregados incluídos em condições inativas.

Os dados da referida Tabela nos indicam que, do ponto de vista quantitativo, a exclusão dos desempregados, tendo

ou não trabalhado anteriormente, não prejudica muito a comparabilidade, dado que alcança a participação relativa na PEA de 2,28% em 1980.

Quanto à questão dos "não remunerados", a variação entre as enumerações de 1950 e 1960, ano em que foi inicialmente estabelecida a jornada de trabalho mínima para o emprego de tal categoria, chega aos 2 pontos percentuais aproximadamente, mostrando também ser de pequeno impacto quantitativo essa modificação. A queda abrupta da categoria nos dois últimos recenseamentos deve-se, muito provavelmente, às mudanças estruturais que o processo de transformação econômica provoca na estrutura ocupacional, através da maior extensão de mercantilização do trabalho e, particularmente, do processo de urbanização.

Já os "sem ocupação" que atingem peso relativo de enorme significância nos Censos Demográficos de 1940 e 1950, como mostra a Tabela A.4.1., não trouxeram também maiores problemas para a enumeração do conceito de PEA, já que se incluem no seu cômputo subconjuntos de pessoas ativas de pequena participação relativa, a saber: de condições inativas as atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades ou condições maldefinidas e não declaradas, além dos desocupados.

De qualquer maneira, a categoria PEA tal qual se apresenta nos Censos Demográficos de 1940 e 1950 não possui a expressão de oferta potencial de trabalho, refletindo mais a estrutura ocupacional da sociedade brasileira nesses anos.

Isso posto, o nível de comparabilidade da categoria Ocupação é, conseqüentemente, elevado entre os diversos Censos, sendo prejudicado apenas nos anos de 1940 e 1950, devido à estreiteza do período de referência que lhe retirou abrangência nesses referidos anos.

Em relação à População não Economicamente Ativa, muitas das considerações tecidas para a PEA poderiam aqui ser aplicadas, dado que são complementares no contexto da população de dez anos e mais.

Assim sendo, temos uma PNEA inchada de indivíduos que efetivamente constituíam o estoque de trabalhadores mobilizáveis para a confecção do produto social em 1940 e 1950, o que foi reduzindo-se ao longo dos três últimos recenseamentos aqui considerados.

Essa redução deveu-se, em 1960, à exclusão dos desempregados da PNEA e sua inclusão na PEA; contrariamente, foram incluídos na PNEA, proveniente da PEA dos Censos anteriores, aqueles trabalhadores não-remunerados, cuja jornada de trabalho era inferior a 15 horas semanais.

Em 1970 são os que procuravam trabalho pela primeira vez que emigram da PNEA para a PEA, apesar de serem caracterizados no período de referência do dia da realização do Censo, o que restringiu bastante sua enumeração.

A correção desse problema vem, no Censo Demográfico de 1980, com a extensão do período de referência de doze meses anteriores ao censo aos que procuravam trabalho, independentemente de terem ou não trabalhado anteriormente.

Além desses intercâmbios de subconjuntos populacionais entre PEA e PNEA, provocam o mesmo efeito todas as questões enunciadas anteriormente que aumentam/diminuem a abrangência do conceito de PEA, assim como às questões afeitas à sua operacionalização, rebatendo de forma inversa no conceito de PNEA.

A classificação da População Economicamente Ativa por Setor de Atividade, no que toca a sua composição por ramos de atividade, não possui grandes problemas de comparabilidade ao longo dos cinco recenseamentos aqui considerados, onde os eventuais problemas podem ser satisfatoriamente sanados a partir de desagregações e reagregações realizadas com os próprios ramos.

Já a enumeração da PEA por classes e ramos de atividade sofrem dos mesmos problemas aqui levantados para o total da população ativa, como é óbvio, restringindo-se ou ampliando-se, segundo: a) mudança do conceito de atividade principal para atividade habitual em 1960; b) classificação da atividade complementar em 1940, 1950 e 1980; c) início em 1960 da caracterização dos desempregados; d) início da classificação dos procurando trabalho em 1970 e a ampliação do seu período de referência em 1980 etc.

Talvez a única exceção seja o setor "Outras Atividades" que, em 1960, ficou acrescido daquelas pessoas que procuravam trabalho pela primeira vez.

Das categorias básicas componentes da "Posição na Ocupação", os "Empregados" e os "Empregadores" não tiveram mudanças ao longo das cinco enquetes e seu nível de comparabilidade é muito elevado.

Em relação aos "Conta Própria", denominados "Autônomos" a partir do Censo de 1970, apresenta, de 1960 em diante, a inclusão adicional d'aqueles cuja atividade é empreendida com trabalhadores não remunerados, independentemente de serem ou não membros da família.

Tal fato, cuja expressão se evidencia com a Tabela A.4.2, abaixo, cinde nossa série em duas seções com perfeita

comparabilidade: a primeira entre 1940 e 1950 e a segunda com os três recenseamentos posteriores. Contudo, a diferença entre os censos de 1950 e 1960, que ronda os sete pontos percentuais, se levada em consideração, além obviamente da tendência à perda de participação dessa categoria no total da PEA, não inviabiliza a comparabilidade da mesma ao longo de toda a série.

A.4.2. "CONTA PROPRIA" COMO EXPRESSÃO RELATIVA DA PEA

(x 1000) PEA = 100

Categoria	1940	1950	1960	1970	1980
Conta própria	4.698,5	4.877,2	7.977,4	9.995,0	10.545,9
%	31,84	28,49	35,07	34,07	24,95

Fonte: FIBGE, "Séries Estatísticas Retrospectivas", vol.III; RJ/1987.

Aos trabalhadores "Não Remunerados", que nos dois primeiros recenseamentos só contemplavam os membros da família, adiciona-se, a partir de 1960, aquelas pessoas que, sem remuneração, trabalhavam para instituições religiosas e beneficentes, desde que possuíssem jornada de trabalho de no mínimo quinze horas semanais.

Em 1970 aparecem incluídos sob esse título os que procuravam trabalho pela primeira vez. A expressão de tais modificações pode ser vislumbrada na Tabela A.4.1.

Quanto ao grau de comparabilidade da categoria "Desemprego" cumpre, inicialmente, assinalar que os Censos Demográficos não constituem os melhores instrumentos de captação do fenômeno, cuja intensa sazonalidade requer enquetes contínuas, de curta duração, dedicadas ao levantamento completo de suas causas.

Isso nos remete ao fato de que, mesmo o Censo de 1980, onde a pesquisa do desemprego ganha maior espaço, ainda deixa a desejar enquanto instrumento de apreensão desse fenômeno.

De qualquer forma, o desemprego passa a ser levantado a partir de 1960, sendo, contudo, nesse ano, impossível de se obter, desagregadamente sua enumeração.

Somente em 1970 e 1980 é que podemos conhecer o perfil dos desempregados com um pouco mais de detalhe, o que torna a comparabilidade intertemporal da categoria sem problemas para esses dois anos.

No Censo de 1950, embora sua caracterização fosse realizada através do quesito 188, os mesmos não se acham integrados à PEA.

A categoria "Rendimentos" tem seu raio de comparação restrito aos três últimos recenseamentos.

Ainda assim, no Censo de 1960, devido às razões apresentadas na seção anterior, só se pode comparar ao total da renda auferida, levando-se em conta, adicionalmente, que nas enquetes posteriores agregaram-se à renda total novos tipos de rendimentos que não se sabe se foram ou não considerados aqui.

Finalmente, problematizam a perfeita comparabilidade as já mencionadas questões da forma de captação (aberta ou fechada) e do período de referência, segundo a natureza da fonte do rendimento percebido.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Ana Luiza O. - Subcontratação e emprego disfarçado na industrialização brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9 (1): 167-184, abr, 1979.
2. ALMEIDA, Wanderly J. Manso - Dinâmica do setor de serviços no Brasil; emprego e produto. Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN, 1973. (Relatório de Pesquisa, 18).
3. ALMEIDA, Wanderly J. Manso & SILVA, Maria Conceição - Dinâmica do setor de serviços no Brasil; emprego e produto. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. (Relatório de Pesquisa, (18)).
4. ALMEIDA, Wanderly J. Manso - Industrialização e Emprego no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN, 1974. (Relatório de Pesquisa, 24).
5. ALMEIDA, Wanderly J. Manso - Serviços e desenvolvimento econômico no Brasil; aspectos setoriais e suas implicações. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. (Relatório de Pesquisa, 23).
6. ANDRADE, T.A. & LODDER, Celsius A. - Sistema urbano e cidades médias no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN, 1979. (Relatório de Pesquisa, 43).
7. ARAUJO JR, José T. e PEREIRA, Vera M.C. - A Difusão de Teares sem Lançadeira na indústria têxtil. In: Difusão de Inovações na Indústria Brasileira: Três estudos de caso. IPEA/INPES (Série Monográfica, 24). Rio de Janeiro, 1976.
8. BACHA, Edmar L. - Os mitos de uma década; ensaios de economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
9. BACHA, Edmar L. - O Subemprego, o custo social de mão-de-obra e a estratégia brasileira de crescimento. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 26 (1): 105-116, jan/mar 1972.
10. BALTAR, Paulo E. A. - Diferenças de salário e produtividade na estrutura industrial brasileira; 1970. Campinas, 1977, mimeo (Tese Mestrado - UNICAMP).
11. BALTAR, Paulo E. A. - Salário e Mercado de Trabalho nos países atrasados. Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, vol.1, n.º 1, 1986.
12. BALTAR, Paulo E. A. - Salários e Preços; esboço de uma abordagem teórica. Campinas, 1985. (Tese de Doutorado, UNICAMP).

13. BAUMGARTEM JR., A. L. & CUNHA, L. R. A. - A Política industrial e o desempenho do setor na última década (1968/1977); da recuperação à recessão? In: CARNEIRO, Dionísio D., coord. - Brasil; dilemas da política econômica. Rio de Janeiro, Campus, 1977.. pp.109-135.
14. BELLUZZO, Luiz G. M. - Distribuição de renda; uma visão controversa. In: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. C. - A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
15. BERQUO, Elza - Algumas considerações sobre a dinâmica da população brasileira. São Paulo, CEBRAP, 1983.
16. BERQUO, Elza - Evolução da População Brasileira e Implicações Futuras. In: Encontro nacional de Estudos Populacionais, 3, Vitória, 1982. Anais, São Paulo, ABEP, 1982, pp.3-9.
17. BERQUO, Elza et alii (eds.) - A fecundidade em São Paulo: Características Demográficas, Biológicas e Sócio-Econômicas. São Paulo, CEBRAP, 1977.
18. BONELLI, Regis & FAÇANHA, Luis O. - A Indústria de bens de capital no Brasil, desenvolvimento, problemas e perspectivas. In: SUZIGAN, Wilson, ed. Indústria; política, instituições e desenvolvimento. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. (Monografia, 28) pp. 309-372.
19. BRAGA, José Carlos de S. & PAULA, Sérgio G. - Saúde e previdência; estudos de política social. São Paulo, CEBES/HUCITEC, 1981.
20. BRASIL. Ministério do Trabalho - RAIS 80; Relação Anual de Informações Sociais - sinopse comentada do anuário do trabalho. Brasília, 1983. 3 v. + anexo.
21. BRITO, F.A. & MERRICK, Thomas. - Migração, absorção de mão-de-obra e distribuição da renda. Estudos Econômicos, São Paulo, 4 (1): 75-122, jan/mar, 1974.
22. CACCIAMALI, Maria Cristina. - Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo, 1982 (Tese Doutorado, FEA/USP).
23. LOS CAMBIOS estructurales en el empleo en el desarrollo económico de America Latina. Boletim Economico de America Latina, 1 (2), out 1965.
24. CANO, Wilson - Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro Pós 1930. in Encontro nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 1988. Anais. São Paulo, ABEP, 1988, pp. 67-99.

25. CASTRO, Antonio B. & SOUZA, Francisco Eduardo - A Economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
26. CASTRO, Claudio C. M. - O que está acontecendo com a educação no Brasil. In: BACHA, Edmar L. & KLEIN, Hemílio S. Org. - A Transição Incompleta; Brasil desde 1945... Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. V.2: Desigualdade social, educação, saúde e previdência, pp. 103-161.
27. CENSO DEMOGRAFICO MAO-DE-OBRA; Brasil e Unidades da Federação, Rio de Janeiro, IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980.
28. CENSO INDUSTRIAL; Brasil e Unidades da Federação, Rio de Janeiro, IBGE, 1970, 1975, 1980.
29. COMISSAO ECONOMICA PARA AMERICA LATINA - CEPAL - La transformación socio-ocupacional del Brasil. 1960-1980 y la crisis social de los 880. S.E.P., CEPAL, 1986. mimeo.
30. COSTA, Manoel Augusto - Urbanização e Migração Urbana no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973 (Monografia, 21).
31. CUNHA, Paulo V. - A Organização do mercado de trabalho; 3 conceitos alternativos. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 19 (1): 29-46, jan/mar 1979.
32. DAIN, Sulamis; BIELSCHOWSKY, Ricardo; GADELHA Maria Fernanda - Mudança Tecnológica na Indústria de Papel. In: Difusão de Inovações na Indústria Brasileira: Três Estudos de Caso (Série Monográfica, 24) IPEA/INPES, 1976, p. 100.
33. DEDECCA, Claudio & FERREIRA, Sinésio P. - As Populações economicamente ativa e ocupada; um estudo sobre suas evoluções no período 85-87, s.l., 1988, mimeo.
34. DURAND, John D. - The labor force in economic development; a comparison of international census data, 1946-1966. Princeton, Princeton University Press, 1975.
35. FAJNZYLBER, Fernando - La industrialización trunca de America Latina. México, Nueva Imagem, 1983.
36. FARIA, Vilmar - Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. Tavares de, org. - Sociedade e política no Brasil pós 64. São Paulo, Brasiliense, 1983. pp. 118-163.
37. FARIA, Vilmar - Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In: BACHA, Edmar L. & KLEIN, H. S., org. A Transição Incompleta: Brasil desde 1945... Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. v.1: População, emprego, agricultura e urbanização, pp.75-109.

38. FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP - Índice de nível de emprego industrial na Grande São Paulo - de janeiro de 1971 a dezembro de 1980. São Paulo, s.d.
39. FREEMAN, Christopher; CLARCK, John; SOETE, Luc - Unemployment and technical innovation - a study of long waves and economic development. London, Frances Pinter, 1982.
40. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Anuário Estatístico do Brasil - 1988-1989. Rio de Janeiro, 1988.
41. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE - Análises críticas de resultados dos censos demográficos. Rio de Janeiro, 1956. (Estatística Demográfica, 21).
42. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE - Emprego, subemprego e desemprego. Rio de Janeiro, 1981.
43. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE - Estatísticas históricas do Brasil; séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 e 1985. Rio de Janeiro, 1987. (Estatísticas Retrospectivas, v.3).
44. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE - Metodologia do Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro: 1983. (Relatórios Metodológicos, 4).
45. GALENDSON, W. - Desarrollo económico y expansión del empleo por ramas de actividad. Revista Internacional del Trabajo, Ginebra, 68 (6): 581-597, jun 1963.
46. GERSHUNY, J. I. & MILES, J. D. - Service employment; trends and prospects. s.l.p., Science Policy Research Unit, 1981.
47. GOODMAN, David E. - O modelo econômico brasileiro e os mercados de trabalho; uma perspectiva regional. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 5 (1): 89-116, jun 1975.
48. GRAZIANO DA SILVA, J. - A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
49. GUIMARAES, Eduardo A. A. & GADELHA, Maria F. - O setor automobilístico no Brasil. s.l., FINEP/CEP, 1980. (Relatório de Pesquisa 02/880). Versão preliminar.

50. GUTIERREZ, M. - Estrutura e desempenho industrial brasileiro; 1970/1979. Rio de Janeiro, mimeo.
51. HADDAD, Paulo P. R., ed. - Desequilíbrios regionais e descentralização industrial. Rio de Janeiro, IPEA, 1975. (Monografia, 16).
52. HOFFMANN, Helga. Pobreza e propriedade no Brasil: O que está mudando. In Bacha, Edmar e Klein, Hebert (org.) - A Transição Incompleta: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. V.2: Desigualdade Social, Educação, Saúde e Previdência, pp.61-101.
53. HOFFMANN, Rodolfo & KAGEYAMA, Angela A. - Distribuição na renda do Brasil, entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. In: Encontro Nacional de Economia, 12, São Paulo, 1984. Anais, pp.799-834.
54. HOFFMANN, Rodolfo - A Pobreza no Brasil; análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980, pp. 177-213.
55. JATOBA, Jorge et alii - Política de emprego para o nordeste. Recife, Ed. Massangana, 1985.
56. KAGEYAMA, Angela A. - Modernização, produtividade e emprego na agricultura, uma análise regional. Campinas, 1985. mimeo (Tese Doutorado, UNICAMP).
57. KATZMAN, Martín T. - Urbanização no Brasil a partir de 1945. In: BACHA, Edmar L. & KLEIN, Hemilio S., org. - A Transição Incompleta: Brasil desde 1945... Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. V.1: População, emprego, agricultura e urbanização, pp. 177-229.
58. KAZTMAN, Rubén - Las transformaciones sectoriales del empleo en America Latina. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, (24): 83-102, dic. 1984.
59. LANDAU, Elena & CAMARGO, José Márcio - Emprego, salários e distribuição de renda. In: Perpectivas de longo prazo na economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1985, pp. 235-259.
60. LESSA, Carlos - A estratégia de desenvolvimento 1974-1976; sonho e fracasso. Rio de Janeiro, 1978 (Tese Professor Titular - Departamento de Economia - FEA/UFRJ).
61. LESSA, Carlos - 15 anos de política econômica. São Paulo, Brasiliense, 1981.
62. LUCH, Constantino - Pobreza e concentração da renda no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 11 (3): 757-782, dez. 1981.

63. LOCATELLI, R. - Industrialização, crescimento e emprego; uma avaliação da experiência brasileira. Rio de Janeiro, IPEA, 1986.

64. MARTINE, George - Colonização e expansão da fronteira agrícola no Brasil. s.l.p., CNRH/IPEA/INPIAN, 1983 (Documentos de Trabalho, 14-3)

65. MARTINE, George - Os dados censitários sobre migrações internas, evolução e utilização. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2, Aguas de São Pedro, 1980. Anais. São Paulo, ABEP, 1980, pp. 1015-1047.

66. MARTINE, George - Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola. Revista de Economia Política. São Paulo, 2 (7): 53-76, jul/set, 1982.

67. MARTINE, George - Migrações internas. In: Simpósio sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no Brasil. Rio de Janeiro, 1977. Anais. Rio de Janeiro, v.1.

68. MARTINE, George - Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1, Campos do Jordão, 1978. Anais. São Paulo, ABEP, 1978, pp. 51-85.

69. MARTINE, George - Migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Brasília, IPEA/IPLAN, 1978.

70. MARTINE, George & CAMARA, I. N. - Migrações, crises e outras agruras. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4, Anais. São Paulo, ABEP, 1984, pp. 1449-1478.

71. MARTINE, George, CAMARANO, Ana Amélia, NEUPERT, Ricardo, Beltrão - A urbanização no Brasil. Retrospectiva, componentes e perspectivas. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 1988. Anais. São Paulo, ABEP, 1988, pp. 19-65.

72. MARTINE, George & CAMARGO, Lício - Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, 1 (1/2): 99-144, jan/dez, 1984.

73. MARTINE, George & PELIANO, José Carlos - Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975 (Estudos de demografia urbana, monografia, 18), pp. 161-196.

74. MATA, Miltonda & BACHA, Edmar L - Emprego e salários na indústria de transformação, 1949/1969. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 3 (2): 303-340, jun 1973.
75. MEDICI, André Cezar - Emprego em saúde na conjuntura recente; lições para a reforma sanitária. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 21 (3): 132-145, jul/set, 1987.
76. MEDICI, André Cezar - Estrutura e dinâmica da força de trabalho médica no Brasil na década de 70. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 19 (2): 31-77, abr/jun, 1985.
77. MEDICI, André Cezar - A força de trabalho em saúde nos anos 70; percalços e tendências. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 20 (3): 54-69, jul/set, 1986.
78. MEDICI, André Cezar - A Investigação estatística da força de trabalho no Brasil; uma análise dos censos demográficos de 1950 a 1980. s.n.t. mimeo (Versão preliminar).
79. MEDICI, André Cezar - Metodologia das pesquisas de emprego no Brasil (uma análise comparativa). Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, 44 (176): 499-560, out/dez, 1983.
80. MEDICI, André Cezar - Notas interpretativas sobre a variável "renda" nos censos demográficos. In: Seminário Metodológico sobre Censos Demográficos, 3, Ouro Preto, jun 1984. Censos e Contra-censos. São Paulo, ABEP, 1984, pp. 75-131.
81. MEDICI, André Cezar - Urbanização e transformações futuras na força de trabalho no Brasil: Notas para uma discussão. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 1988. Anais, ABEP, 1988, pp. 101-155.
82. MELLO, João Manuel C - O Capitalismo Tardio. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
83. MERRICK, Thomas W. - A População brasileira a partir de 1945. In: BACHA, Edmar L. & KLEIN, Hemilio S., org. - A Transição Incompleta: Brasil desde 1945... Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. V.1: População, emprego, agricultura e urbanização, pp. 31-72.
84. MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, D.H. - População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

85. MEYER, Doris R. - Nordeste: um estudo das transformações da estrutura ocupacional. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, 47 (186): 213-274, abr/jun, 1986.

86. NEUPERT, Ricardo F. - Nova projeção da população brasileira: hipóteses baseadas em informações recentes. In: Wong, Laura R., Hakkert, Ralph e Lima, Ricardo A., org. - Futuro da População Brasileira: Projeções, Previsões e Técnicas. São Paulo, ABEP, 1987, pp. 52-87.

87. PAIVA, Paulo de Tarso - Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão de obra no Brasil; de 1950 a 2000. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, 3 (1): 63-86, jan/jun, 1986.

88. PAIVA, Paulo de Tarso A. - A concentração e a enumeração da população economicamente ativa nos censos demográficos brasileiros. In: Seminário Metodológico sobre Censos Demográficos, 3, Ouro Preto, jun 1984. Censos e Contracensos. São Paulo, ABEP, 1984, pp. 19-72.

89. PAIVA, Paulo de Tarso A. - A mulher no mercado de trabalho urbano. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2, Aguas de São Pedro, 1980. Anais. São Paulo, ABEP, 1981, pp. 852-895.

90. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DE DOMICÍLIOS - PNAD; Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, IBGE, 1985, 1986.

91. PINTO, Anibal - Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente. In: Serra, José, América Latina: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

92. PINTO, Anibal - Metropolización y terciarización; mal formaciones estructurales en el desarrollo latinoamericano. Revista de la CEPAL. Santiago de Chile, (24): 17-37, dic. 1984.

93. PIRES, Eginardo E.; BIELSCHOWSKY, Ricardo; FIGUEIREDO, C. M.P. - Dois estudos sobre tecnologias de alimentos. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1978 (Monografia, 27).

94. PREALC - Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe - La evolución del empleo formal e informal en el sector servicios latinoamericano. Santiago do Chile, OIT, 1986.

95. PREBISCH, Raul - Crítica al capitalismo periférico. Revista de la CEPAL, 7-71, jan/jun, 1976.

96. RACZYNSKI, Dagmar - Sector informal urbano; algunos problemas conceptuales. In: TOKMAN, V. & KLEIN, E., comp. - El subempleo en América Latina. Buenos Aires, Clacso el cid, 1979, pp. 11-47.
97. RAMOS, Joseph - Urbanización y mercado de trabajo. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, (24): 63-81, dic, 1984.
98. RODRIGUEZ, Octavio - Agricultura, subempleo y distribución del ingreso. São Paulo, CEBRAP, 1983, mimeo.
99. RODRIGUEZ, Octavio - Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro, ed. Forense-Universitária, 1981.
100. SABOIA, João - Dualismo ou integração do mercado de trabalho? a experiência recente da economia brasileira. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, 1988. 45 p. (Texto para discussão, 173).
101. SABOIA, João - Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise - 1980-1983. Revista de Economia Política. São Paulo, 6 (3): 82-106, jul/set, 1988.
102. SABOIA, João & TOLIPAN, R. - A Estrutura do emprego industrial no Brasil e a recessão dos anos 80. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1986.
103. SALM, Claudio - Política de emprego. Rio de Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi, 1982 (Coleção Universidade e Indústria, monografias).
104. SALM, Claudio et alii - O Mercado de trabalho brasileiro; estrutura e conjuntura. Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho/Instituto Economia Industrial, UFRJ, 1987.
105. SAWYER, Donald R. - Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, v.1, N.(1/2), jan/dez, 1984, pp. 3-34.
106. SCHUMPETER, Joseph A. - Ensayos. Barcelona, Oikos, jan, 1966.
107. SERRA, José - Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de após-guerra. Revista de Economia Política. São Paulo, 2 (6): 5-45, abr/jun, 1982.
108. SERRA, José - Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de após-guerra. Revista de Economia Política. São Paulo, 2 (7): 111-135, jul/set, 1982.

109. SIMONSEN, Mario Henrique - A Força de trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 28 (4): 29-45, out/dez, 1974.
110. SINGER, Paul - Crescimento econômico e distribuição espacial da população. Revista de Economia Política, São Paulo, 2 (7): 31-52, jul/set, 1982.
111. SINGER, Paul - Dinâmica Populacional e Desenvolvimento. São Paulo, Hucitec, 1980.
112. SINGER, Paul - Elementos para uma teoria de emprego aplicável a países não desenvolvidos. Cadernos CEBRAP, n.18. São Paulo, 1980.
113. SINGER, Paul - Força de trabalho e emprego no Brasil, 1920-1969., com assistência de Frederico Mazzucchelli nos cálculos e na redação do anexo metodológico. Cadernos Cebrap, n.3. São Paulo, 1971.
114. SOUZA, Paulo Renato C. - A Determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Campinas, 1980 (Tese de doutorado, UNICAMP).
115. SOUZA, Paulo Renato C. - Disparidades de salários en el mercado de trabajo urbano. Revista de la CEPAL. Santiago do Chile, (5): 211-236, jan/jun, 1978.
116. SOUZA, Paulo Renato C. - Emprego, salário e pobreza. São Paulo, Hucitec/Funcamp, 1980.
117. SOUZA, Paulo Renato C. - Salário e mão de obra excelente. In: Encontro nacional de Economia, 6, Gramado, 1978. Anais. São Paulo, 1978, pp. 431-482.
118. SOUZA, Paulo Renato C. & BALTAR, Paulo Eduardo - Salário mínimo e taxa de salário no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 9 (3): 629-660, dez. 1979.
119. SOUZA, Paulo Renato C. & TOKMAN, Victor E. - Distribución del ingreso, pobreza y empleo en áreas urbanas. El Trimestre Económico. México, 45 (3), jul/set, 1978.
120. SOUZA, Paulo Renato C. & TOKMAN, Victor E. - El sector informal urbano en America Latina. Revista Internacional del Trabajo, 114 (3): 355-365, nov/dez, 1976..
121. SUZIGAN, Wilson et alii - Crescimento industrial, desempenho recente, perspectivas e instrumentos de política. In: Perspectivas de longo prazo da economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1985, pp.197-234.

122. SUZIGAN, Wilson et alii - Crescimento industrial no Brasil; incentivos e desempenho recente. Rio de Janeiro, IPEA, 1974 (Relatório de Pesquisa, 26).

123. SUZIGAN, Wilson - Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

124. TAUILE, José R. e OLIVEIRA, Carlos Eduardo M. - Difusão da Automação no Brasil e os Efeitos sobre o Emprego: Uma Resenha da Literatura Nacional. In Literatura Econômica 10(2), pp. 161-192, SP, 1988.

125. TAVARES, Maria Conceição - Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, 1974 (Tese livre-docência, UFRJ).

126. TAVARES, Maria Conceição - Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro, 1979 (Tese concurso professor-titular - Departamento de Economia - Setor A-2 - Macroeconomia - FEA/UFRJ).

127. TAVARES, Maria Conceição - Distribuição da renda, acumulação e padrões de industrialização. In: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. C. (org.) A Controvérsia sobre distribuição da renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

128. TAVARES, Maria Conceição - Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardíos y periféricos. Economía de América Latina - Revista de Información y Análisis de la región. México, (6): 21-42, jan/jun, 1981.

129. TAVARES, Maria Conceição - Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro; ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

130. TAVARES, Maria Conceição & SERRA, José - Más allá del estancamiento; una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente del Brasil. El Trimestre Económico. México, 38 (152): 905-950, out/dez, 1971.

131. TAVARES, Maria Conceição & SOUZA, Paulo Renato - Emprego e salários na indústria. Revista de Economia Política. São Paulo, 1 (1): 3-30, jan /mar, 1981.

132. TEIXEIRA, N.G. - O Sistema bancário brasileiro e suas transformações frente a crise atual. Campinas, 1985 (Tese de doutoramento, UNICAMP).

133. TOLOSA, Hamilton C. - Dualismo no mercado de trabalho. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 5 (1), 1-36. jun. 1975.

134. TOKMAN, Victor E. - La dinámica del mercado de trabajo urbano; el sector informal urbano en America Latina. Santiago, PREALC, 1977.

135. TOKMAN, Victor E. - Las relaciones entre los sectores formal e informal; una exploración sobre su naturaleza. Revista de la CEPAL. Santiago de Chile, (5): 103-141, jan/jun, 19788.

136. VILLELA, Anibal V. & SUZIGAN, Wilson - Politica de governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA, 1973 (Monografia, 10).

137. WERNECK, Dorothea F. F. - Emprego e salários na indústria de construção. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978 (Relatório de Pesquisa, 40).